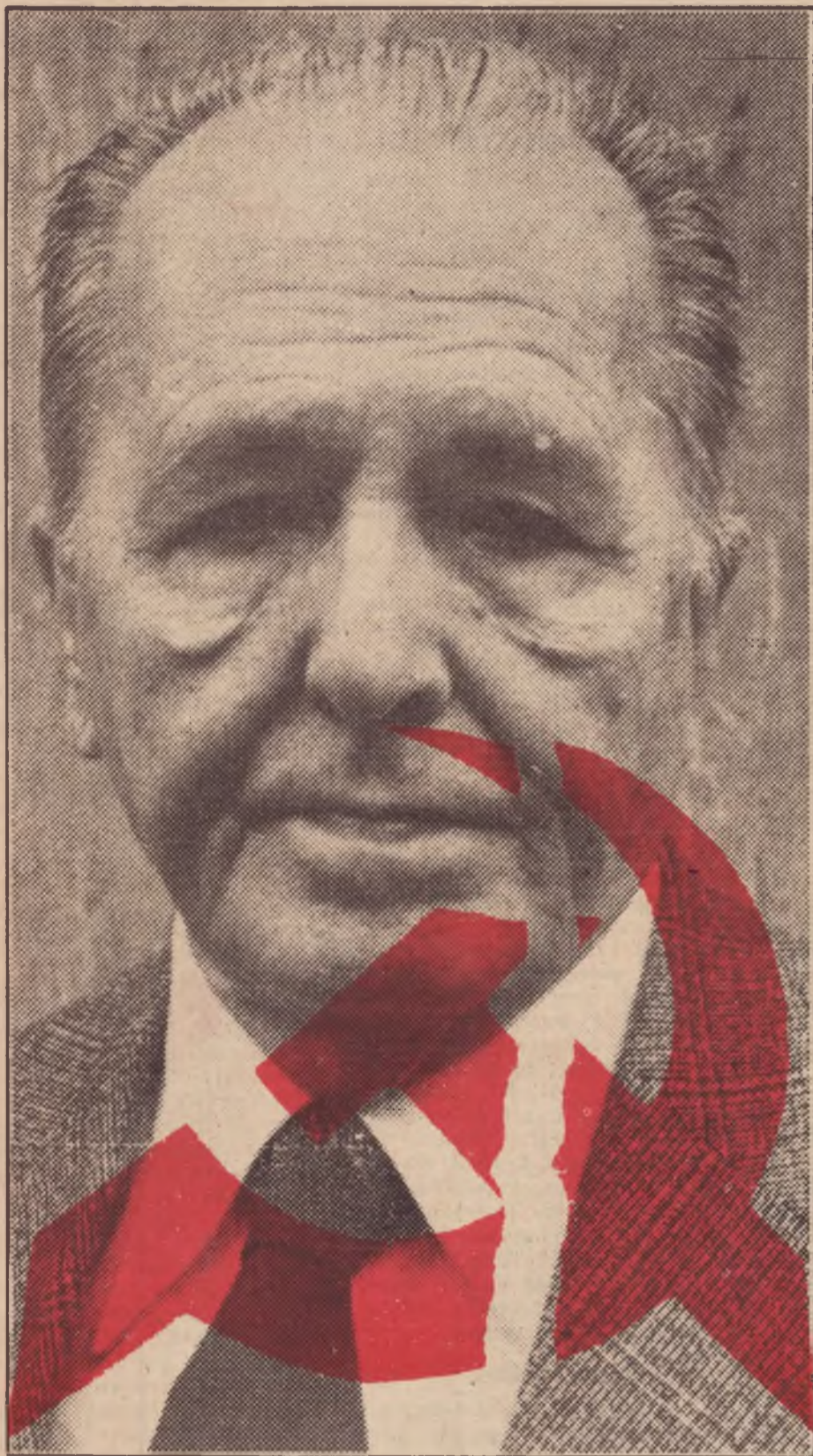


EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Ano III • nº 103 • 3 a 16 de abril de 1980 • Cr\$ 25,00



PRESTES EXCLUSIVO: **PORQUE O PCB RACHOU**

A íntegra da carta de 25 laudas onde o Secretário Geral do Partido Comunista Brasileiro conclama as bases à rebelião contra o Comitê Central

(Págs. 2, 3 e 4)

Illegal é a fome

É o que declaram, em greve, centenas de milhares de metalúrgicos paulistas.

(Págs. 11, 12 e 13)



Mário Pedrosa e Herminio Sachetta falam do trotskismo brasileiro

(Págs. 16 e 17)



Prestes chama a rebelião contra o comitê central

por Marco-Aurélio Garcia

Uma legalidade fugaz

No momento em que a questão da legalização do PCB, anunciada na semana passada por José Salles e criticada por Prestes se transforma em um ponto de divergência no Partido, EM TEMPO faz um retrospecto de como a questão se colocou na história do comunismo brasileiro.

Com 58 anos de existência, o Partido Comunista Brasileiro teve escassos momentos de vida legal. Pouco depois de sua fundação, em março de 1922, ele seria ilegalizado, em julho do mesmo ano, como consequência do Estado de Sítio decretado após o levante do Forte de Copacabana, apesar não ter sido constatado nenhuma relação entre aquele episódio e a ação do partido recém formado. Em 1927, Estado de Sítio, o PC pode recuperar fugazmente sua legalidade. Entre janeiro e agosto deste ano, o jornal A Nação, dirigido por Leônidas Rezende, se transforma de fato no porta-voz diário do PCB. Em fevereiro de 1927, João Batista de Azevedo Souza é eleito deputado federal pelo Bloco Operário, apoiado pelo PC. O Bloco, com realidade uma frente legal do Partido, passa a chamar-se Bloco Operário Camponês, em 1928, elegendo dois vereadores para a Câmara do Rio de Janeiro, então Distrito Federal: Minervino de Carvalho, que mais tarde, em 1930, concorreria à Presidência da República, obtendo inexpressiva votação, e Octávio Brandão, morto há poucos dias no Rio de Janeiro.

Em 1934, o PCB não consegue obter sua legalização apesar de que seus militantes pudessem atuar publicamente como tais, situação que se manteria até novembro de 1935, quando a tentativa de insurreição armada dirigida pela Aliança Nacional Libertadora, controlada pelo PC, provocaria uma feroz repressão por parte do governo de Vargas.

Em setembro de 1945, menos de dois meses antes da queda de Getúlio, com o partido atuando livremente e seu secretário-geral, Luis Carlos Prestes já anistiado, o PC entra no Tribunal Superior Eleitoral com um pedido de registro. Mas a Justiça Eleitoral não responde de imediato favoravelmente a solicitação, pedindo precisões entre outros pontos sobre como o PC via o processo de divisão e distribuição das terras; o esmagamento dos remanescentes da reação e do fascismo, particularmente se isto implicava na ditadura do proletariado; se o marxismo-leninismo figurava como base de seus princípios programáticos. A 12 de outubro do mesmo ano o PC modifica

seus estatutos para atender as exigências subjacentes na consulta da Justiça. Finalmente, a 27 de outubro, dois dias antes do golpe que derrubaria Vargas, a Justiça Eleitoral decidia pela legalização do PCB. O registro definitivo seria concedido dia 10 de novembro e vinha acompanhado de uma petição assinada por 13 mil "associados" do PC.

Menos de um mês depois, a 2 de setembro, o engenheiro Iedo Fiúza, candidato à presidência da República pelo partido recém legalizado, obtinha mais de 500 mil votos (10% do eleitorado na época). Nas eleições parlamentares ele obteria 14 deputados federais, 1 senador, dezenas de deputados estaduais e centenas de vereadores.

Já em março de 1946, no entanto, começam a ser apresentados pedidos de suspensão de seu registro eleitoral na Justiça, pedidos que seriam finalmente acolhidos a 7 de maio de 1947 quando os sinais da guerra fria eram mais do que evidentes. A decisão do TSE - três juizes votaram a favor da suspensão contra dois - parece ter colhido totalmente de surpresa a direção do partido, que esperava um outro resultado. Em janeiro de 1948 o Congresso vota a cassação dos mandatos dos parlamentares.

Desde então, 32 anos passados, o PC viveu ilegalmente, o que não significou necessariamente clandestinidade completa. Em fins da década de 40 e durante boa parte os anos 50 seus jornais funcionaram regularmente, sem que ninguém tivesse dúvidas sobre suas ligações com o partido. Em fins dos anos 50 e na década de 60, particularmente durante o governo Goulart, o PC tem uma existência aberta. Em 1961, um ano após seu Quinto Congresso, que se fez sem restrições, uma Conferência Nacional alterou os estatutos, mudando entre outras coisas o nome da organização para Partido Comunista Brasileiro, ao invés de Partido Comunista do Brasil. A mudança eliminava um resquício de denominação dos tempos da Internacional Comunista, buscando sublinhar o caráter nacional da agremiação. A Justiça Eleitoral arquivou o pedido, sem pronunciar sobre ele.

(M.A.G.)

O secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Luis Carlos Prestes, ao conchamar os militantes do PCB a «tomarem os destinos do partido em suas mãos» e insurgirem-se contra a o atual Comitê Central, desencadeou a mais grave crise dos 58 anos de história do comunismo no Brasil.

Em um documento de mais de 20 laudas, assinado do próprio punho, o velho dirigente acusa a maioria do CC de não estar à altura das exigências da luta política atualmente no Brasil, denunciando a falta de direção coletiva e o fato de que cada dirigente diz e faz o que quer, como atesta, segundo ele, a recente entrevista que Giocondo Dias, Hercules Correa e Salomão Malina deram ao *Jornal do Brasil*. Os termos da denúncia de Prestes são contundentes: muitos dirigentes estariam «passando informações à polícia através da imprensa burguesa»; esta por sua vez não estaria abrindo suas páginas para as posições que ele defende.

Prestes menciona «graves responsabilidades» do Comitê Central, inclusive nas quedas sofridas em 74 e 75, que provocaram a morte de 10 membros do CC e de outros militantes, só não revelando mais detalhes por se tratar de questões que envolvem normas clandestinas do partido.

O secretário geral denuncia os planos de transformar o VII Congresso do PCB numa «farsa», que só sirva para reforçar a atual direção e para marginalizá-lo da secretaria-geral. Disse que, apesar de se considerar velho (Prestes tem 82 anos) não pretende abandonar a direção do PCB nas atuais condições.

O secretário-geral, que avoca para si as responsabilidades maiores dos erros cometidos, critica a fórmula que vem sendo proposta para obter a legalização do PCB insinuando que seus promotores pretendem

chegar a um compromisso com a ditadura.

Divergências políticas

O dirigente do PCB sublinha que estas divergências no que respeita aos problemas de organização e funcionamento do partido são expressões particulares de divergências políticas mais amplas. Ele critica os que tendem a separar a luta democrática da luta pelo socialismo e aqueles que estão «a reboque da burguesia» procurando a todo custo «evitar tensões».

Denuncia, por outro lado, os que querem tergiversar sobre suas propostas de política de alianças, negando que ele oponha uma frente de esquerdas à frente democrática.

No final de seu texto, Prestes reitera seu apelo às bases para que elejam novas direções no partido «em todos os níveis» o que significa um chamado implícito à derrubada do atual Comitê Central.

Conflitos

O documento do secretário-geral torna aberta e generalizada a crise que se desenvolve no interior do PCB desde que ele desembarcou no Brasil. Luis Carlos Prestes, vinha se recusando sistematicamente a participar de reuniões do Comitê Central e mesmo a discutir questões referentes ao partido com membros da direção. Um exemplo recente foi dado pela conversação que manteve com Armênio Guedes, membro do CC. Enquanto Armênio tratou de amenidades, a conversa se desenvolveu harmoniosamente. A partir do momento em que Guedes propôs temas concernentes à situação do PC, Prestes disse que não tinha nada a discutir sobre o assunto.

Repercussões

É difícil estimar o impacto das posições assumidas por Prestes em sua carta. Membros da direção e quadros vinculados a ela manifestam uma certa

tranquilidade com relação aos efeitos das iniciativas do secretário-geral. A maioria do CC confia em que o que consideraram atos de indisciplina de Prestes provoque seu isolamento no Partido e não criem dificuldades para as relações internacionais do PC, mesmo com a URSS. Citam para tanto o papel que desempenharão homens como Gregório Bezerra, Malina e Giocondo Dias junto aos soviéticos, ou um Armênio Guedes, que tem graude trânsito junto a partidos como o italiano.

O que parece certo é que o procedimento até agora adotado pelo secretário-geral, a despeito do peso do «prestimo» no Partido, tem permitido que a maioria do CC consolide suas posições nas bases e direções intermediárias, constituindo um bloco heterogêneo que vai desde os «euro-comunistas» até militantes que têm posições políticas próximas às do secretário-geral, mas que criticam seu «personalismo» na atual conjuntura.

Um termômetro importante do grau de exacerbamento da crise do PC será dado pelas reações ao pronunciamento de Prestes. O primeiro sintoma será sem dúvida a forma pela qual a *Voz da Unidade* veiculará a notícia. Outra serão os pronunciamentos públicos dos membros do CC (ao que se sabe somente o ex-capitão Agliberto de Azevedo, insurrecto de 1935, e hoje representante do PCB na revista Internacional, em Praga, apóia o secretário-geral) e finalmente as manifestações em outros setores da esquerda (Prestes fala de «comunistas fora do partido») como poderia ser o caso do grupo MR-8. Dirigentes do CC, opostos à orientação de Prestes, informam que o secretário-geral manteve várias reuniões com responsáveis do MR-8 e que sua tática seria de conseguir a adesão destes ao PCB antes da realização do VII Congresso.

No lançamento da Voz da Unidade: Stálin e Trotski presentes, Luis Carlos Prestes ausente

Três mil? Quatro mil? É difícil calcular o número exato de pessoas presentes ao lançamento da VOZ DA UNIDADE, o semanário oficioso do PCB, realizado no domingo passado em São Paulo. Velhos militantes, que pediam a Giocondo Dias para autografarem seus exemplares da «Voz», se misturavam com jovens estudantes que circulavam entre uma barraca, que oferecia boa cachaça do Ceará e revistas soviéticas e outra, onde se podiam encontrar, pasmem, livros de Trotski (As lições de outubro), de J. Posadas, de Daniel Guerin («O anarquismo») misturados com textos de Marx, Lenin e, para os nostálgicos, de Stálin.

A abertura parece ter chegado ao PCB, mas uma nuvem pairava no domingo ensolarado do Partido: a ausência do «camarada Prestes», paradoxalmente compensada pela difusão de sua carta de denúncia do Comitê Central, circulando quase que clandestinamente entre os

militantes preocupados «com mais esta do velho».

É certo que o não comparecimento do secretário-geral foi em parte compensado pela presença quase que total dos membros do CC: Giocondo Dias, Salomão Malina, Zuleika Alambert, Hercules Correia e, evidentemente, Gregório Bezerra, cuja legenda fez esquecer por momentos a ausência do «cavaleiro da esperança», mas, não é menos certo que ninguém mais escondia seu pessimismo quanto à unidade do partido.

Um intelectual do PCB comentava em voz baixa a grave crise interna e pedia «pelo amor de Deus, não falem em eurocomunismo». Outros militantes confessavam sua perplexidade frente à intransigência de Prestes, e atribuíam-na às influências radicais de sua filha, Anita Leocádia. Na entrada mesma do terreno

da rua Voluntários da Pátria, perto da estação Tietê, do Metrô onde se realizou a festa, um grupo distribuía um texto de Anita, cujo tema difere basicamente dos pronunciamentos da maioria do Comitê Central. Em uma parte sublinhada do folheto intitulado «A Democracia pela qual lutamos», que transcreve um artigo divulgado ano passado na clandestina Voz Operária (cuja publicação foi suspensa) podia se ler: Certamente, não será tentando deter o movimento de massas e frear sua revolta natural contra a situação de miséria e opressão reinantes no país, não será com apelos à moderação em nome de uma democracia acima das classes — que significa na prática democracia para as elites — que se estará construindo o caminho que em última instância poderá levar ao socialismo.»

As diferenças de posição políticas não pareciam preocupar muito um outro militante, que

prefere não ver seu nome publicado. «O que é grave, diz ele, é a ruptura da disciplina e do centralismo democrático que o Prestes está cometendo. É sua recusa de reunir-se com o Comitê Central, desconhecendo-o como instância dirigente do partido. E isto eu só posso explicar pelo fato dele ter, pela primeira vez na história do partido, perdido a maioria no CC e não se conformar com isto. Eu sei que vão me acusar de psicologismo, mas não encontro outra explicação.»

Entre assentimentos e um certo desânimo dos que o escutavam, o grupo se dissolveu. A maioria foi ver a partida simultânea de xadrez que um campeão estava travando naquele momento. Quem ganhasse teria direito a uma garrafa de uísque escocês; se houvesse empate não passaria nada e se o desafiante perdesse, teria que pagar dez cruzeiros. Afinal a Voz da Unidade conta muito com a contribuição de militantes e amigos do jornal.



«Chegou o momento dos comunistas tomarem o PCB em suas mãos»

Aqui, na íntegra, a carta onde Prestes rompe com a atual direção do PCB

Companheiros e amigos!
De regresso ao Brasil, pude nos meses já decorridos, entrar em contato direto com a realidade nacional e melhor avaliar os graves problemas que enfrenta o PCB, o que me leva ao dever de dirigir-me a todos os comunistas, a fim de levantar algumas questões que, em minha opinião, tornaram-se candentes para todos os que, em nosso País, de uma ou de outra forma, interessam-se pela vitória do socialismo em nossa Terra. E é baseado no meu passado de lutas e de reconhecida dedicação à causa revolucionária e ao PCB, que me sinto com a autoridade moral para dizer-lhes o que penso da situação que atravessamos.

Sinto-me no dever de alertar os companheiros e amigos para o real significado da vasta campanha anticomunista que vem sendo promovida nas páginas da imprensa burguesa. Campanha esta visivelmente orquestrada pelo regime ditatorial, visando a desmoralização, a divisão e o aniquilamento do PCB. Fica cada vez mais evidente que, através de intrigas e calúnias, o inimigo de classe -

A ditadura quer transformar o PCB num dócil instrumento de sua legitimação -

após nos ter desferido violentos golpes nos últimos anos - pretende agora mirar o PCB partir de dentro, transformando-o num dócil instrumento dos planos de legitimação do regime. Este é o motivo pelo qual as páginas da grande imprensa foram colocadas à disposição de alguns dirigentes do PCB, enquanto em relação a outros o que se verifica é o boicote e a tergiversação de suas opiniões. Basta lembrar a matéria publicada no "Jornal do Brasil" de 3 de fevereiro último, quando esse jornal falseia a verdade ao dizer que me recusei a manifestar minha opinião e, ao mesmo tempo, serve de veículo a uma série de calúnias e acusações que lhe teriam sido fornecidas por algum dirigente que não teve a coragem de se identificar.

Seria de estranhar, se não estivesse claro o objetivo deliberado de liquidação do PCB, a preocupação revelada insistentemente, pela imprensa burguesa com a democracia interna e a disciplina em nossas fileiras. Os repetidos editoriais e comentários que vem sendo publicados ultimamente a esse respeito são sintomáticos. Demonstram o propósito do regime de desarticular as forças de oposição e, em particular, os comunistas para melhor pôr em prática a estratégia de realizar mudanças em sua estrutura política visando preservar os interesses dos grupos monopolistas nacionais e estrangeiros que representa.

Diante de tal situação não posso calar por mais tempo. Tornou-se evidente que o PCB não está exercendo um papel de vanguarda e atravessa uma série de crises já flagrante e de conhecimento público, que está sendo habilmente aproveitada pela reação no sentido de tentar transformá-lo num partido reformista, desprovido do seu caráter revolucionário e dócil aos objetivos do regime ditatorial.

Devo destacar que, não obstante o heroísmo e abnegação dos militantes comunistas que sacrificaram suas vidas e dos demais que contribuíram ativamente na luta contra a ditadura e para as conquistas já alcançadas por nosso povo, e pelas causas justas por que tem combatido o PCB em sua longa existência, é necessário, agora, mais do que nunca, ter a coragem política de reconhecer que a orientação política do PCB está superada e não corresponde à realidade do movimento operário e popular do momento que hoje atravessamos.

Estamos atrasados no que diz respeito à análise da realidade brasileira e não temos respostas para os novos e complexos problemas que nos são agora apresentados pela própria vida, o que vem sendo refletido na passividade, falta de iniciativa e, inclusive, ausência dos co-



O documento de Prestes foi, para muitos, uma violenta surpresa

munistas na vida política nacional de hoje.

A crise que atravessa o PCB expressa-se também na falência de sua direção que, entre outras graves deficiências, não foi capaz de preparar os comunistas para enfrentar os anos negros do fascismo, facilitando à reação obter êxito em seu propósito de atingir profundamente as fileiras do PCB, desarticulando-o em grande parte. Não foi a direção do PCB capaz nem ao menos de cumprir o preceito elementar de separar com o necessário rigor a atividade legal da ilegal. Inúmeros companheiros tombaram nas mãos da reação em consequência da incapacidade da direção, que não tomou as providências necessárias para evitar o rude golpe que atingiu nossas fileiras nos anos de 1974 e 1975.

Ao mesmo tempo, graves acontecimentos tiveram lugar na direção do

A orientação política do PCB está superada

PCB, que, devido à situação de clandestinidade em que nos encontramos, estou impossibilitado de revelar de público. Tais circunstâncias estão sendo utilizadas pela atual direção do PCB para desencadear uma onda de boatos e calúnias e para, numa tentativa desesperada de se manter no poder e conservar o status-quo, ocultar a verdade da maioria dos companheiros. Assim, vem sendo levantada a bandeira da unidade do PCB para na realidade encobrir uma atividade divisionista e de simples acobertamento de graves fatos ocorridos na direção. Na verdade, uma real unidade em torno de objetivos politicamente claros e definidos inexistente há muito tempo.

Nessas condições, sinto-me no dever de alertar os comunistas para a real situação da atual direção do PCB: uma direção que não funciona como tal e não é capaz de exercer o papel para o qual foi eleita, um Comitê Central em que não é exercido o princípio da direção coletiva - caracterizado pela planificação e o controle das resoluções tomadas pela maioria -, no qual reina a indisciplina e a confusão, em que cada dirigente se julga no direito de fazer o que entende. Na prática, inexistente uma direção do PCB. A situação chegou a tal ponto que fatos e assuntos reservados, que eram de conhecimento exclusivo dos membros do CC, estão sendo revelados à polícia por intermédio das páginas da imprensa burguesa, causando a justa indignação da grande maioria de nossos companheiros e amigos.

Sem me propôr, nesta carta, a analisar as causas profundas que determinaram a situação a que chegou o movimento comunista em nossa Terra, considero, no entanto, necessário tornar claro os meus pontos de vista sobre algumas questões fundamentais, de forma que os companheiros, e amigos possam julgar sobre sua justiça. Ao mesmo tempo, quero deixar claro que não me eximo de minha parcela de responsabi-

lidade e me considero o principal responsável pelos erros e deformações existentes no PCB. Minha atitude não é de lugar à necessária autocritica - em palavras e na prática -, mas, ao contrário, de tomar a iniciativa de torná-la pública, procurando, assim, contribuir para o avanço da luta pelos ideais socialistas em nosso País e para a reorganização do movimento comunista, do Partido Comunista.

Numa atitude diametralmente oposta, a atual direção do PCB - apesar dos graves acontecimentos ocorridos nos últimos anos - nega-se a uma séria e profunda autocritica. Quando muito, satisfaz-se com a realização de repetidas e já desmoralizadas autocriticas formais, que, entretanto, nunca se tornam uma realidade palpável. Assim, nega-se a direção atual a reconhecer que a situação do País sofreu grandes transformações, tornando necessária uma ampla discussão democrática de todos os problemas, incluindo as resoluções do último Congresso do PCB. Recusa-se a analisar com espírito crítico se são de todo acertadas as resoluções desse Congresso e pretende ainda agora apresentá-las como um dogma indiscutível para, com base nelas, exigir uma suposta unidade partidária, que lhe permita encobrir e conservar por mais algum tempo a atual situação do Partido e de sua direção.

Na verdade, a justa preocupação da maioria dos comunistas com a unidade do PCB vem sendo utilizada pela atual direção como um biombo para tentar ocultar a falta de princípios reinante nessa direção, o apego aos cargos e postos, o oportunismo dos que mudam de posição política para atender a interesses pessoais, a tradicional conciliação em torno de formulações genéricas que nada delimitam e que visam apenas a manutenção do status-quo, deixando, ao mesmo tempo, as mãos livres para que cada dirigente faça o que bem entender. Citarei apenas um exemplo: o mesmo Comitê Central que em outubro de 1978 aprovava e distribuía ao Partido um documento político, contra o qual votaram apenas dois membros da direção, poucos meses depois, no começo de 1979, se propunha a aprovar um

A direção não soube evitar as quedas de 74/75

novo documento com orientação política oposta ao primeiro, sem antes ter feito um balanço da aplicação e dos resultados obtidos com a política apresentada em outubro de 78. O meu repúdio, na qualidade de Secretário Geral do PCB, a tal tipo de procedimento levou a que a maioria do CC, revelando mais uma vez sua verdadeira face oportunista e total falta de princípios, recusasse e se chegasse à aprovação de um documento de conciliação, anódino e inexpressivo, em maio do ano passado.

O oportunismo, o carreirismo e compadrismo, a falta de uma justa política de quadros, a falta de princípios e a total ausência de democracia interna no funcionamento da direção, os métodos errados de condução da luta interna, que é transformada em encarniçada luta pessoal, em que as intrigas e calúnias passam a ser prática corrente da vida partidária adquiriram tais proporções, que me obrigam a denunciar tal situação a todos os comunistas. Não posso admitir que meu nome continue a ser usado para dar cobertura a uma falsa unidade, há muito inexistente.

Reconhecendo que sou o principal responsável pela atual situação a que chegaram o PCB e sua direção, assumo a responsabilidade de denunciá-la a todos os companheiros, apelando para que tomem os destinos do movimento comunista em suas mãos.

Quero lembrar ainda que, para cumprir o papel revolucionário de dirigir a classe operária e as massas trabalhadoras rumo ao socialismo, é necessário um partido revolucionário que baseado na luta pela aplicação de uma orientação política correta conquiste o lugar de vanguarda reconhecida da classe operária. Um partido operário pela sua composição e pela sua ideologia, em que a democracia interna, a direção coletiva e a unidade ideológica, política e orgâni-

A direção faz da unidade do partido um biombo para ocultar sua falta de princípios

ca seja uma realidade construída na luta. Somos obrigados a reconhecer que este não é o caso do PCB. Por isso mesmo, tornou-se imperioso para todos os comunistas tomar consciência da real situação existente e começar a reagir, formulando novos métodos de vida partidária realmente democráticos e efetivamente adequados às tarefas que a luta revolucionária coloca diante de nós; é necessário reagir às arbitrariedades e deformações que já atingem proporções alarmantes e dar início a um processo de discussão realmente democrático, que venha tornar possível a eleição, em todos os níveis partidários, de direções que realmente sejam a expressão democrática da vontade da maioria dos comunistas. É necessário lutar por um outro tipo de direção, inteiramente diferente da atual, com gente nova, com comunistas que efetivamente possuam as qualidades morais indispensáveis aos dirigentes de um partido revolucionário. Não é mais admissível a perpetuação da atual direção que está levando o PCB à falência em todos os terrenos.

A convocação do VII Congresso do PCB, dentro dessa perspectiva, deve ser transformada no início de um processo de ampla discussão, por parte de todos os comunistas, não só das linhas gerais de nossa política, como de uma série de aspectos da atividade da direção. Está a oportunidade de cobrar da direção tudo que aconteceu nos últimos anos: a falta de preparação para enfrentar a repressão fascista e o consequente desmantelamento de todo o aparelho partidário; as prisões e os desaparecimentos de tantos companheiros e amigos; a ausência de democracia interna, o arbítrio, a falta de planejamento e controle das tarefas decididas; o comportamento dos dirigentes diante do inimigo de classe; a execução prática do chamado "desafio histórico" aprovado no VI Congresso e a falta de empenho em organizar o partido na classe operária; a atividade política da direção nas diferentes frentes de trabalho; a orientação política seguida na "Voz Operária"; e muitos outros aspectos do trabalho de direção.

Considero imprescindível destacar que o VII Congresso só cumprirá um papel realmente renovador, tanto no

que diz respeito à elaboração de uma orientação política correta e adequada às novas condições existentes no País e verdadeiramente representativa da vontade da maioria dos comunistas, como no que concerne à eleição de um novo tipo de direção à altura dessa nova orientação, se os debates preparatórios e todos os procedimentos de sua realização forem realmente democráticos. Não posso admitir, nem concordar com a volta ao "arrudismo", à utilização de métodos discionários e autoritários na condução da luta interna, à manipulação dos debates, à rotulação das pessoas com as mais variadas etiquetas do tipo "esquerdista", "eurocomunista", "ortodoxo", "duro", etc. não é admissível que se continue a usar de expedientes, como a nomeação de delegados a conferências partidárias, para as quais deveriam ser democraticamente eleitos pelas organizações a que pertencem.

A democracia no processo de realização do VII Congresso precisa ser defendida com empenho por todos os comunistas. É necessário que todos - e em particular os dirigentes - falem abertamente o que pensam; devemos repudiar o comportamento dos que calam de público para falarem pelas costas ou transmitirem informações sigilosas à imprensa burguesa sem ter sequer a coragem de se identificar.

Quero ainda dizer que tenho conhecimento do quando estou sendo caluniado e atacado pelas costas. Isso é mais uma prova dos métodos falsos a que me referi acima. Devo deixar claro que, não obstante ser o primeiro a achar que, inclusive pela minha idade já avançada, deveria deixar a direção do PCB, só poderei concordar com a minha substituição num Congresso realmente democrático. Não aceitarei meu afastamento decidido por algum tipo de Congresso-farsa, manipulado e antidemocrático, em que os próprios destinos do PCB e de nossa causa revolucionária corram perigo.

Sei que poderei vir a ser derrotado no Congresso; o importante, entretanto, é que este seja realmente democrático e verdadeiramente representativo da maioria dos comunistas. E para isso é necessário que sejam criadas as devidas condições, pois na situação atual, de virtual desmantelamento do PCB pela reação, de permanência da Lei de Segurança Nacional e de séria crise interna, são praticamente impossíveis um debate e uma participação realmente democráticos num Congresso realizado na clandestinidade. Temos que reconhecer que, nessas condições, o VII Congresso seria uma farsa, inaceitável para a grande maioria dos comunistas. Trata-se, portanto, de prioritariamente dar início a uma ampla campanha pela legalização do PCB, desmascarando o anticomunismo daqueles que a pretexto de defender uma suposta democracia pugnam pela manutenção dos odiosos preceitos da Lei de Segurança Nacional que proíbem a reorganização do Partido Comunista. É preciso esclarecer as

Não é mais possível a perpetuação da atual direção que está levando o PCB à falência

amplas massas de nosso povo, mostrando-lhes que o PCB sempre esteve nas primeiras fileiras de todas as lutas democráticas em nosso País e sempre foi a principal vítima da repressão e do fascismo.

É necessário deixar claro que a legalização do PCB terá que ser uma conquista do movimento de massas e de todas as forças realmente democráticas em nosso País. Os trâmites legais junto ao Tribunal Superior Eleitoral estarão fadados ao fracasso, se a legalidade do PCB não se transformar numa exigência das massas, que, nas ruas, imponham sua vontade, como o fizeram em 45. A ditadura jamais nos concederá a

(Cont. na pág. seguinte)



(Cont. da pág. anterior)

legalidade sem luta; o que ela tenta, neste momento, é, aproveitando-se da crise interna do PCB, forçá-lo a um acordo. Acordo este que significaria um compromisso com a ditadura, incompatível com o caráter revolucionário e internacionalista do PCB, compromisso que colocaria o Partido a reboque da burguesia e a serviço da ditadura e inaceitável, portanto, à classe operária e da todos os verdadeiros revolucionários.

Empenhar-se numa intensa campanha pela legalização do PCB e pela consequente realização do VII Congresso na legalidade não deve, entretanto, servir de obstáculo ao início do debate preparatório para o Congresso, que poderá ir se ampliando com o desenvolvimento da própria campanha pelo registro legal do PCB. A luta pela nossa legalidade é inseparável do empenho para que a democracia interna venha a ser uma realidade. Devemos ter claro que num país como o nosso, com a complexidade dos problemas que temos pela frente, é necessário um Partido Comunista de massas, o que só poderá se transformar em realidade se vier a ser um partido verdadeiramente democrático, não apenas em seu empenho na luta pela democracia em nossa Terra, como também em todos os aspectos de seu funcionamento.

A gravidade da crise que atravessa o PCB, a flagrante ausência de democracia interna e as profundas deformações no terreno da organização não estão dissociadas dos erros e desvios em nossa orientação política. Não se pode separar a elaboração de uma estratégia revolucionária da estratégia de construção de uma organização revolucionária. Ambas se condicionam reciprocamente. A estratégia revolucionária é a condição da eficiência da organização, e a organização é a condição da formulação de uma estratégia correta.

Sem pretender, nesta carta, a uma análise aprofundada dos erros a meu ver cometidos na elaboração de nossa orientação política em diferentes períodos da história do PCB - tarefa que me proponho a realizar posteriormente -, quero apenas me referir a algumas questões que me parecem de maior atualidade e urgência, deixando clara minha posição.

Não aceitarei meu afastamento decidido por algum congresso-farsa

Assim, considero importante destacar que, apesar do total arbítrio e do autoritarismo dominantes no País a partir do golpe reacionário de 1964, os governos que se sucederam em 16 anos não resolveram nem um só dos problemas fundamentais da Nação. Ao contrário, foram todos agravados. Aumentou a miséria dos trabalhadores, agravaram-se as desigualdades sociais, cresceu consideravelmente a dependência do País ao imperialismo, tornou-se mais crítica a situação do campo com as transformações capitalistas ocorridas na agricultura e as modificações introduzidas no sistema latifundiário que levaram, entre outras consequências, à proliferação do minifúndio e dos chamados "bóias-frias". Simultaneamente, cresceu vertiginosamente a criminalidade e a violência nas grandes cidades, agravaram-se problemas antigos como o do menor abandonado, do desemprego, a falta de assistência médica, o analfabetismo e a substituição de menores. Isto comprova, mais uma vez, que o desenvolvimento capitalista não é capaz de resolver os problemas do povo e nem sequer de amenizá-los.

A solução desses e demais problemas fundamentais exige transformações sociais profundas, que só poderão ser iniciadas por um poder que efetivamente

represente as forças sociais interessadas na liquidação do domínio dos monopólios nacionais e estrangeiros e na limitação da propriedade da terra, com o fim do latifúndio. E é por isso que a luta atual pela derrota da ditadura e a conquista das liberdades democráticas é inseparável da luta por esse tipo de poder que, pelo seu próprio caráter, representará um passo considerável no caminho da revolução socialista no Brasil.

Vejo a luta pela democracia em nossa Terra como parte integrante da luta pelo socialismo. É no processo de mobilização pela conquista de objetivos democráticos parciais, incluindo as reivindicações não apenas políticas, mas também econômicas e sociais, que as massas tomam consciência dos limites do capitalismo e da necessidade de avançar para formas cada vez mais desenvolvidas de democracia, inclusive para a realização da revolução socialista.

É de acentuar que no Brasil sempre dominaram regimes políticos autoritários. Mesmo nos melhores períodos de vigência da Constituição de 1946, as liberdades sempre foram muito limitadas e, principalmente, os trabalhadores nunca tiveram seus direitos mais elementares respeitados e reconhecidos. Tivemos sempre democracia para as elites, enquanto que, para as grandes massas de nosso povo, o que sempre existiu foram a violência policial, tanto dos chefes políticos e caciques do interior, como das autoridades nas grandes cidades, e o total desrespeito pela pessoa humana e pelos direitos do cidadão.

Justamente por isso, nós comunistas, ao lutarmos agora pela derrota da ditadura, devemos fazê-lo esclarecendo as massas e dirigindo-as rumo à conquista de um regime efetivamente democrático. Lutamos agora por um regime em que sejam assegurados os direitos políticos, econômicos e sociais dos trabalhadores. A derrota da ditadura deve levar a um regime em que os trabalhadores tenham o direito de participarem ativamente na solução de todos os problemas da Nação; que assegure o desmantelamento do atual aparelho repressivo, que dê fim ao velho "hábito" das torturas, inclusive para os presos comuns; que garanta o voto livre, universal e direto para todos os cidadãos, incluindo os analfabetos e militares de ainda privados; que assegure o direito ao trabalho, à educação e saúde, férias remuneradas e aposentadoria para todos os trabalhadores; em que sejam respeitados todos os direitos dos trabalhadores, destacando-se a total independência do movimento sindical do Estado, dos patrões e dos partidos políticos.

Certamente, as características do regime democrático a ser instaurado no País com o fim da ditadura dependerão fundamentalmente do nível de unidade, organização e consciência alcançado pelo movimento operário e popular. Cabe aos comunistas empenhar-se no esforço de mobilização da classe operária e demais setores populares para alcançar formas cada vez mais avançadas de democracia e, nesse processo, chegar à conquista do poder pelo bloco de forças sociais e políticas interessadas em realizar as profundas transformações a que me referi acima, e que deverão constituir os primeiros passos rumo ao socialismo, e, portanto, à mais avançada democracia que a humanidade já conhece - a democracia socialista.

Nós, comunistas, não podemos abdicar de nossa condição de lutadores pelo socialismo, restringindo-nos à suposta "democracia" que nos querem impingir agora os governantes, nem às conquistas muito limitadas alcançadas pela atual "abertura", que na prática exclui as grandes massas populares. Não podemos concordar com uma situação que assegure liberdades apenas para as elites, em que a grande maioria da sociedade continua na miséria e sem a garantia dos mais elementares direitos humanos.

Um partido comunista não pode, em

O partido não pode ser um freio dos movimentos populares, de fiador de um pacto com a burguesia, em nome de uma suposta democracia abstrata e acima das classes

nome de uma suposta democracia abstrata e acima das classes, abdicar do seu papel revolucionário e assumir a

posição de freio dos movimentos populares, de fiador de um pacto com a burguesia, em que sejam sacrificados os interesses e as aspirações dos trabalhadores. Ao contrário, para os comunistas, a luta pelas liberdades políticas é inseparável da luta pelas reivindicações econômicas e sociais das massas trabalhadoras. E no Brasil atual, a classe operária está dando provas, cada vez mais evidentes, de que não está mais disposta a aceitar a «democracia» que sempre lhe foi imposta pelas elites e pelas classes dominantes. Os trabalhadores estão passando a exigir sua participação efetiva em um novo regime democrático a ser construído com o fim da ditadura, o que significa que lutarão por uma democracia em que tenham não apenas o direito de eleger representantes ao parlamento, mas lhes sejam assegurados melhores salários e condições mais dignas de vida, em que seus direitos sejam uma realidade e não apenas uma ficção.

E o dever dos comunistas é dirigir essas lutas dos trabalhadores, contribuindo para sua unidade, organização e conscientização, mostrando-lhes que é necessário caminhar para o socialismo, única forma de assegurar sua real emancipação.

Simultaneamente, apresenta-se a questão da aliança dos comunistas com outras forças sociais e políticas. No momento atual, o objetivo mais importante a ser alcançado é a derrota da ditadura e, para isto, a consequente conquista de reivindicações políticas que ampliem cada vez mais a brecha já aberta no regime e levem ao estabelecimento de uma democracia no País. Não devemos, portanto, poupar esforços no sentido de aglutinar as mais amplas forças sociais e políticas, mesmo aquelas mais vacilantes e que sabemos que nos abandonarão em etapas posteriores da luta. Seria, no entanto, abdicar de nosso papel revolucionário tratarmos apenas dos entendimentos "por cima", com os dirigentes dos diversos partidos políticos ou correntes de opinião, com as personalidades políticas, esquecendo-nos que para os comunistas o fundamental é a organização, a unificação e a luta permanente pela elevação do nível político da classe operária e das massas popu-

É necessário que se unam as forças de "esquerda"

lares. Só assim contribuiremos para fortalecer o movimento popular e a frente oposicionista de luta contra a ditadura, compelindo seus setores liberais burgueses mais vacilantes a se definirem com mais clareza, e contribuindo, também, fundamentalmente, para que os trabalhadores venham a ser a força dirigente do conjunto das forças heterogêneas unificadas em ampla frente única.

Só assim agindo, realizarão os comunistas uma política capaz de impulsionar o movimento de massas, uma política que não pode ser a de ficar a reboque dos aliados burgueses, mas, ao contrário, a de não poupar esforços para que as massas assumam a liderança do processo de luta contra a ditadura e pela conquista da democracia, assim como de sua ampliação e aprofundamento continuado.

Não podemos, pois, compactuar com aqueles que defendem "evitar tensões", freando a luta dos trabalhadores em nome de salvaguardar supostas alianças com setores da burguesia. Ao contrário, sem cair em aventuras, é hoje, mais do que nunca, necessário contribuir para transformar as lutas de diferentes setores de nosso povo em um poderoso movimento popular, bem como é dever dos comunistas tomar a iniciativa da luta pelas reivindicações econômicas e políticas dos trabalhadores, visando sempre alcançar a derrota da ditadura e a conquista de uma democracia em que os trabalhadores comecem a impôr sua vontade.

Com base na argumentação acima desenvolvida, não se pode deixar de chegar à conclusão lógica de que é totalmente infundada a contraposição, que vem sendo a mim atribuída, entre uma suposta "frente de esquerda" e uma "frente democrática" ou de oposição. Jamais coloquei o problema dessa maneira, o que não passa de mais uma

deturpação do meu pensamento, útil àqueles que precisam tergiversar minhas idéias para poder combatê-las. Penso que, para chegarmos à construção de uma efetiva frente democrática de todas as forças que se opõem ao atual regime, é necessário que se unam as forças de "esquerda" - quer dizer, aquelas que lutam pelo socialismo - no trabalho decisivo de organização das massas "de baixo para cima": que elas se aglutinem, com base numa plataforma de unidade de ação, e que, dessa maneira, cheguem a reunir em torno de si os demais setores oposicionistas, tornando-se a força motriz da frente democrática. Esta é a perspectiva revolucionária de encaminhamento da luta contra a ditadura, a que mais interessa à classe operária e a todos os trabalhadores. Será a constituição em nosso País, pela primeira vez, da unidade de diversas forças que lutam pelo socialismo. Colocam-se contra essa possibilidade os que preferem ficar a reboque da burguesia e que buscam, com isto, mais uma vez, chegar em nosso País a uma democracia para as elites, da qual não participariam os trabalhadores.

Quando me referi à necessidade das diferentes forças de "esquerda" caminharem juntas, tenho em vista a nova situação que vem se formando no País. Estamos vivendo um período, quando a reanimação do movimento operário e popular vem revelando, por um lado, que todas as forças de "esquerda", incluindo o PCB, tem cometido graves erros, tanto de avaliação da situação nacional, como de encaminhamento das soluções necessárias e possíveis e, consequentemente, de atuação. E, por outro lado, a necessidade de formação de uma liderança efetiva, capaz de dirigir as lutas de massas dentro de uma perspectiva revolucionária correta e adequada à situação brasileira. Está, portanto, na ordem do dia a questão da unidade de todos que se propõem a lutar efetivamente por uma perspectiva socialista para o Brasil.

No que diz respeito ao PCB, sou de opinião de que, tendo sido correto combater os desvios "esquerdistas" e "golpistas", após o golpe de 1964, caímos do outro lado, em posições próximas do reboquismo e da passividade. Devemos reconhecer, inclusive, que o PCB não teve a capacidade de apresentar uma alternativa (principalmente uma estratégia) correta de luta contra a ditadura, contribuindo, assim, para que muitos revolucionários honestos, particularmente os jovens que não queriam se conformar com o arbítrio instaurado no País, enveredassem pelo caminho de ações individuais ou desligadas das massas e que só poderiam conduzir a sucessivas derrotas.

É importante ainda chamar a atenção dos comunistas para o fato de nas fileiras do PCB ter-se convertido a luta justa contra os desvios "esquerdistas" e "golpistas" numa obsessão quase cega, que nos tem levado freqüentemente a identificar qualquer atitude ou posição combativa pelas causas justas dos trabalhadores com um suposto "esquerdismo" ou "golpismo".

Tudo isso torna imprescindível que se inicie entre os comunistas, tanto dentro, como fora do PCB, um amplo processo de análise autocrítica das posições das diferentes forças de "esquerda" e, em particular, do PCB. É necessário rever com espírito autocrítico a orientação política que mantivemos em diferentes períodos históricos e, em especial, as resoluções aprovadas no VI Congresso e nos anos que se seguiram. Devemos examinar a que resultados concretos fomos levados pela aplicação de tais resoluções e fazer um esforço

Nosso programa tem que ligar a luta contra a ditadura com a luta pelo socialismo

coletivo que conduza à elaboração de soluções adequadas à situação do Brasil de hoje, partindo do princípio de que nosso objetivo final, enquanto comunistas, só pode ser um: a construção final, da sociedade socialista e do comunismo em nossa Terra. E para isso, é imprescindível que todos aqueles que queiram contribuir para a vitória desses objetivos unam suas forças e procurem chegar a um programa comum, sem cair nem na cópia de modelos estrangeiros, nem na negação das leis gerais do desenvolvimento social.

Quando me referi à necessidade de

formular o programa dos comunistas, tenho em vista chegarmos, através de um processo de discussão efetivamente livre, à elaboração do caminho para o socialismo nas condições brasileiras e à sua aprovação de forma democrática.

Como já tive ocasião de assinalar, a própria prática social vem mostrando o quanto as forças de "esquerda" estão atrasadas na realização desse objetivo. Não pretendo apresentar nesta carta uma proposta do programa. Sou de opinião que essa tarefa só poderá ser realizada com a colaboração de todos que, em nosso País, estão empenhados na luta pelo socialismo, comunistas ou não, membros do PCB, de outras organizações de "esquerda" ou "independentes".

Penso que o eixo central desse programa deve ser tal que apresente, com a necessária clareza, qual o processo que, nas condições de nosso País, poderá e deverá ligar a luta atual pela derrota definitiva da ditadura e a conquista de um regime democrático com a luta pelo socialismo no Brasil.

Trata-se, portanto, de se enfrentar e dar solução a um conjunto de questões teóricas e práticas de grande complexidade. Questões que só poderão ser elaboradas através do estudo aprofundado das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que vem se processando em nosso País, bem como das novas condições em que se encontra o mundo na atualidade.

Penso que, na elaboração do programa é necessário partir de algumas idéias básicas que pretendo desenvolver posteriormente, para os debates do VII Congresso. Em primeiro lugar, partir do pressuposto de que cabe aos comunistas, desde já, organizar e unir as massas trabalhadoras na luta pelas reivindicações econômicas e políticas que se apresentam no próprio processo de luta contra a ditadura. É partindo dessas lutas, da atividade cotidiana junto aos mais diferentes setores populares, principalmente junto à classe operária, que poderemos avançar no sentido do esclarecimento das massas para que cheguem à compreensão da necessidade das transformações radicais de cunho antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiário. É necessário mostrar aos trabalhadores que os grandes problemas que afetam a vida de nosso povo só poderão ser solucionados com a liquidação do poder dos monopólios nacionais e estrangeiros e do latifúndio, e que isto só será conseguido com a formação de um bloco de forças antimonopolistas, antiimperialistas e antilatifundiárias, capaz de assumir o poder e de, a partir de lá, iniciar a essas transformações. Poder que, pelo seu próprio caráter, significará um passo decisivo rumo ao socialismo. E para que esse processo tenha êxito, é indispensável que a classe operária - a única consequentemente revolucionária - seja capaz de exercer o papel dirigente do referido bloco de forças. Mas este papel dirigente só se conquista na luta. O dever dos comunistas é exatamente o de contribuir para que esse objetivo seja alcançado.

Companheiros e amigos!

Esta carta constitui como que a reafirmação da confiança que tenho nos comunistas e na classe operária, na sua capacidade de reflexão sobre a grave situação que atravessa o PCB. Chegou o momento em que é indispensável que os comunistas rompam com a passividade

Tratemos de eleger, em todos os níveis partidários, direções que realmente sejam a expressão democrática da maioria dos comunistas

e tomem os destinos do PCB em suas mãos, rebelando-se contra as arbitrariedades e os métodos mandonistas de direção, e tratando de eleger, em todos os níveis partidários, direções que realmente sejam a expressão democrática da maioria dos comunistas. Penso ter evidenciado o quanto tem de excepcional a situação que me levou a formular este apelo a todos os comunistas para iniciar um processo de mudanças radicais que deverá ser coroado com a discussão e aprovação democráticas de uma orientação verdadeiramente revolucionária e a eleição também democrática de um novo tipo de direção à altura desta nova orientação.

Rio de Janeiro, Março de 1980.

Notícias do PT

Adiado Encontro Nacional

A Secretaria de Organização do Partido, através de seu dirigente José Ibrahim, informou no começo da semana que o Encontro Nacional anteriormente previsto para os dias 12 e 13 de abril próximos foi suspenso. É que com a greve dos metalúrgicos do ABC, o importante imediatamente é o partido intervir solidariamente na luta dos trabalhadores através das mais variadas formas de apoio. O partido voltar-se para dentro de si mesmo, concentrando todos os seus esforços na preparação do Encontro Nacional, argumentam os dirigentes, seria contraditório com aquilo que ele se propõe. A nova data para a realização do Encontro ainda não está definitivamente estabelecida, mas deve vir a ser fixada para o começo de maio. Em função deste adiamento, fica também transferida, para a semana que preceder o Encontro Nacional, a nova data para o Encontro Estadual de São Paulo bem como o calendário de seus preparativos.

Prisões

A repressão começa a atacar o Partido dos Trabalhadores. No último dia 28, em São Paulo, militantes do núcleo da Lapa, quando distribuíam convocatória massiva para a plenária que realizariam no domingo seguinte, foram arbitrariamente detidos nas ruas da região pela polícia e levados para o DOPS, onde foram interrogados e fichados, e de onde só saíram na madrugada de sábado.

Já na Bahia, a coisa foi mais deslavada. Também na última sexta-feira, militantes que distribuíam material de propaganda do partido — entre eles Benjamim, da Coordenação Estadual, e 4 outros, integrante do núcleo do Beta — foram cercados e presos por 5 viaturas da polícia e em seguida levados para a 11ª delegacia, onde foram despejados numa cela, junto com presos comuns. Também os carros que estavam sendo utilizados pelos militantes foram detidos e rebocados sem que qualquer infração de trânsito houvesse sido cometida — o próprio Detram, posteriormente não soube como caracterizar a multa. Foi somente no dia seguinte, depois de passarem uma noite na delegacia, que o advogado, intervindo, conseguiu a libertação dos presos. O mais absurdo no entanto, foi a declaração do Secretário de Segurança que lamentou publicamente a libertação dos militantes, pois "perdeu assim a oportunidade de interrogá-los". E, consequentemente, determinou às delegacias que em outras oportunidades ajam de forma a que esta possibilidade não se perca.

Minas Encontro Estadual consolida o partido

Reunindo cerca de 170 delegados de mais de 20 municípios do Estado, realizou-se no último fim de semana o Encontro Estadual do PT.

Da Sucursal

Na tradicional política mineira, ocupada quase sempre pelas velhas raposas do PSD e pelo antigo reacionarismo da UDN, o PT surge como uma nova realidade capaz de redescobrir para as classes populares o sentido da participação política. E, importante: à medida que a idéia do Partido se desenvolve, vai quebrando um a um os mitos criados a sua volta pela intensa campanha propagandística que pretendeu matar a idéia do PT no ôvo, na origem.

"A idéia do PT é coisa de sociólogo, de estudante, de vanguardinha e será incapaz de chegar até os trabalhadores e os setores populares em geral", diziam os opositores ao partido. Pois bem, os números estão aí: dos 113 delegados saídos da Grande Belo Horizonte para o Encontro Estadual, 55 vieram de núcleos de bairros de periferia ou das categorias metalúrgica e petroleira; 14 vieram do setor bancário e da rede do professorado; 23 deles tiveram origem em núcleos de profissionais da área de saúde, advogados, economistas, jornalistas e outras profissões afins; 21 delegados, enfim, eram estudantes, em sua grande maioria universitários. Se somarmos a estes 55 os delegados saídos das cidades do interior, em sua esmagadora maioria de extração popular, teremos que aproximadamente 65% do plenário de delegados presentes ao Encontro Regional era composto de camadas trabalhadoras proletarizadas.

Estatuto

Noutro plano, o Encontro do PT em Minas jogou por terra o mito de que o trabalhador não tem condições de entender e nem de discutir estatuto, lei, etc.

O que se viu nas discussões dos grupos de delegados é que ninguém tem medo de enfrentar esse tipo de assunto. A proposta de estatuto feita pelo Núcleo dos Advogados e Estagiários despertou a maior polêmica no primeiro dia do Encontro. Resultado: aprovou-se a proposta com duas emendas muito importantes.

O ante-projeto de estatuto propunha neste ponto duas novidades: primeiro, que os diretórios distritais fossem organizados por núcleos de base (no mínimo 21 membros). Como pela lei cada diretório distrital tem direito de mandar 2 representantes à Convenção Municipal, então teríamos no PT delegados dos Núcleos participando do primeiro nível de deliberação no partido (a Convenção Municipal). Em segundo lugar, o projeto previa a criação de Departamentos por categorias profissionais de modo a aproveitar duas brechas da lei. Uma a que estabelece que cada Departamento tem direito a 1 representante na Convenção Municipal. Organizando vários departamentos (e estes também estruturados em núcleos de base), na Convenção Municipal ainda haveria mais delegados dos núcleos. A outra brecha é a do artigo da lei que fala que "sempre que possível" o Diretório Nacional deve ter representantes de categorias profissionais. Pela proposta de estatuto, dos Departamentos (também estruturados em núcleos) sairiam tais delegados de base para o órgão máximo de deliberação no partido.



Como não chegou a ficar claro para a maioria que a fórmula bolada é a melhor possível, dentro dessa lei autoritária que está aí, o plenário decidiu aprovar o seguinte princípio: o Estatuto deve garantir o mais possível o controle das bases sobre a direção". Para isso, de agora até o Encontro Nacional o Núcleo dos Advogados deve continuar trabalhando no estatuto, ajudado por qualquer militante que desejar dar sua contribuição. A aprovação da fórmula final ficou por conta da Comissão Diretora Regional Provisória.

A segunda emenda aprovada pelo plenário foi sobre a contribuição financeira dos parlamentares. Como deputados e senadores ganham muito bem e ainda têm bolsas de estudo, passagens aéreas, etc, para distribuir, fixou-se o princípio de que os parlamentares, como qualquer militante do PT devem dar uma contribuição proporcional a seus vencimentos (portanto, maior que a contribuição da maioria dos filiados) e que eles se comprometam a seguir os critérios estabelecidos pelo partido para a distribuição das bolsas, dos cargos de assessoria, e outros.

Programa

As novidades incluídas na Proposta de Programa para o partido foram dentre outras as seguintes:

- 1) reforçar o princípio da solidariedade aos trabalhadores do mundo inteiro, denunciando não apenas os crimes da ditadura brasileira, mas todos os crimes de que são vítimas os trabalhadores em qualquer país.
- 2) incluir no item sobre Condições de Vida e Trabalho a proposta de criação de creches, lavanderias e restaurante públicos para amenizar a situação difícil dos que trabalham.
- 3) o PT deve lutar pela socialização e pela estatização da medicina, dos serviços de saúde e pelo desenvolvimento da medicina preventiva.

Direção

- 4) o programa do PT deve incluir a luta contra a discriminação de todas as minorias, incluindo mulheres, negros; me-

nores, índios, loucos, prostitutas etc. 5) o PT rejeita o voto distrital e denuncia seu caráter anti-trabalhador. 6) o PT é a favor do maior número de eleições e, por isso, rejeita a coincidência de mandatos a nível municipal, estadual e nacional.

Na questão da direção do partido a nível estadual, o Encontro resolveu eleger, ao lado da Comissão Diretora Regional Provisória de 11 membros, uma Coordenação estadual mais ampla composta de 45 membros e que funcionará durante o período de organização como uma espécie de pré-diretório no Estado. Apesar das discussões sobre estatuto e programa terem transcorrido com o plenário aprovando as deliberações por unanimidade, no entanto, na hora da apresentação das chapas para a direção, surgiram duas alternativas. Feita a votação, a chapa A saiu vencedora com 120 votos contra os 42 recebidos pela chapa B.

Os 11 militantes eleitos para a Comissão Diretora, pela Chapa A, são as seguintes:

- Fabrício Soares, advogado, cassado em 1964
- Ignácio Hernandez, metalúrgico, de Belo Horizonte
- Luis Soares, professor e dirigente da União dos Trabalhadores do Ensino
- Wagner Benevides, presidente do Sindicato dos Petroleiros
- Joaquim José de Oliveira, operário, ex-diretor cassado em 1968 do Sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem
- Maria Pereira, metalúrgica de Belo Horizonte
- Paulo Delgado, professor de Juiz de Fora
- Jorge Lima, operário, militante da Pastoral Operária de Juiz de Fora
- Eduardo Albuquerque, estudante, ex-candidato à presidência da UNE pela chapa Novação
- Vicente Afonso Gonçalves, camponês de Turmalina
- Alcides de Oliveira, operário, ex-presidente do Sindicato dos Marceneiros

“Matar a cobra e mostrar o pau”

Os vários núcleos do PT pelo país a fora estão atualmente discutindo as propostas de programa que o partido deverá debater e votar no seu próximo Encontro Nacional. A partir do documento “Pontos Para a Elaboração do Programa”, divulgado pela Coordenação no dia 10 de fevereiro em São Paulo, diversos textos tem surgido. Seja na forma de alternativas acabadas de programa, seja na forma de comentários e críticas aos documentos em circulação.

O texto aqui reproduzido é deste segundo tipo. Divulgado com o título acima, em nome do núcleo municipal do Partido dos Trabalhadores de São Bernardo do Campo, que tem como secretário o metalúrgico Osmar Mendonça, o documento é bem representativo daqueles setores que se opõem, no interior do PT, a que o partido assuma um caráter classista.



O classismo é coisa de radicais de palavra?

Esse texto tem como objetivo precisar algumas posições sobre a proposta do Partido dos Trabalhadores na qual estamos comprometidos.

O movimento pelo PT surgiu como proposta de lideranças sindicais e de ativistas dos movimentos sociais em meio a lutas onde enfrentaram a violência do regime, a intransigência e prepotência dos patrões e do governo. Essas lideranças descobriram que por mais combativa e unitária que seja a ação sindical e reivindicativa elas são, por si só, insuficientes para garantir conquistas e fazer recuar o regime ditatorial. Descobriram que para isso é necessário uma ação política partidária dos trabalhadores. Uma ação política que seja a expressão das lutas e reivindicações imediatas dos trabalhadores, como também conscientize e oriente os novos passos da luta contra o regime de exploração.

Retomar e repetir esta idéia é duplamente importante. Primeiro porque é nela que se encontra o caráter inovador e original da proposta do PT, assim como sua legitimidade. Segundo porque ela indica o caminho pelo qual a proposta do PT pode e tem que se desenvolver.

Hoje para nós o PT é um instrumento para a luta política dos trabalhadores na defesa dos seus interesses e necessidades quanto a melhores condições de vida e de trabalho. A condição para que o PT realize seu compromisso com essas lutas é que desencadeie uma ação política das massas, limitando a iniciativa do regime, sua margem de manobra, fazendo-o recuar e conquistando, ainda que parcialmente, as reivindicações populares.

E nesse processo que o PT poderá consolidar sua legitimidade junto às massas e ir lançando as

bases para um novo projeto de sociedade. Por isso é inútil tentar definir agora o PT como partido tático ou estratégico, como partido para a luta imediata ou como partido para a tomada do poder. O PT é um partido para ação política das massas, portanto é partido para as lutas de hoje. E quanto mais o PT se fortaleça como partido de massas, mais estará criando condições para que sua luta adquira o caráter de uma luta pela mudança desta sociedade que injustiça, oprime e explora os trabalhadores, agindo então na construção de uma nova sociedade.

Não podemos afirmar hoje o PT como partido de classe como querem algumas correntes que estão no partido, pois isso terá como consequência impedir que ele realize o que é sua grande potencialidade — trazer as massas para a ação política. É a consciência dos trabalhadores em se pensar como trabalhadores, como classe — consciência que adquirem na ação política para a qual o PT quer mobilizá-los — que tornará o PT um partido classista e não a vontade de meia dúzia de radicais de palavra. Aceitar a vontade de meia dúzia de radicais de palavra significa hoje a mais total inconsequência política.

Querer definir o PT hoje como já sendo um partido classista, é querer enfiar uma camisa de força doutrinária numa proposta que procura romper com 16 anos de regime ditatorial em que as massas foram mantidas fora da vida política, monopolizada no período pelos políticos da burguesia, pelos patrões, pelos tecnocratas e outros agentes do estado burguês.

A prática do PT, sua ação de mobilização e organização das massas, tem como consequência aberta o combate contra o regime. Para que essa luta venha a ser

uma luta de massas, a ação do PT deve estar colada às reivindicações, aos anseios e problemas do povo, expressando-os politicamente. Para isso, o PT tem que propor linhas de ação que abram caminhos para o desenvolvimento desses movimentos, impedindo os impasses a que muitas vezes são levados na luta puramente reivindicatória. Os programas de ação do PT tem que ser capazes de mobilizar e organizar e não meios para proclamações finalistas e radicais que desejam ganhar o campeonato sem passar pelo jogo.

O PT não pode se contentar só com denúncias políticas. Tem que matar a cobra e mostrar o pau: mostrar o caminho pelo qual se deve lutar hoje, agora, para enfrentar e combater a opressão e exploração contra os trabalhadores, garantida pelo regime.

As linhas de ação do PT é que deverão cobrir a distância que existe hoje entre os movimentos populares e sua carência de expressão política. Esses programas de luta serão construídos democraticamente, nas bases do partido, por seus militantes. O propósito de construí-los e a necessidade de fazer isto como condição de criar uma militância de massas no PT deve estar presente em nossa prática cotidiana. Isto é o que devemos contrapor às propostas gerais daqueles que defendem um partido classista e o governo dos trabalhadores hoje. Estes se contentam exclusivamente com a propaganda, as denúncias e a proclamação do governo dos trabalhadores, fugindo do combate político concreto, agora. Não estão preocupados com a condução concreta, imediata das lutas. Pensam o programa do PT como pura agitação de palavras de ordem e não como uma arma para mobilizar e organizar os trabalhadores. Querem que o PT se limite, como proposta concreta, em agitar a perspectiva, no horizonte, de um possível governo dos trabalhadores. Têm idéias para o futuro, falta-lhes munição para o presente.

Por isso mesmo tem uma férrea resistência para admitir que no terreno político nossa luta hoje é em torno da democracia — luta democrática que tem por conteúdo os interesses e reivindicações dos trabalhadores.

O PT está aberto à participação de todo trabalhador e voltado para a ação e mobilização das massas em seus locais de trabalho, de moradia, etc., e não para dentro das tarefas internas do partido. Por esta razão, os militantes do PT devem dividir suas tarefas, pois se estiverem voltados apenas para as tarefas internas do partido, nos núcleos e nos diretórios, não farão com que as massas trabalhadoras brasileiras incorporem a política à sua vida.

O PT como partido de massas, por força da ação de seus militantes, deve criar continuamente formas capazes de concretizar uma militância popular, que possa democraticamente se manifestar e intervir nos rumos e na vida do partido, ainda que seja muito desigual a consciência dos trabalhadores sobre sua condição, seu papel na sociedade e seu nível de organização cotidiana. A militância do PT tem que estar voltada

para buscar as possibilidades de conquistas sociais através da organização e mobilização das massas hoje. Os militantes do PT tem que ter claro que é necessário que os trabalhadores façam a atividade política como um direito próprio, uma atividade natural de quem tem necessidades e interesses a defender e está disposto a lutar por eles.

O PT vai ter militantes que tem uma compreensão de conjunto da sociedade, como também aqueles que hoje começam a descobrir a importância de lutar politicamente por seus interesses imediatos. A presença ativa junto aos trabalhadores é condição para concretizar essas formas amplas de organização. As mesmas correntes que defendem o PT como partido classista e o governo dos trabalhadores hoje, querem transformá-lo numa organização estreita, fechada, tal como uma organização de vanguarda. Querem também determinar antecipadamente todas posições e objetivos do partido e, portanto, reduzi-lo a mais um grupo de vanguarda.

Nós temos que ter claro e afirmar em alto e bom som, que um partido de massas como o PT, tem que precisar os rumos de sua ação política considerando o nível de consciência e organização das massas, para poder ir criando o caldo onde será possível cultivar um projeto e uma prática de transformação da sociedade.

O PT como partido de massas, para a ação política legal, pública, desde agora, tem que ocupar todos os espaços, brechas e possibilidades que vão sendo criadas pela evolução da luta política. O PT tem que fazer ouvir a voz dos trabalhadores e abrir caminho para suas lutas em todos os lugares. Imaginar e praticar todas as lutas possíveis.

Com relação ao parlamento, as mesmas correntes que defendem o PT classista e o governo dos trabalhadores hoje, sustentam uma posição anti-parlamentar e, finalmente, anti-parlamentares. Nós defendemos a possibilidade de uma política no parlamento. Os parlamentares pró-PT poderão ter uma ação parlamentar que, sem criar ilusões quanto às suas possibilidades, explore o espaço específico que aí existe. Além das denúncias, o parlamento permite em certos momentos, uma ação combativa de apoio e respaldo a algumas lutas.

Para isso é necessário que mude a relação parlamentar/bases, assim como a relação parlamentar/partido. Concretamente, a ação dos parlamentares PT ou pró-PT deverá se dar não de forma individualista e espontaneísta (o que era admissível quando se tratava da frente MDB), mas sim de acordo com suas bases e com a direção do partido.

As outras formas de luta, decisivas, são aquelas praticadas diretamente pelos trabalhadores em seus locais de trabalho, de moradia, em suas entidades representativas tais como sindicatos, associações, movimentos, nas ruas, contra a exploração e a opressão. Lutas decisivas porque elas é que tornarão concreta a ação política dos trabalhadores. O PT terá que desenvolver e explorar criadoramente todas essas formas de luta.

Leia e assine:

**EM TEMPO:
EM TEMPO:
EM TEMPO:**

UM
JORNAL
AO LADO
DOS
TRABALHADORES



Estou enviando o cheque nº por uma assinatura anual.
() comum: Cr\$ 500,00 — () apoio: Cr\$ 1.000,00 — () exterior: individual: US\$ 40,00
() exterior, instituições: US\$ 80,00

Nome
Profissão
Endereço
Bairro Cidade
CEP Estado

Presença e remeta para Editora Aparte S/A — Rua Francisco Lettko 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414

Professores

Estudantes

RS Campanha durante as aulas

Os professores gaúchos iniciam o mês de abril em plena campanha salarial. Na rede pública, uma assembleia realizada dia 24 de março com os representantes eleitos por municípios do interior e das escolas da capital, negou a proposta do governo de 56% de aumento. Os 400 representantes presentes na assembleia resolveram por intensificar a campanha de mobilização nas escolas, preparando a categoria para uma assembleia geral no dia 22 de abril. O que os professores estão exigindo é um aumento de 25% acima do índice oficial de inflação de janeiro, o reajuste salarial semestral, 13º e a equiparação no nível funcional aos técnicos-científicos do Estado. Uma outra reivindicação muito sentida pela categoria é a de maior participação nas decisões das escolas e a eleição dos diretores.

O grande problema que os professores estão enfrentando é a coordenação do movimento, já que a diretoria do CEPERGS mantém-se na mesma posição da última greve: tenta conter ao máximo a mobilização ao mesmo tempo que busca controlá-la caso a categoria avance. Um bom exemplo disso é a atual Comissão de Mobilização, que ao invés de ser eleita pela assembleia foi indicada pela diretoria do CEPERGS.

Na rede privada de ensino os professores se prepararam para mais um mês de enfrentamento com os patrões, numa campanha salarial inédita na história recente do Sindicato dos Professores (SIMPRO).

A campanha salarial que começou em novembro de 1979, com a aprovação em assembleia de um índice de aumento de 100% e mais 29 reivindicações visando melhorar as condições de exercício da profissão, é a primeira que a categoria realiza durante o período de aulas. Até então a discussão salarial acontecia nas férias, com os professores desmobilizados e dispersos. O sindicato patronal tentando esvaziar a mobilização desde o seu início, demorou quatro meses para apresentar uma contra-proposta descarada com índices de 50% de aumento para o 1º e 2º grau, e 48% para o 3º grau, negando as demais reivindicações. Além disso só dispõe-se a voltar a negociar, depois de uma assembleia patronal no fim de abril.

O que os patrões não esperavam é que ao invés de esvaziar a mobilização o novo prazo permitirá aos professores da rede privada aperfeiçoar suas formas organizativas, aproveitando a repercussão da mobilização dos seus colegas da rede pública.

Minas

Greves: advertência

Dois grandes acontecimentos mobilizaram o professorado mineiro nos últimos dias: o acirramento da luta contra o veto de Francelino à efetivação de 73 mil professores do Estado e a abertura da campanha salarial de 1980.

Do dia 21 ao dia 27 de março, professores de 116 escolas da capital paralisaram as aulas em uma greve chamada de advertência. Ela foi feita em rodízio com a duração de dois dias, e se alastrou também a Contagem, Uberlândia e Teófilo Otoni.

Toda esta mobilização teve como sentido protestar contra o projeto de efetivação do professorado apresentado por Francelino à Assembleia Legislativa e aprovado pela maioria dos deputados, o qual além de reduzir a parcela dos efetivados a 15 mil, submete a efetivação à existência de vagas abertas pela Secretaria

de Educação do Estado. O projeto de Francelino extingue ainda o quadro do magistério, transferindo os professores efetivados para o quadro permanente do funcionalismo com o objetivo de regular o salário da categoria pelos critérios do funcionalismo público os quais não têm atualmente força reivindicatória equivalente a do professorado.

Para o dia 12 de abril está marcada uma assembleia geral dos professores do Estado para deliberar os rumos do movimento diante das respostas do governador às reivindicações. Com uma organização superior à existente no ano passado, quando realizaram uma greve de 40 dias que se difundiu por mais de 400 cidades do Estado, os professores prometem ir à greve caso Francelino continue negando à categoria as mínimas condições de salário e trabalho.

17 de Abril

Dia Nacional de Lutas por mais Verbas para a Educação

As mobilizações estudantis contra o aumento das anuidades nas escolas pagas e as manifestações de alunos e professores em favor do ensino público e gratuito parecem ter "sensibilizado" o ministro da Educação, Eduardo Portela. Na semana passado, o ministro defendeu no Conselho Federal de Educação a manutenção do índice de aumento das anuidades em 35 por cento para o primeiro semestre, enquanto os demais membros do CFE firmaram pé num aumento de 52 por cento. No início desta semana continuavam as gestões do ministro no sentido de não alterar o índice definido em janeiro que, com o aumento extra concedido em dezembro, totaliza um aumento de 53 por cento nas anuidades das escolas particulares do país.

Mas, assim como não está definido o índice do CFE, a cobrança de sobretaxas na maioria das escolas particulares continua, gerando protestos, manifestações, boicotes e greves estudantis em vários Estados. Para o dia 17 de abril já está marcado o "Dia Nacional de Lutas por mais Verbas para a Educação", unificando a luta dos estudantes particulares contra a sobretaxa e dos estudantes das escolas públicas, que reivindicam mais verbas para acabar com a crise financeira por que passa a maioria das universidades brasileiras. Esse dia será marcado

por manifestações nas principais cidades do país, com distribuição de panfletos à população, atos públicos e passeatas.

O eixo central das mobilizações do dia 17 é o mesmo definido pela UNE para todo o primeiro semestre — mais verbas para a educação, embora a atuação da entidade nestas campanhas ainda seja muito reduzida, sem uma participação efetiva de sua diretoria nas lutas levadas por estudantes de várias universidades, como na PUC de Minas, PUC do Rio, USP e outras. Esta reconhecida "deficiência" na atuação da UNE, assim como as queixas à atuação da UEE de São Paulo, é causada, na opinião do vice-presidente da UEE paulista, Marcos Galvão — Kaloi —, pela falta de condições financeiras das entidades, que não "têm dinheiro nem para seus diretores viajarem ao interior", e pela falta de apoio das entidades de base.

"A gente precisa ver, explica Kaloi, a situação das entidades recém criadas (a UEE tem dois anos e a UNE nem isso) que ainda estão num processo de estruturação. Hoje, cada diretor já gastou Cr\$ 40 mil de seu bolso com a entidade. Isso não é desculpa, é demonstração concreta. Comecem a colaborar a ter maior participação ou dificilmente a diretoria vai poder encaminhar as lutas."



São Paulo

Como retomar o CRUSP?

No dia 8 os alunos da USP vão realizar assembleia geral para discutir novas formas de encaminhamento para a luta por mais verbas para a educação e pela reabertura do restaurante universitário a preços condizentes. A mobilização nesta escola iniciou em janeiro, com assembleias para discutir o problema do restaurante e a tomada do CRUSP — moradia universitária —, que está sendo utilizada pelo Projeto Rondon. A reabertura do restaurante e o preço das refeições foi o que gerou maiores divergências entre os alunos. Enquanto o DCE propunha uma luta por manter o subsídio, já que, segundo Nara Camargo, integrante da diretoria eleita pela chapa *Todo Mundo no DCE*, "não adianta brigar por mais verbas para o restaurante se toda a universidade está mal", um grupo de estudantes lutava por congelamento dos preços das refeições. Foi vencedora a proposta de manter o subsídio mas até agora nada de concreto foi feito. Nara Camargo diz que o DCE está esperando o resultado da concorrência que o Coseas está fazendo para encontrar uma firma em condições de assumir o restaurante. Até agora, já está na segunda concorrência, poucas empresas apresentaram proposta, mas nenhuma em condições de assumir. O problema da moradia só será resolvido no final de abril. Após a tomada simbólica da parte ocupada pelo Projeto Rondon, os responsáveis pelo Projeto se comprometeram a sair até esta data, se a reitoria encontrar outro local para se instalarem.

Para o dia 8, o DCE ainda não tem propostas. Para Nara não há muito o que apresentar, "já que o central os estudantes aprovaram, querem mais verbas. Não há necessidade de novas reivindicações. Assembleias e atos públicos não têm mais eficácia. Estamos estudando uma forma, talvez uma vigília permanente na Assembleia Legislativa. O problema é que falta respaldo. Precisamos de apoio incisivo de outros setores, como declarações públicas de entidades nos apoiando. Greve não é a forma de luta mais eficaz. Precisa mobilização para ser sustentada. Talvez se faça um dia de paralisação no dia 27, dia de luta dos professores".

II Congresso da UEE gaúcha

DEE está com os dias contados

O IIº Congresso da União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul realizado no último fim de semana contou com a presença massiva da maioria das escolas do Estado. Foram cerca de 1.500 estudantes que durante os três dias do encontro discutiram os eixos de luta para este semestre, o posicionamento frente a conjuntura política e o encaminhamento das eleições da entidade.

Os 300 delegados representavam as seguintes universidades: Federal de Porto Alegre, PUC, também de PA, Unisinos de São Leopoldo e outros diretórios acadêmicos do interior. Na questão da conjuntura política, predominou o entendimento de que a entidade não deveria se filiar a nenhum partido, mas apoiar a todos que defendem na prática as lutas populares.

O ponto seguinte foi a determinação dos eixos de luta e formas de organização na Universidade. Peleia, integrante da chapa Novação para a UNE, defendeu o imediato congelamento dos preços das anuidades nas escolas, enquanto Mutirão propunha nada além de 35 por cento. Dos 308 delegados presentes, 131 votaram na proposta de Mutirão, enquanto que a primeira recebeu 105 votos.

O movimento estudantil do RS conta com uma particularidade que se refletiu no Congresso. Hoje há duas entidades de caráter regional: uma, existente há anos, é o DEE (Diretório Estadual dos Estudantes), entidade formada logo após a decretação do 228 que extinguiu as UEEs, completamente atrelado ao estado. De outro lado temos a UEE que se propõe a formar a partir de organismos de massa, os canais de decisão e participação dos estudantes. No Congresso, os remanescentes da chapa Unidade da UNE defenderam a unificação das duas entidades. Em contrapartida, mais de 95% dos delegados defendeu a UEE como a única entidade representativa dos estudantes. Para a direita, que ocupa a direção do DEE, e seus aliados de momento, restaria a opção de entrarem na UEE, aceitando seus princípios democráticos de funcionamento.

Após este Congresso não há mais dúvidas sobre a representatividade que UEE conquistou entre os estudantes como entidade máxima, pois ao mesmo tempo que ocorria o congresso em Santa Maria, o DEE promovia um encontro de lideranças estudantis em Porto Alegre com a presença de apenas 50 pessoas. Os delegados do Congresso também estranharam o comportamento de um dos diretores da UNE Marcelo Barbieri que participou do Congresso e do encontro, quando a UEE deveria apoiar ao máximo a UEE segundo deliberação da própria entidade.

As eleições para a primeira diretoria da UEE gaúcha se realizarão nos próximos dias 29 e 30 de abril. Os prognósticos quanto às chapas que surgirão são: uma chapa composta pelo Mutirão aliado a um setor que saiu da Novação; a Novação, que tem seu centro na tendência Peleia, Nao Rumo e Avançar a Luta; quanto aos reformistas da Unidade o quadro permanece confuso, pois a sua procura obstinada pela aliança com a direita no Estado talvez lhe impeça de concorrer às eleições, depois da decisão majoritária do Congresso de não unificar as duas entidades estaduais.

Leia e assine

EM TEMPO

Biônicos escorraçados na FGV de São Paulo

O golpe que Marcelo Barbieri, vice-presidente da UNE, e sua turma, tentaram dar no Centro Acadêmico da Função Getúlio Vargas de São Paulo.

Por Cláudio Settimi

Quando o vice-presidente da UNE, Marcelo Barbieri, foi impedido pela plenária de sentar na mesa e (na prática) conduzi-la, e quando o tesoureiro da UEE-SP, José Amaro Machado, foi quase escorraçado pelos gritos de "Fora, Fora, Fora!" da unanimidade dos estudantes presentes na assembléia da manhã de 25 de março, no Centro Acadêmico da FGV-SP, escola à qual ambos pertencem, com certeza pensaram que já era hora de dissolver a massa e eleger outra. Historiemos, pois, como os dois conseguiram concretizar a "unidade" que tanto apregoam — mas, no caso, contra eles mesmos.

Esta história, porém, não é nada nova. Suas origens remontam à gestão 1977-78 do Centro Acadêmico da FGV, quando o então presidente, Marcelo Barbieri, iniciou um processo de profunda burocratização da entidade, processo este consolidado pela gestão de José Amaro Machado, que acabou por esvaziar completamente a entidade, afastando dela todo o conjunto dos alunos. A gestão seguinte principiou comprometida com este processo, mas a evidência da crise levou uma parte da diretoria a questionar a política que até então norteava.

Na medida que este questionamento não era unânime e que a isto se somavam divergências crescentes sobre as mais variadas questões, que iam desde a reformulação partidária à invasão do Afeganistão, a crise da entidade se estendeu à diretoria que se viu, assim, impossibilitada de prosseguir seu trabalho.

A parcela da diretoria que havia iniciado este questionamento propôs, então, uma renúncia coletiva como forma mais apropriada de denunciar o problema e confiar sua resolução aos principais interessados: o conjunto dos alunos. Dentre os oito diretores, cinco se demitiram e três insistiram em manter seus cargos. Todavia os estatutos da entidade previam que

a tomada de qualquer decisão deveria contar com um quórum mínimo de cinco membros — mas os estatutos, ora os estatutos...

Os três diretores remanescentes, solucionaram a questão de uma forma, curiosa nomeando dois novos diretores (entre eles o já conhecido José Amaro), logo imortalizados na escola com a alcunha de "biônicos". Os alunos, revoltados com tais decisões tomadas em seu nome e à sua revelia, organizaram-se imediatamente para exigir uma assembléia que lhes foi negada até o último momento por uma diretoria que só se dobrou diante de um abaixo-assinado de mais de 600 assinaturas.

A reação e a revolta dos alunos foram imediatas. Impuseram, à "diretoria" a convocação de uma assembléia, através de abaixo assinado, firmado por 600 estudantes. Como é de praxe, na escola, as assembléias foram setoriais. Pela manhã, sem dúvida, a mais agitada, Barbieri guru dos bionicos, comeu o pão que o diabo amassou, sendo, inclusive, impedido de assumir a mesa. Igualmente todas as manobras dos "biônicos" para esvaziar a assembléia foram em vão. Insurgindo-se aos gritos de "Fora, Fora" e "Vota, Vota" os estudantes aprovaram, por 146 votos contra oito, a destituição dos remanescentes da antiga diretoria e a nomeação de três representantes para compor uma diretoria provisória, juntamente com os delegados dos demais turnos. A tarde, os resultados se repetiram, 98 votos pela destituição contra 12, enquanto que à noite os distribuidores do HP na FVG receberam apenas 4 votos contra 94.

Escorraçados, recebendo uma sova de criar bicho, Marcelo Barbieri e seus seguidores devem estar apreensivos. Afinal, o Centro Acadêmico da FGV, que foi a catapulta para sua rápida carreira, talvez acabe se transformando no seu cadafalso.

Rio de Janeiro

Lançado o Comitê Anti-apartheid no Brasil

O dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, promovido pela ONU, foi comemorado no Rio no Instituto de Pesquisas das Culturas Negras - IPCN, com a presença de mais de 40 pessoas. Fizeram parte da mesa, além do presidente da entidade, Manoel Almeida e Silva (representante a ONU), José Maria Nunes Pereira (membro do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes), Amauri Pereira (do jornal Sinha e da Sociedade Brasil-Africa), Carlos Alberto Oliveira (Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio) e Lélia Gonzales (do Movimento Negro Unificado e da Escola Quilombo).

Amauri Pereira, abrindo a solenidade comunicou ao público a criação do Comitê Anti-Apartheid no Brasil, mencionando que este fato demonstrava pela primeira vez que o movimento negro brasileiro fixava o caráter internacionalista da luta anti-colonial e anti-racista no Brasil. Amauri mencionou ainda que este fato mostrava ser possível estabelecer uma articulação entre o movimento negro e amplos setores democráticos brasileiros. No entanto, disse ainda Amauri, este fato, único na história negra do Brasil, terá, em particular, o objetivo de ser um veículo para o combate contra o racismo no Brasil. Em seguida Lélia Gonzales tomou a palavra e após breve relato de suas atividades internacionais ressaltou que após tantos anos de luta via com bastante entusiasmo a

criação do Comitê. Lélia ressaltou ainda que a questão racial, salvo honrosas exceções, não tem sido entendida pela esquerda brasileira, mas que era hora que isto acontecesse. O representante da Universidade Cândido Mendes, prof. José Maria, após longa exposição sobre o "esquecimento" do negro na História Brasileira, terminou sua intervenção ressaltando que a direita brasileira já havia compreendido a importância da questão racial brasileira e que, no presente, adotava uma posição paternalista, intervindo em instituições negras, tais como Escolas de Samba, Associações religiosas e mesmo no futebol, desvirtuando com isso os objetivos culturais negros. O presidente do Sindicato dos Jornalistas, Carlos Alberto, ressaltou a importância do fato e conclamou a plateia que refletisse sobre o problema do negro na atual conjuntura. Carlos Alberto alertou o público para o fato de que o negro não tem uma estratégia para o atual processo político que vive o Brasil. Finalmente, o representante da ONU leu uma carta em que se mencionava o fato de que naquela data se comemorava 20 anos da declaração da ONU contra o Apartheid na África do Sul.

E o presidente do IPCN encerrou os trabalhos lendo uma extensa lista sobre a legislação que o regime racista da África do Sul impõe a maioria da população daquele país, os negros.

Belo Horizonte

Um festival de denúncias ecológicas

Mais de 1.000 pessoas se reuniram para protestar contra a devastação da Amazônia e o caos urbano que tomou conta da cidade.

Da Ducursal



Da revista em quadrinhos CONTRA ATAQUE nº 3 — lançada no dia da manifestação pela Editora VEGA e o Núcleo Mineiro de Defesa da Amazônia.

CONTRA

10 MILHÕES de hectares desmatados por ano
300 tribos em EXTINÇÃO
Trabalho escravo
MULTINACIONAIS

amazônia: até quando?

ATAQUE.

Uma revista de denúncia

A Amazônia nos é mostrada sempre como uma enorme floresta, com animais vivendo em harmonia e índios em paz. Ah, uma mentira! Assim, a aluna da oitava série do Colégio Santo Antônio, de Belo Horizonte, finalizou sua redação sobre a Amazônia, que foi lida durante a manifestação do Dia Nacional em Defesa da Amazônia.

No domingo dia 30, pela manhã, mais de 1000 pessoas se acomodaram no gramado do Parque Municipal, em pleno centro de BH, para protestar contra a devastação predatória da maior floresta equatorial do planeta e também para "desabafar" sobre o caos urbano que se tornou Belo Horizonte.

A manifestação promovida pelo Núcleo Mineiro de Defesa da Amazônia, buscou combinar, de forma original, os discursos e pronunciamentos políticos com outras formas de protesto. Houve apresentações de 12 grupos musicais mineiros e também do Quinteto Violado. Até as crianças puderam protestar contra a devastação pintando cartazes com slogans: "Viva o Verde!", "Não acabem com a floresta!".

Denúncias e mais denúncias foram feitas: um diretor da UEE-MG falou sobre a destruição da sede da União Nacional dos Estudantes, no Rio. Os estudantes de Arquitetura lembraram a construção do novo aeroporto em BH. O professor Keer, antropólogo, frisou que 10 milhões de hectares estão sendo desmatados por ano, indicando que em 34 anos a floresta amazônica será um imenso deserto. E outros levantaram a situação do homem do campo expulso de sua terra pelas grandes empresas.

Enfim, de tudo se falou um pouco. Sem contar os papos informais, as trocas de endereços, crianças que se perdiam, os inúmeros fotografos amadores. Como diria a moçada nova, a manifestação foi "numa boa".

O poeta Carlos Drummond de Andrade, mineiro de Itabira, quando a multinacional MBR praticamente destruiu os contornos da Serra do Curral, que cerca Belo Horizonte, rompeu seus laços com a cidade em seu poema "Triste Horizonte". Isto em 1976. Hoje, em 1980, a situação está tão alarmante, que talvez nem Drummond conseguisse exprimir em versos como anda cidade.

À venda nas livrarias ou pelo reembolso postal

Editora Vega S/A
Rua Guajajaras, 178
Caixa Postal 2663 —
Fone: 224-8318
Belo Horizonte —
Minas Gerais

A experiência dos bancários Da oposição à diretoria um ano depois

Por Zoca de Moraes

O que representou esse primeiro ano de atuação no sindicato, para vocês?

— **Augusto** — Representou duas coisas: é a primeira experiência de uma oposição no sindicato, e que praticamente tudo o que foi construído nasceu do nada, porque não havia uma experiência anterior. Hoje, a gente tem um conhecimento, muito maior da máquina sindical, e uma das lutas que a gente tem travado é para que essa máquina sindical não nos engula. E no primeiro ano de gestão, em relação à categoria, teve uma vitória maiúscula que a gente conseguiu, que foi nessa campanha salarial, a quase que unificação da data base a nível nacional. Surgiram várias comissões de banco com jornais que estão permanecendo e se hoje existe uma expectativa de luta, ela também existe na categoria bancária. Para o segundo ano, a gente tem muito mais condições e uma clareza muito maior de como encaminhar as lutas e de como dominar a máquina sindical.

— **Gushiken** — Essa pergunta é importante, mas é necessário que a gente veja essa nossa gestão ligada ao movimento sindical em geral, hoje no Brasil. A campanha eleitoral da oposição sindical foi a maior campanha que se verificou no Brasil pós-64, eixada em cima de linhas políticas bem delimitadas. Não é acidental o fato de que surgissem, na época de nossa posse, pressões por parte do Ministério do Trabalho em cima da diretoria.

Não obstante, as diferenças que existem nessa categoria, e essas diferenças são levadas de forma concreta para a categoria, é um dado a ser ressaltado. Entretanto, temos que nos preocupar, também, em como uma diretoria consegue traçar uma linha política com base nas divergências que existem e que vão ser materializadas em função das capacidades individuais dos diretores. O que se consegue fazer com o nosso sindicato é uma coisa que não tem precedente, que não se verifica em outro sindicato. É a autonomia e a preponderância política daqueles que tentam gerir esse sindicato. É verdade que e elemento que vai decidir é o movimento de massas.

«Quando uma oposição passa a ser diretoria ela incorpora o setor mais atrasado da categoria»

No entanto, já é salutar o fato de que nós abrimos uma discussão para as divergências políticas ao nível daqueles que vão decidir no sindicato. Isso é muito salutar.

— **Qual é a diferença que existe entre a prática de uma oposição — como eram vocês — e de uma diretoria?**

— **Augusto** — A prática de uma oposição sindical, necessariamente tem de surgir com um pessoal de consciência política mais avançada. Não há como fugir disso. Ou é um grupo ou um partido. Mas não existe uma oposição sindical, no Brasil, onde os elementos que, pelo menos encaminham a coisa, não sejam pessoas de um grau político mais elevado, acima da massa. Pode estar ou não organizado, mas isto é um fato concreto e real. Mas, quando a oposição passa a ser diretoria, ela assume um organismo de massa, pois como oposição ela é uma alternativa de poder. Agora, quando passa a ser diretoria, ocorre que ela incorpora o setor mais atrasado da categoria.

Nesse primeiro ano, o trabalho foi de adaptação entre uma concepção política mais abstrata, e agora a concretização dessa posição política. E ela tem que partir do lado inverso da questão. Ela partia do geral e chegava no específico. Agora ela está sofrendo uma inversão, partindo do específico para o geral. Hoje a gente tem notado que essa concretização, essa descida aos setores



Transformar-se numa diretoria combativa, o desafio para a antiga oposição bancária

mais atrasados da categoria para incorporá-los na luta, mostra já um movimento maior do sindicato. Eu acho que as oposições tem que estar preparadas para ter uma capacidade política de distinguir a atividade política partidária da atividade de massa, para pegar os setores mais atrasados.

— **Luizinho** — Eu diria que com a questão da democracia dá pra discutir a questão da oposição e diretoria. Pelo seguinte: quando a gente estava na oposição, a principal luta que a gente levava no sindicato era pra garantir a soberania das assembléias, a democracia no sindicato. A gente procurava a adesão do maior número possível daqueles elementos mais ativos.

A luta da diretoria, por outro lado, é muito grande, pra manter essa democracia. Porque, as contradições que existem entre a estrutura sindical e a existência de democracia e soberania nas assembléias, é muito grande. Porque, as contradições que existem entre uma diretoria de sindicato que representa o conjunto da categoria bancária com algumas assembléias, que em muitos momentos são muito minoritárias, é um tipo de contradição e uma luta para a diretoria do sindicato resolver. Porque é uma contradição e uma luta para a diretoria do sindicato resolver. Porque é uma contradição que temos no sindicalismo brasileiro, que é o fato de que o sindicato não é um sindicato de massas.

— **Como vocês avaliam hoje a estrutura sindical atrelada e possibilidades de combatê-la desde o seu interior? A prática na direção do sindicato fez com que avançasse a compreensão da estrutura?**

— **Gushiken** — Eu acho que estar dentro da estrutura sindical, hoje, pode ajudar o movimento de massas a romper com essa estrutura ou pode bloquear esse mesmo movimento de massas. Não existe meio termo, e acho que a solução para a estrutura sindical no Brasil vai ser meio violenta, pois o movimento vai ter que arrebentar direito. No nosso caso a idéia de ajudar o movimento de massas a romper a estrutura desde o seu interior, já estava presente. O que não ocorre, evidentemente, com o conjunto de diretorias no sindicalismo no Brasil. Portanto, eu acho que as diretorias que existem nesse País, na grande maioria, prejudicam o movimento. Não há o objetivo declarado de romper com a estrutura sindical, sua vontade é manter os privilégios que essa estrutura lhe dá.

No dia 12 de março, a diretoria do Sindicato dos Bancários completou seu primeiro ano à frente da entidade. Três diretores, Augusto Campos (presidente), Luis Gushiken (vice-presidente) e Luizinho (1.º secretário) falam ao EM TEMPO sobre o que foi esse período em que a antiga oposição ao pelego Chico Teixeira conheceu mais de perto a estrutura sindical, suas possibilidades e limitações.

«Aprendemos muito como se deve combater a estrutura sindical»

— **Luizinho** — Houve um aprendizado muito grande de como se combater a estrutura sindical. E esse aprendizado foi muito maior porque a gente passou a ter um contacto também muito maior com as direções dos outros sindicatos. Através da Intersindical, através de Congressos e convenções convocadas pelas Federações de bancários, onde a gente começou a ver que a concepção do pessoal do sindicato era realmente muito voltada para dentro de si.

Quer dizer, cada um é dono do seu sindicato e não se tem nenhuma preocupação em se avançar em se construir organismos que realmente sejam organismos intersindicais. Porque é impossível se pensar modificar essa estrutura sindical se não se avançar no sentido de acabar com o corporativismo. Porque os trabalhadores no Brasil são representados como categoria, e não enquanto classe.

Segundo aspecto: o sindicato deve deixar de ser um organismo que representa menos uma parcela dos trabalhadores. Avançar no sentido de que os trabalhadores sustentem esse sindicato. A única forma de se acabar com o imposto sindical é os trabalhadores assumirem seu próprio sindicato, sustentarem seu sindicato. E para isso, você tem que construir uma central única e conseguir transformar esse sindicato num sindicato de massa.

— **Quais as principais lutas encaminhadas pela diretoria no 1.º ano de gestão?**

— **Augusto** — As grandes lutas ainda não foram encaminhadas mas duas delas eu acredito que nos distinguiram muito claramente como diretoria de oposição. A primeira grande luta da gente foi como mostrar para a categoria a necessidade e a importância do piso salarial. Essa foi uma luta enorme, muito mais como propaganda, pois ela não conseguiu ainda ser uma bandeira da categoria, embora hoje a gente já note um engajamento cada vez maior da categoria nesta questão. Uma outra bandeira que a gente está tentando levar, em caráter de reivindicação é a questão do reajuste com valor fixo. Isso é de

uma importância fundamental, pois a diferença entre o salário de quem ganha menos e de quem ganha mais é tão grande que atinge quarenta, cinquenta vezes. Então em termos de reivindicação econômica, acho que a gente pode se orgulhar de ser uma diretoria de oposição. Em termos de reivindicações do fortalecimento do organismo sindical, também por inexperiência ou por falta de clareza política, a gente não conseguiu encaminhar bem nosso congresso pra que de fato ele fosse um congresso deliberativo. A gente não conseguiu que fosse um congresso representativo, ficando prejudicado o caráter deliberativo.

— **O que representou a greve de 1979 para a categoria? O sindicato e a diretoria, cuja maioria se posicionou contra o movimento, saíram desgastados?**

— **Augusto** — Não. Acho que mesmo quem encaminhou contra a deflagração da greve, naquele momento, e quem encaminhou a favor não saiu desgastado. Eu acho que para um setor da categoria pelo menos, ela representou demais. Porque, pela primeira vez, a gente conseguiu ter uma visão crítica da greve. Começou, pelo menos a discutir o que seria uma greve de bancários. Quais os setores importantes, quais os reflexos dessa greve no geral, etc. E a gente pode apresentar um dado que pode parecer estereótipo, mas para mim não é. Havia duas posições: uma que deveria haver a greve a qualquer custo e outra posição que era a de não greve a qualquer custo. Durante a campanha salarial, a gente conseguiu fugir dessas duas camisas de força, e passou a discutir a greve, o porque da greve e porque da não greve. Após a decretação da greve, de 24 companheiros presos no DOPS, 21 tinham encaminhado contra a decretação da greve.

«Para os que participaram da greve, não houve derrota, mas a certeza de continuar a luta».

Eu acho que esse é um dado de uma importância grande, e um outro dado de importância muito maior é que logo após encerrar-se a greve — quando se avalia o momento adequado para recuar — o pessoal pedia uma participa-

ção política. E houve um espaço, grande naquele momento, para esse pessoal partir para um movimento político. Porque os grupos naquele momento, os grupos organizados, não representavam um canal para esse pessoal. Foi quando se partiu para a nucleação do PT, e que houve uma participação de momento muito grande. E isso é o reflexo de que esse pessoal, que representava o elo da categoria com a diretoria.

Para esse pessoal houve não a derrota mas, a certeza de continuar a luta.

— **Gushiken** — Foi uma greve derrotada. Não foi uma greve derrotada em São Paulo mas, derrotada a nível nacional. E que nos demonstrou, devido a particularidades da categoria bancária, que uma greve tem que ser nacional, unificada nacionalmente. Então, se ela sai derrotada como é que fica a questão do sindicato e diretoria? Não é tão fácil responder a essa pergunta. Então, se de um lado ela foi economicamente derrotada e trouxe experiência para nós, de outro, alguns acontecimentos na greve são de certa forma um avanço. Por exemplo a briga que houve entre a repressão e a massa não foi só com os office boys. A categoria no seu conjunto, pelo menos aqui no centro, estava dando um combate direto. O que se refletia naquelas atitudes de jogar máquina de escrever, papel higiênico. Esse tipo de confronto coloca para a categoria de forma clara qual é o grande obstáculo que existe para ela conseguir reivindicar economicamente.

— **Como vocês encaram o processo de construção de uma CUT? Qual a posição da diretoria diante da Unidade Sindical?**

— **Augusto** — Em primeiro lugar, a diretoria está totalmente de acordo com a unidade sindical. Agora, tem unidade sindical e unidade sindical. A unidade sindical tem que se dar em cima de critérios, em cima de coisas bem claras e coisas bem explícitas. A partir daí, existe a unidade. É necessário que isso reflita um movimento de massa. O anseio da massa é ultrapassar essas divisões, essas limitações. Agora, quanto a unidade sindical de conchavo e somente de cúpula, a gente é totalmente contra. A formação da CUT já está se dando. Quando os dirigentes se procuram, quando começa a haver uma interligação maior, demonstra que a massa está empurrando para aquilo. Achar que a Central vai ser de base, só porque se vai tirá-la num congresso, é infantil.

Isso já é um processo, e no começo, quer a gente queira ou não, ela vai depender do grau de reconhecimento da classe trabalhadora em torno de algumas direções.

— **Gushiken** — É necessário que se precise o caráter dessa Central. Devemos lutar por uma central única dos trabalhadores e independente. Porque a palavra independente carrega um conteúdo político que precisa melhor a questão da central.

— **Setores do sindicalismo afirmam que a proposta de construção do PT representa um perigo para a unidade do movimento sindical. Qual é a posição de vocês a respeito?**

— **Luizinho** — Essa afirmação de que o PT divide o movimento sindical fecha com o Murilo Macedo. O Murilo Macedo é quem diz que o Lula não pode abandonar o sindicato para construir o PT. Essa afirmação se faz no sentido de impedir que os trabalhadores organizem um negócio que é seu. Essa afirmação de que o PT divide o movimento sindical, é um combate que se leva para os trabalhadores não se constituírem em partido, a continuarem a se filiar à partidos da burguesia. O PT ainda não é de todos os trabalhadores, porque há uma parcela iludida pelo PMDB, PTBe em outros partidos da burguesia e que buscam a conciliação de classes.



A violência desaloja favelados

Com armas de fogo, paus e pedras, mais de uma centena de moradores do Jardim Imperador, liderados pela Sociedade Amigos do Bairro local, atacaram na quinta-feira à noite, dia 20 de março, as 21 famílias de favelados que ocuparam um terreno vago da Prefeitura neste bairro, no sábado anterior.

A fúria dos moradores foi devastadora. Disparando tiros para o ar, atirando pedras nos favelados, os atacantes derrubaram os 5 barracos já erguidos, atearam fogo ao material que serviria para a construção dos demais barracos, amassaram a laticina e quebraram os vidros de 5 carros estacionados em frente ao terreno. Só não houve mortes porque os favelados, a pedido de D. Luciano Mendes de Almeida, bispo auxiliar de São Paulo, que no momento celebrava uma missa local, retiraram às pressas as crianças que dormiam no interior de sua casa e fugiram sem oferecer resistência. Houve porém quem tenha sido pelas pedras e precisasse ser medicado com urgência.

O DESPERO

Esta cena, de grande violência, aconteceu na Vila Prudente, em São Paulo, onde fica o Jardim Imperador. E, curiosamente, as viaturas policiais que antes eram vistas com extrema frequência rondando os arredores do terreno, só apareceram depois da destruição ter sido consumada, chegando juntas com os carros de bombas que acorreram ao local.

Mas este foi apenas um capítulo das desgraças que se abateram sobre os favelados. Tudo começou num sábado do fevereiro, quando as chuvas provocaram a enchente do córrego Itamarati, na Móoca, e 5 das 21 barracos da favela Itápolis desmoronaram. Os desabamentos provocaram 2 mortes: de um homem e uma menina de 12 anos, levada pelas águas à vista de todos e sem que ninguém pudesse fazer nada.

Desde esse momento, os favelados procuraram insistentemente a assistência da Prefeitura e lá foram por mais de 30 vezes sem nada conseguir. Desesperados, sem teto e sem assistência, os favelados invadem o terreno do Jardim Imperador com o apoio da Igreja, do deputado Marco Aurélio Ribeiro e de algumas mulheres da comunidade local.

Quando da ocupação do terreno a Sociedade Amigos do Bairro do Jardim Imperador alerta as autoridades e para lá são deslocadas 8 viaturas policiais e 2 caminhões da Prefeitura para retirarem os favelados. Pela interferência dos padres e do deputado, o administrador regional da Móoca, Benjamim Siqueira de Barros, suspende a ação policial e convoca uma reunião dos interessados na Administração Regional de Vila Prudente. Fica acertado que

os 2 barracos que já estão erguidos não serão demolidos, mas os favelados se comprometem a parar de construir enquanto esperam uma decisão da Prefeitura. No dia seguinte, 18 de março, ao meio-dia, funcionários da Prefeitura voltam ao local e põem abaixo os 2 barracos existentes. Denunciada a destruição dos barracos na reunião que se realiza na AR de Vila Prudente, o administrador regional se compromete a fornecer material para a reconstrução dos mesmos, mas impõe a condição de que isto seja feito em outro local, que a Prefeitura estaria procurando para oferecer aos favelados. Desacreditados das promessas pelo rompimento do acordo, os favelados, auxiliados por padres, erguem novamente seus barracos no terreno do Jardim Imperador. Dois dias depois são atacados pelos moradores deste bairro.

SITUAÇÃO EXPLOSIVA

Frente a estes fatos que demonstram a explosividade da situação, é realizada uma nova reunião, da qual participa o prefeito e representantes dos favelados e fica acertado que a Prefeitura construirá, em um terreno que possui em Vila Bela, outro bairro de Vila Prudente, um conjunto de 20 habitações precárias, mas com água, luz e esgoto, que serão doadas aos favelados. As obras, iniciadas dia 22, deverão estar concluídas até o fim do mês e lá já se encontram 6 das famílias faveladas que antes moravam em Itápolis. As demais famílias resolveram voltar para a favela Itápolis, pois Vila Bela fica muito longe dos empregos em que trabalham os homens e as crianças perderiam seus lugares na escola.

Com isso das 20 casas de 22 metros quadradas que estão sendo construídas em madeira, 14 delas serão destinadas a favelados de Santa Madalena, outro bairro de Vila Prudente em que as enchentes destruíram a favela e seus moradores invadiram um outro terreno da Prefeitura que, entretanto, não comportou as mais de 100 famílias desabrigadas. Assim, uma parte dos favelados de Santa Madalena que continuam desabrigados irão também para Vila Bela. E apesar de todas as casas em construção já estarem destinadas a estes favelados, não param de aparecer famílias desabrigadas que pedem para se instalar aí também. O que não é para surpreender ninguém pois São Paulo possui hoje mais de um milhão de favelados nas mesmas condições daqueles da favela Itápolis ou da favela de Santa Madalena. Seus moradores são vigilantes bancários, faxineiros, distribuidores de bebidas, etc, que ganham, em média, menos que Cr\$ 4.000,00 e têm de sustentar famílias de 4 a 5 pessoas. (Silvio Caccia Bava).

das multas que a obrigariam a fechar suas portas).

Se os gringos não dão moleza nem para os empresários, que falar quando se trata do seu relacionamento com os trabalhadores. Sistemáticamente, a multi do sorvete tem se negado a pagar as indenizações devidas aos ambulantes vendedores de seus produtos, muitos deles com mais de 20 anos de serviço. E quando faz, é a maior mixaria, a indenização mal alcança a 15 por cento do que é devido.

Na verdade, há muito tempo que a Kibon move verdadeira guerra contra os ambulantes, iniciada a partir de 1966. Depois de ter ficado durante mais de 10 anos sem registrar em carteira os trabalhadores, a Kibon resolveu livrar-se do "abacaxi", empurrando-o para seus antigos gerentes, através do arrendamento de sua rede de distribuição. E os mesmos, todos truculentos empregados, para fazer com que os ambulantes desistissem de trabalhar — e com isso perdessem os direitos — iam desde a ameaça de cassação das credenciais, entrega de produtos deteriorados, etc.

Apesar de haver conseguido êxito em muitos casos, houve quem resistisse a essas pressões. Então, a Kibon e as distribuidoras mudaram de tática: em troca de indenização de 15 por cento dos direitos, ela daria a carteira assinada e garantia de emprego. Mas nem isso ela cumpre: a maioria dos que aceitaram o acordo foram sumariamente dispensados em menos de dois anos.

Alguns ambulantes, como é o caso do vendedor conhecido como "seu Orlando", não se curvaram. Em 1978, a Justiça lhe deu ganho de causa, fixando uma indenização de Cr\$ 100 mil. Mesmo assim, a multi resolveu embromar mais ainda, entrando com recurso à decisão de primeira instância. Seu "Orlando", contudo, promete não recuar e vai lutar até o fim pelos seus direitos.

Metalúrgicos/SP

Desfazendo mal-entendidos

Na última edição, o Piquetão falava acerca da contratação pelo notório pelego Joaquim Andrade — a pérola que acaba de entrar no PMDB — de uma equipe de assessores a peso de ouro. Antes um pouco, também nos referíamos ao pelegão como o aliado da reforma e da provocação stalinista. Para desfazer a qualquer mal entendido o PIQUETÃO deixa claro que uma coisa não tem nada a ver com a outra: é a crítica à contratação da assessoria nada tem com posições políticas que eventualmente os contratados tenham e sim aos gastos com ela, que poderiam ter melhor destinação. Segundo, quando falamos de alianças estamos nos referindo à determinadas forças políticas que hoje fecham com o Joaquinão e não aos novos funcionários do sindicato. E não poderia ser de outra forma: nós que sempre apontamos o comportamento policialesco, de dedurismo e antidemocrático de Joaquim, não iríamos sair pelo mesmo caminho.

Plásticos/SC

Paralisação foi total

Piso salarial de Cr\$ 4.300,00, e 6,8 por cento a título de produtividade.

foi o resultado obtido pelos 7 mil trabalhadores da indústria de material plástico de Joinville, a conhecida Manchester Catarinense, depois de três dias de greve, quando paralizaram totalmente as atividades das empresas do setor.

Greves da quinzena

Dia 16/3 — 25.500 portuários entram em greve em Santos/SP, reivindicando 15% de gratificação de produtividade. Em 22/3 a greve chega ao fim com ganhos de percentuais de gratificação variando entre 9,8% e 15%.

Dia 18/3 — e até o dia 31/3 os professores do Acre (2.800) param suas atividades reivindicando aumentos salariais de 100% a 125%. O resultado da greve é 60% de aumento a partir de março — Neste dia também entram em greve 3.500 operários da Construção Civil de Vitória/ES, por não terem sido cumpridos até agora os acordos salariais celebrados em setembro de 1979.

Dia 23/3 — param o trabalho 7.000 operários das Indústrias de Transformação de Plásticos de Joinville/SC, EXIGINDO 15% de gratificação de produtividade. No dia 26/3 conquistam 6,8% de produtividade e piso salarial de \$ 4.300,00.

Dia 24/3 — os Vigilantes do Rio de Janeiro (1.000), entram em greve por um piso salarial de \$ 8.000,00; seguro de vida de 200 mil gratificação por risco de vida de 30% sobre os salários.

Dia 1º/4 — Mais de 200 mil Metalúrgicos do ABC, Sorocaba, Taubaté e Pindamonhangaba/SP paralisam suas atividades reivindicando 15% de aumento sobre o INPC.

Cosipa/SP

Não respeita acordo

Para conseguir evitar que os metalúrgicos da COSIPA entrassem em greve, a direção da empresa prometeu mundos e fundos ao sindicato da categoria. Agora, acreditando que a mobilização já passou, na maior moita e sem a menor cerimônia, está tratando de desrespeitá-lo. Por exemplo, a empresa continua deixando de pagar o salário substituição, obrigando muitos trabalhadores a operarem em funções diversas das suas, sem a compensação salarial equivalente.

Veja Errou

"Operários de ônibus"

A revista Veja mais uma vez deu uma solene mancada. Não bastasse sua co-

nhecida postura de deduragem que a vem caracterizando nos últimos anos (e aprofundada após a contratação para o cargo de diretor-substituto, do suspeitíssimo Elio Gaspari, um dos "Golbery-boys" da imprensa brasileira), a revista dos Civita deu para copiar as bobagens que os outros órgãos de imprensa escrevem por aí.

Para não alongar, contamos logo a mancada: logo após a reunião de 10 de fevereiro, em que foi fundado o Partido dos Trabalhadores, o Jornal da Tarde entrevistou o sociólogo Leôncio Martins. Lá pelas tantas este referiu-se a uns pretensos "operários biónicos", presentes ao encontro. Quería com isso, referir-se a alguns trabalhadores de origem não proletária e que, segundo ele, pretenderiam passar-se por operários. Inexperiente, a reporter do JT não teve dúvida: tascou com todas as letras que Martins referia-se a "operários de ônibus", isto é, gente que entrava no mesmo ônibus dos operários, para infiltrar-se entre eles.

VEJA, que anda fazendo economia brutal, dispensando um mundo de gente, não teve dúvida: repetiu a mancada, vomitando o "operário de ônibus" que "chupou" do Jornal da Tarde.

Leôncio Martins não para de dar risadas até agora.

Metalúrgicos/Poá

Iniciam campanha

Os 50 mil metalúrgicos de Porto Alegre não deixam por menos: a exemplo da turma do ABC eles estão reivindicando um reajuste de 15 por cento sobre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O ânimo do pessoal está melhor do que nunca: o maior problema, pode-se afirmar, é a presença do pelegão Adão Haggstrann, que em matéria de disposição de luta está muito mais para Joaquim Andrade do que para o Luís Inácio da Silva. Por outro lado, os do metal estão exigindo um piso salarial equivalente a Cr\$ 8.100,00 mensais.

J. Lucélia/SP

Mutirão de Moradores

O Jardim Lucélia, na zona sul de São Paulo é mais um dos inúmeros loteamentos entregues à população de baixa renda da berfaria, sem condições mínimas de ocupação. Não possui água, luz, escola e como se não bastasse, o único acesso da estrada principal (do Bororê) até ele tinha que ser feito por um trilho em meio a um matagal. Os 450 moradores com isso ficavam a mercê de assaltos e estropos até a luz do dia. Cansados de encaminharem pedidos e abaixo-assinados às «autoridades» para que o trilho fosse alargado e transformado numa estrada que não teria mais que 500 m., os 450 moradores, decidiram num mutirão em que participaram 100 pessoas, abrir eles mesmo no último domingo a estrada e até canalizar um riacho que a atravessava. Animadíssimos com o feito, os moradores estão dispostos a lutar até o fim pela legalização de sua estrada, que atravessa a propriedade de um particular.

Ambulantes/RJ

Denunciada a Kibon

A Kibon, subsidiária da multinacional americana General Foods, e, tam-

bem, a maior fabricante de sorvetes do Brasil. Isso não lhe impede de tentar utilizar seu poderio econômico contra seus concorrentes, principalmente as pequenas empresas, como é o caso da fábrica de sorvetes Hebon Ltda., que se recusa a trocar o nome do seu sorvete por exigência da Kibon (caso não fizesse isso, a Hebon teria que pagar-lhe pesa-



O formigueiro parou sem piquete

Quando os ponteiros dos relógios se encontraram à meia noite do dia 31 de março, uma dissonante, mas entusiasmada sinfonia de martelações sobre máquinas, banquetas e chapas de metal começou a ecoar pelas gigantescas instalações da Volkswagen, no bairro de Marchi, em São Bernardo do Campo. Todos se aprontaram, e imediatamente estavam em condições de seguir os 120 trabalhadores da ala 14, que iniciaram o piquete interno pela fábrica. A adesão foi total (com exceção de quatro fura-greves, que tiveram de se esconder debaixo das máquinas, sob a proteção da segurança da multinacional). O turno que deveria largar às duas da manhã do dia primeiro, já nos primeiros minutos da madrugada engatava uma primeira em direção à sede do Sindicato, do outro lado da Via Anchieta. Este ano, o formigueiro parou seu esforço.

A adesão dos operários da Volks, baseada na sua própria organização se repetiu durante todo o dia. Nem foi preciso que se repetisse o famoso piquete do ano passado. As "formigas" da Volks estavam muito melhor organizadas este ano, o formigueiro silenciou sem maior esforço. Trabalhadores da Gemmer, Brastemp, Perkins, Ford, Schuller, Scania, Rex Roth, Polimatica (a primeira, na realidade a parar, as 22 horas, antes mesmo da hora fixada pela assembleia), Mercedes, Chrysler e Termomecânica, entre outras, acotovelavam-se nas escadarias, que levam ao terceiro andar, onde se localiza o auditório do Sindicato, cada um buscando a oportunidade de participar da primeira assembleia da greve.

Dia da Verdade

Era o primeiro de abril que se transformava no dia da verdade, como afirmava o tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Djalma Bom. Na manhã, sem fazer força, porque o que devia ser feito já fora durante os cinco meses que antecederam a deflagração da greve, eles estavam começando a mostrar aos patrões o que era uma greve bem organizada e que se apoiava, fundamentalmente, nas necessidades e na capacidade de luta dos trabalhadores.

E mostravam, sobretudo ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que ele estava redondamente enganado quando afirmava categoricamente, apostando no esvaziamento da mobilização, amparando-se, para isto, nas supostas excelências da sua política salarial, que tirariam qualquer pretexto para uma paralisação, que "sem piquetes o comparecimento será normal ao trabalho, no ABC".

Também os 70 mil trabalhadores que já estavam desde às 9 horas da manhã em Vila Euclides, aguardando a assembleia convocada no dia 30, quando o movimento foi deflagrado, eram a prova viva do desmentido. Sem piquete algum, pelo menos a metade dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema estava ali (os demais ficaram em casa descansando ou foram pescar na represa). Fato inusitado, em muitas empresas até os mensalistas (funcionários dos escritórios), haviam aderido. Quando muito, uns cinco por cento de fura-greves compareceram ao trabalho, a exceção para confirmar a regra e conservar o maquinário das fábricas.

Patrões se desmascaram

Os patrões, sem dúvida pagaram para ver. E o que viram não gostaram. Ao contrário do que ocorreu na greve dos metalúrgicos de São Paulo, em 1979, pelo menos até aqui eles não estão podendo tripudiar sobre os operários. Mas bem que tentaram, como ocorreu durante as negociações da segunda-feira, 31, na Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Nessa última tentativa de encontrar uma saída para o impasse, onde o empenho maior partiu de parte dos trabalhadores, os representantes dos sindicatos do ABC concordaram em apresentar aos representantes do Grupo 14 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) uma proposta "aceitável" e que lhes fora soprada pelo representante pessoal do Ministro Delfim Neto, um tal de doutor Camargo. Em frente à toda a imprensa, ao rádio e televisão, Lula e os demais dirigentes ouviram um sonoro não à sua pretensão de obter para os traba-

hadores uma estabilidade de 12 meses no emprego, condição para poder reduzir o índice pretendido, de 15 para 7 por cento.

"Ficou claro", diria depois na assembleia em Vila Euclides o próprio Lula, "que os patrões não estavam querendo negociar." E repetiu as palavras que usou na própria mesa das negociações e que deve ter deixado muitos empresários com as orelhas quentes, mostrou aos trabalhadores que os patrões se havia desmoralizado: "num momento em que o governo é o primeiro a vir falar de garantia dos níveis de emprego, que deveria ser preocupação maior do que aumentos salariais, porque as empresas são as primeiras a negarem-se a comprometer-se com isso?". E a pergunta tinha fundamento, pois desnudava cabalmente a utilização da rotatividade como instrumento de coerção e de barganha, por parte dos patrões. Se a reivindicação dos trabalhadores, evidentemente, resguardava aos



Interior

A greve pegou como uma praga (para os patrões)

As diferenças no grau de organização entre os metalúrgicos do ABC e os do interior não foram capazes de conter a atual onda grevista nos limites do berço do sindicalismo autêntico. Como que por osmose, contágio ou efeito demonstração, a greve, no início da semana, se espalhou como uma praga para os patrões, atingindo várias cidades do interior. Apesar da Federação dos Metalúrgicos, que vinha liderando as negociações de vários sindicatos do interior não ter chamado oficialmente à greve, as bases destas pequenas categorias interioranas passaram por cima de suas direções, na maioria dos casos vacilantes, levando a que vários sindicatos individualmente declarassem a paralisação.

No momento em que esta edição era fechada, a situação era a seguinte: TAUBATÉ - A quase totalidade da categoria parou envolvendo as fábricas da Volkswagen e da Ford entre outras. Os trabalhadores tiveram que recorrer ao piquete o que atçou a sanha da polícia que botou os batalhões de choque nas ruas não chegando contudo a haver enfrentamento. Logo após a decisão do Tribunal, o sindicato chamava ao término da greve.

CAMPINAS - Na terça-feira pela manhã uma assembleia no sindicato não conseguiu reunir mais de 200 trabalhadores. Convocada uma outra para a noite, a categoria realizou a maior assembleia de sua história, reunindo mais de 3.000 metalúrgicos, sendo a greve decretada em seguida.

SERTÃOZINHO - Os quase 5.000 metalúrgicos da cidade estão paralisados. Simultaneamente um grupo de dissidentes, em relação à direção sindical, decidiu manter negociações com

a FIESP, seguindo a orientação de Lula.

SOROCABA - Dos 15.000 metalúrgicos, mais de 10.000 estão em greve desde ontem. O sindicato lançou a orientação contra os piquetes, mas apesar disto, grupos de trabalhadores se dirigiram para as portas das fábricas ainda em funcionamento para tentar parar os restantes, o que ocasionou alguns transtornos ao trânsito da cidade.

CRUZEIRO - Quase todos os empregados da Fábrica Nacional de Vagões estão em greve, deixando em funcionamento apenas as indústrias menores da cidade.

PIRACICABA - O sindicato conseguiu até agora contar com a adesão de 15.000 metalúrgicos à greve. A Caterpillar e a Philips estão totalmente paralisadas enquanto que na Dedini a greve atinge mais da metade dos operários.

LORENA - Na própria cidade, e em Guaratinguetá - que está na mesma base - a paralisação é quase total atingindo 2.000 metalúrgicos da região.

PINDAMONHANGABA - Metade dos operários da Villares, a maior fábrica da cidade, pararam. Mas após a decisão do Tribunal, a greve foi encerrada.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Não chegou a haver greve em virtude das manobras daquele que os operários chama de "Zezinho Pelego", o presidente do sindicato. Para a noite de quarta-feira a oposição havia marcado um ato de protesto em frente à sede do sindicato.

JUNDIAI - Na terça-feira à noite os metalúrgicos decretaram greve em assembleia, mas a Krupp, a maior fábrica da região, já havia parado poucas horas antes da votação.

empresários o direito de demitir seus funcionários nos casos de "justa causa", qual seria o seu interesse em evitar a garantia no emprego?

A derrota no TRT

Afora a paralisação, total em São Bernardo e parcial em Santo André e São Caetano, cidades onde a categoria ultrapassou seus próprios dirigentes com os prejuízos acumulados porque não se produziu um parafuso a mais, os patrões sofreram outra derrota contundente no primeiro dia de greve. Com o pedido de dissídio, esperavam, antes de tudo, que o TRT julgasse ilegal a greve dos metalúrgicos, abrindo, com isso, caminho para as demissões sem justa causa, a intervenção nos sindicatos dos trabalhadores e a repressão aos grevistas.

De um Tribunal corrompido como é o do Trabalho, somente se poderia trabalhar com essa hipótese, na verdade. Entretanto, mostrando sua sensibilidade aos novos tempos, os juizes, decidiram, por 15 contra 13 votos declarar-se incompetentes para julgar a ilegalidade do movimento. Contribuiu decisivamente para isso, a brilhante atuação do advogado dos trabalhadores, Almir Pazzianoto que apresentou um prejudgado, publicado no Diário Oficial do dia 28 de março, no qual o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Coquejo Costa firmou jurisprudência, afirmando que não é competência dos TRTs dizerem se um movimento é ou não legal.

A decisão do Tribunal, que desgostou os empresários novamente surpreendeu Murilo Macedo e deixou radiantes os trabalhadores, como se podia ver na assembleia do dia dois de abril. Com um número um pouco maior que no dia anterior - 80 mil trabalhadores, ela entretanto decidiu, não paralisar o movimento, atendendo às recomendações da Comissão de Salários, representada pelo metalúrgico João Batista. Batista, a exemplo do Lula, posteriormente, mostrou que a possibilidade de aceitar a proposta do TRT (7 por cento para os que ganham até três salários e seis por cento para as demais faixas) depende da discussão do conjunto das demais reivindicações, particularmente da estabilidade durante 12 meses. Isto, significaria, na prática a conquista do delegado sindical que, juntamente com os demais trabalhadores, teria seu emprego garantido.

Vencidos no campo e no "tapetão" os patrões, evidentemente não desistiram de seus intentos para dobrar os trabalhadores principalmente a diretoria do Sindicato de São Bernardo. Lula à frente e "encerrar sua carreira", como prometeu o ministro do Trabalho.

Enquanto isso, não dispensam as provocações mais grosseiras, como a utilização de dois helicópteros do exército, cheios de soldados e que efetuaram voos rasantes sobre a assembleia da quarta-feira, com suas metralhadoras "ponto 50" apontadas contra os trabalhadores: Talvez para tornar realidade o velho dito do saudoso Barão de Itararé: "há mais coisas no ar do que simples aviões de carreira".



A onça decidiu beber água em São Bernardo

Os trabalhadores transformaram em festa a assembleia do dia 30, em Vila Euclides, quando 70 mil braços se levantaram, decretando mais uma greve geral dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

Por Tom Duarte

Entre os primeiros acordos do Hino Nacional, ouvido (e cantado) com a maior atenção pelos 70 mil metalúrgicos presentes ao Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, no dia 30, e a última estrofe do Hino da Independência, que encerrou a assembleia, passou perto de uma hora. Não faltou o "padre nosso", institucionalizado na campanha do ano passado, puxado pelo Bispo Dom Cláudio Hummes, rezado com toda a devoção pela massa humana (certamente um dado a mais a fundir a cabeça dos sociólogos e estudiosos dedicados a estudar a "nova classe operária" do ABC paulista).

Nacionalismo e religiosidade à parte, a combatividade dos trabalhadores, dispostos a repetir a dose de 1979, temperados pela experiência adquirida nesse meio tempo, foi a tônica maior do encontro decisivo.

A insistência do representante da Comissão Salarial, Osmar Mendonça e do Lula em colocar em votação a decisão de ir a greve pode-se dizer, não passou de um ato meramente formal. Na verdade, muito antes da assembleia, à medida que ia se verificando a intransigência dos patrões em avançar nas concessões e se acentuava o trabalho de preparação da assembleia, nas fábricas e bairros de São Bernardo e Diadema, a sorte já estava lançada (leia o quadro). Como disse o Lula, foi mais para os gringos, os patrões nacionais e o ministro Murilo Macedo verem que ir à greve correspondia ao desejo expresso de toda uma categoria e não uma simples manipulação de lideranças sindicais meramente interessadas em tirar partido político da mobilização.

Impaciência

No domingo, suportando estoicamente o sol a pino, a multidão mostrava mais uma

vez ao Ministro do Trabalho que não estava no Estádio apenas por falta de outra opção de lazer, embora se possa dizer que não faltou um clima festivo à assembleia, marcada pelas piadas, brincadeiras, pela música que saía dos alto-falantes, combinando a mais autêntica música sertaneja com Vandrê, Gil e Caetano.

Com a mesma tranquilidade, ouviram a longa falação do advogado do sindicato, o doutor Maurício Soares, que juntamente com o advogado Almir Pazzianoto acompanhou toda a negociação com os patrões, explicando item por item, as diferenças entre o que foi exigido e o que foi oferecido pelo Grupo 14 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP (ver o box). O descontentamento com a embromação patronal foi aumentando, embora não se manifestasse durante o discurso do advogado por pedido expresso da direção sindical. Os peões, mais uma vez, deram-se conta que nem os patrões e nem o governo estavam dispostos a evitar o confronto. Pelo contrário, precipitavam-no.

Por isso, não se podia estranhar a explosão de braços levantados e os gritos surgidos quando Osmarzinho pediu que os que não concordassem com a proposta patronal e que julgassem que o não atendimento da reivindicação de 15 por cento de reajuste e do delegado sindical era uma afronta para os trabalhadores, se manifestassem.

"Diante desse acordo, que não atende aos nossos interesses, "dizia o Osmarzinho, só temos duas opções. O acordo ou a greve". A seguir, ele mostrou ser importante que todos estivessem conscientes da decisão

que iriam tomar "que não se refere apenas aos trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema, mas de todo o Brasil".

Osmar, como a diretoria do Sindicato e a Comissão de Salários tinha bem claro o que provavelmente ocorreria, como represália à greve: o governo tentaria destituir a diretoria do sindicato, visando principalmente o Lula. "Este ano não pode se repetir o que aconteceu em 1979. Temos que defender o nosso sindicato. Não deixar que um interventor qualquer vá se sentar na cadeira do Lula", finalizou Osmar.

Palavrão patronal

A vibração da assembleia acabou contagiando o próprio Bispo de São Bernardo, dom Cláudio Hummes. Com atuação decisiva no apoio à greve do ano passado, ele novamente veio trazer a solidariedade da Igreja, traduzida na decisão do Conselho de Padres da Diocese em franquear as portas das paróquias aos trabalhadores grevistas.

Dom Cláudio, que enfatizou a necessidade dos metalúrgicos praticarem a unidade pela base, "defendendo as lideranças em caso de necessidade", lembrou o Arcebispo de El Salvador, Dom Cesar Romero, assassinado pela repressão direitista. "Há três anos ele assumiu a defesa do povo de seu país. Em sua memória, vocês devem prosseguir até o fim com esta luta".

Com o respaldo da Igreja, e a certeza de que contaria, uma vez mais, não só com o apoio da sua base, mas também dos demais setores da sociedade, Lula falou durante trinta minutos. Desculpou-se, inicialmente, de alguns palavrões utilizados na assem-

bléia do dia 16, auto criticando-se em respeito aos trabalhadores. Mas não deixou de lembrar, que um palavrão muito maior veio de parte dos patrões "com essa proposta ridícula de cinco por cento de aumento".

Mais uma vez, ele lembrou que os metalúrgicos, ao contrário do que se insinuava, não queriam a greve pela greve apenas. Mas que, a menos que a última hora surgisse uma contraproposta mais razoável, esse seria o caminho inevitável. Porque, como lembrava, "ou a gente é massacrado de cabeça baixa ou morre de cabeça erguida".

Mesmo assim, os trabalhadores deveriam fazer de tudo para evitar o confronto.

Permanecer em casa, comparecendo apenas às assembleias evitando aglomerações nas portas das fábricas: a certeza quanto à preparação para a greve era tamanha que certamente tornaria dispensável — salvo casos isolados, a utilização de piquetes.

"Vamos deixar apenas os ratos e o vento para a polícia bater", sentenciou.

A onça vai beber água

Ele gastou boa parte do tempo com as instruções aos trabalhadores: guiar-se apenas pelos boletins do sindicato e pelas decisões das assembleias, evitar provocações, gastar o menos possível, fortalecer o fundo de greve, entrar numa abstinência forçada durante a greve, "deixando de lado o mézinho".

Não se esqueceu de prestigiar a Comissão de Salários que, juntamente com a diretoria, eram os únicos autorizados a lançarem orientações aos trabalhadores. "Aconteça o que acontecer, prendam a comissão de Salários e a Diretoria, isso nada representará se os trabalhadores permanecerem de braços cruzados até a vitória", afirmou o Lula.

Passava do meio dia, quando o Hino da Independência foi executado. O calor era intenso e, por isso mesmo, com a decretação da greve a partir da zero hora do dia 1º de abril, era chegada "a vez da oncinha beber água".



Tudo foi cuidadosamente preparado para que a Assembleia do dia 30 em Vila Euclides reunisse tão elevado número de trabalhadores. Alguns dias antes, a cidade amanheceu com faixas coloridas, colocadas em lugares estratégicos, convocando os metalúrgicos para a Assembleia decisiva. O ritmo intenso de trabalho que vinha sendo mantido pelos líderes sindicais, dobrou. Metalúrgicos informavam diariamente no Sindicato que "tal fábrica" estava precisando "de um reforço", pois havia um puxa-sacos querendo "furar" as horas extras, em outra havia intimidação sobre os operários, chá de cadeira na Segurança para quem entrava com o boletim do Sindicato e, numa terceira, a chefia mandava chamar a Polícia, (caso da Friz Moldu Car, de São Bernardo) para impedir que os operários recebessem os informes do Sindicato.

Em Santo André e São Caetano a mobilização era bem menor, o que também não impediu que algumas empresas tentassem assustar os trabalhadores, colocando a Polícia na porta. Na General Elétric (Santo André) seis viaturas da PM rondaram a fábrica nos últimos dias, enquanto na Z F de São Caetano, a situação era semelhante.

Em São Bernardo, os líderes sindicais não se deixavam intimidar. Ao contrário. Chegaram a explicar a alguns soldados da PM, o sentido de sua luta e de suas reivindicações, insistindo em que não estavam fazendo nada ilegal, mas atuando legitimamente como dirigentes de uma categoria.

Em Santo André houve, na última semana, grande pressão sobre os metalúrgicos para que realizassem horas extras no dia 30 a fim de compensar o feriado do dia 8 no município (aniversário da cidade). Apesar das ameaças e pressões, muitos traba-

A greve já estava decretada

A reporter Vilma Amaro acompanhou de perto a semana que antecedeu à assembleia do dia 30. O ânimo dos trabalhadores, contagiou as cidades do ABC, que preparam sua solidariedade ao movimento — deixando bem claro qual seria a decisão finalmente tomada

hadores reunidos em torno de José Cicotti, um dos diretores do Sindicato, afirmavam nas vésperas da Assembleia que "o negócio era mesmo partir por pau, já que os patrões não queriam dar nada".

Em São Bernardo, foram realizadas assembleias-relâmpagos nas portas das fábricas, especialmente na Mercedes, Ford, Volkswagen, Conforja, Firz Moldu Car, Villares, Chrysler, Delta, Schuller, Polimatic e Termomecânica. Além das grandes empresas automobilísticas, também foi feito um cuidadoso trabalho de panfletagem na Brastemp, devido à importância do ramo em que opera (eletrodomésticos).

A grande preocupação dos operários em São Bernardo era impedir que os "puxa-sacos" fizessem horas extras, contribuindo, assim, para o fundo de greve dos patrões. Das três cidades do ABC, São Bernardo foi a única em que o movimento se constituiu num êxito total. A paralização das horas extras chegou a 95 por cento, segundo depoimentos dos operários de várias indústrias que espontaneamente procuravam o Sindicato para informar sobre a situação em seu local de trabalho.

As horas extras e a operação-tartaruga deixaram as fábricas com poucos estoques. Isso é tão evidente que o diretor de Relações Industriais da Volkswagen, Admon Ganen, informava há alguns dias, que "já tinha previsto desde dezembro uma queda na produção". O que ele justificou como "ligeira retração de mercado" já prevista. Na verdade, foram os trabalhadores, acatando as palavras de ordem da Assembleia realizada no dia 16 (não às horas extras e início da operação-tartaruga), que impediram a formação de grandes estoques. Há cerca de uma semana, o balanço dos estoques nas empresas de São

Bernardo era este: Volkswagen: 9000 veículos no pátio; Ford: 1080; General Motors: 1250 e pouco mais de 150 na Chrysler. Isso significa que o estoque não aguenta quatro dias de greve.

Nos bares ao redor das fábricas, nos ônibus e nas praças de São Bernardo o assunto dos metalúrgicos era o mesmo: qual o puxa-saco que pretendia furar a greve. Ou seja, os operários já estavam dando como certa, nos últimos dias, a deflagração da greve. Para os que, vacilavam, lá vinha uma bronca de um companheiro. Na Cooperativa da Volks, no centro de São Bernardo, um operário dizia que "a greve não era bom porque até hoje estava pagando o carnê do Lula (nome que as empresas deram aos descontos dos dias parados pela greve do ano passado). O esporro foi grande. Os companheiros responderam: "que é isso? Larga a mão de ser bunda mole. Tu já recebeu o prêmio que a Volks diz que vai dar para os puxa-sacos?"

Nos bares próximos à Mercedes, alguns operários comentam: "Tem nego dando até telefonema anônimo pras chefias. Eles tão avisando: seu cabra safado, se tu for buscar peão lá fora de carro, vais levar um tremendo pau".

Na Volkswagen, alguns metalúrgicos dão alguns exemplos de coragem: "Tem cara que fica nas escadarias da minha sessão, distribuindo o informe (suplemento do Sindicato). Um deles foi pego e tomou aquele chá de cadeira."

Ou: "na minha sessão o chefe é um bosta. O ano passado ele ficou de conversa fiada, dizendo que a greve não ia adiantar nada.

Mas, este ano se ele abrisse a boca, eu chamava lá fora e metia o porrete."

Na Volkswagen há um problema com os que são mais velhos na casa, contam os trabalhadores reunidos num bar próximo a Rodoviária de São Bernardo. "Eles estão acostumados naquela, é aquele racha-racha — nada muda. Este ano, quem furar leva pau."

Esse clima de entusiasmo pelo movimento é o mesmo em todas as grandes fábricas. No dia da assembleia, um ônibus passava apinhado de trabalhadores, pelo Riacho Grande (um bairro de São Bernardo onde os operários costumam ir pescar nos fins de semana). Bem no meio do caminho, desce um metalúrgico com shorts e vara de pescar. O ônibus inteiro deu-lhe uma tremenda vaia, enquanto um operário da Volkswagen gritava. "Esse aí é o sobrinho do Murilo Macedo. Só pode ser". Um outro metalúrgico concorda: "esse cara é mesmo um palhaço, em vez de ir na Assembleia, vai pescar. Vai ficar pescando na represa sozinho que nem um fantasma. Até parece aquele cara da emplhadeira que tava fazendo hora extra hoje às duas da manhã na Volks. Parecia uma alma penada. Tava sozinho no meio da fábrica deserta."

E arremata, em seguida: "eu também vou pescar. Só que na terça-feira" (início da greve).

Apoio da População

A Pastoral Operária de Santo André lançou um manifesto de apoio aos metalúrgicos, considerando a greve justa, "uma vez que os patrões não fizeram nenhuma contra-proposta aceitável". Os integrantes de Pastoral pretendem colaborar no Fundo de Greve e realizar contatos para a cessão de Igrejas como locais alternativos de reunião, no caso de ser decretada intervenção nos Sindicatos. A Federação das Sociedades Amigos de Bairros de Santo André, que reúne 42 entidades também deu seu apoio à greve, enquanto a Federação de São Bernardo deve se reunir esta semana para discutir formas de apoio. Também nas Faculdades, há grupos de estudantes se movimentando para ajudar no Fundo de Greve.

Antes, a intimidação

As ameaças de repressão vem sendo a marca registrada de todas as declarações governamentais e patronais na campanha salarial dos metalúrgicos do ABC. Na quinta-feira, dia 27, o ministro do Trabalho Murilo Macedo, demonstrando irritação quanto a recusa dos metalúrgicos em aceitar a proposta patronal do Grupo 14 da Fiesp, declarou que "não gostaria de passar à história como alguém que encerrou o seu PDS protegido pela coação e arbítrio".

No lado patronal a tônica foi a mesma. Editoriais da grande imprensa clamaram pela aplicação da lei contra os operários. O editorial do Jornal do Brasil de segunda-feira, dia 31, isto é, logo após a realização da assembleia de São Bernardo, no final 60 mil metalúrgicos votaram pela greve, diz que "esta é mais uma greve ilegal" e além do mais "é política". Ela deve "convocar o governo à ação imediata". Ao lado do "cumprase a lei" exigida pelo patronado, há os apelos mais sutis que tentam pressionar os operários por meios econômicos. Os integrantes do Grupo 14 da Fiesp declararam na voz do empresário Nildo Mazzini que o maior "prejudicado pelas greves serão os trabalhadores" e que os dias parados "serão descontados de uma só vez". Dessa forma, o governo tenta criar um clima que visa considerar a greve ilegal e dar carta branca para a repressão. Cmo sempre, o legítimo direito dos operários de não trabalharem para conquistarem um salário, constantemente devorado pela inflação, é mais uma vez transformado em caso de polícia. Em nome da lei e da "abertura", o governo Figueiredo tenta quebrar a vanguarda operária e impor derrotas significativas. Este é o "milagre" que o sr. Delfim Netto espera conseguir para fazer cair os índices de inflação. (Andreas Maia)

A solidariedade, apesar dos divisionistas

Segunda-feira, 31 de março, reuniram-se no plenário da Assembleia Legislativa cerca de 600 pessoas, representando 150 entidades, para a formação do Comitê Unitário de apoio à greve dos metalúrgicos do ABC e do interior. É mais uma vez o pessoal ligado ao jornal Hora do Povo, aliado a membros do movimento de Unidade Sindical, provocou um grande tumulto tentando por todos os meios impedir a criação do Comitê. Um verdadeiro caos, entrecortado por gritos histéricos de elementos da Hora do Povo, reinou durante quase duas horas. Não permitindo que os dirigentes do sindicato metalúrgico de São Bernardo, que ali estavam, acompanhassem a reunião até o seu final. Mas, antes de ir embora, Djalma Bom disse: "Nós é que viemos em busca de solidariedade, mas, pelo visto vocês é que estão precisando". Porém, nem isso modificou o comportamento dos militantes de Hora do Povo e da Unidade Sindical. Muito pelo contrário. O pau começou a comer quando surgiram duas propostas de centralização do Comitê. O núcleo articulador da reunião propunha como local a Assembleia Legislativa, e a Unidade Sindical, bem a seu gosto e com apoio irrestrito da Hora do Povo, propunha que o Comitê fosse localizado na casa do Joaquim. Isto é, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Essa proposta, pela reação que provocou, foi interpretada pelo plenário como uma tentativa de abortar o nascimento do Comitê. E o rechaço a ela foi unânime. No entanto, surgiu uma proposta alternativa à Assembleia. Pois, algumas entidades afirmavam que o Comitê deveria ter uma identifica-

ção classista com os grevistas e, por isso sugeriam a centralização do Comitê em algum sindicato combativo. Mas, isso não foi possível, porque todos os sindicatos indicados estavam com vários problemas com a Justiça do Trabalho, o que os impedia de sediarem o Comitê. Finalmente Luis Eduardo, do CBA, apresentou uma proposta que liquidou com as intenções da Hora do Povo e da Unidade Sindical de entregarem o Comitê para as mãos do Joaquim. Mais uma vez defendeu a centralização na Assembleia Legislativa, como sendo um lugar menos pior que o Sindicato do Joaquim. Argumentando que o Comitê reúne em seu interior entidades não apenas operárias, embora reconhecendo que a Assembleia não tenha representatividade popular, esta, pelo menos, é um local menos inadequado para as atividades do Comitê do que a entidade sindical dirigida por Joaquim e seus novos amigos. Vitoriosa essa proposta, os membros da Hora do Povo e da Unidade Sindical retiraram-se para uma sala ao lado, consumando suas atitudes e métodos de divisão e oportunismo, onde passaram a discutir as condições de sua permanência, ou não, no Comitê. Antes do encerramento da reunião, foi aprovada uma proposta de eleição de uma direção executiva, que colocaria em prática todas as decisões do Comitê reunido em Assembleia. A executiva será formada por um integrante do PT, PMDB, PT e PTB, além de representantes, um de cada, do CBA, FNT, Custo de Vida, Oposição Sindical Metalúrgica, UEE, Sindicato dos Bancários, Jornalistas, Vidreiros e Coureiros. (Zoca Moraes)



A greve...

foi aprovada pelos trabalhadores...



defendida pelo Lula...

que deixaram as fábricas vazias para a polícia.

São Paulo: Ainda o Congresso

Afinal, quem não participou do II Congresso da Mulher Paulista ficou sabendo muito pouco sobre quem são e o que pensam as mulheres que estiveram lá. Os motivos disso já são do domínio público: o número imprevisto de participantes (quase o dobro do esperado) que desarticulou um pouco a organização do congresso; a impossibilidade de elaborar um relatório síntese das discussões e os incidentes que impediram o andamento dos trabalhos nas reuniões plenárias (ver EM TEMPO n° 101). Nesse sentido, procuramos ouvir algumas mulheres participantes no que diz respeito a avaliação que fizeram do Congresso e porque foram lá. Aqui, os depoimentos mais expressivos.



Um momento de briga no II Congresso.

N.P., 58 anos, viúva, 10 filhos, ex-tecelã. Hoje só trabalha em casa, negra.

— Eu tive 16 filhos e criei esses 10. Sempre participei de tudo que interessava. Meu marido também participava e vivia dizendo que era importante eu também participar porque senão a gente não se entendia. Quando os filhos eram pequenos a gente era obrigado a dar um jeito: deixava com um vizinho, com uma amiga, às vezes levava eles. Se tivesse creche era bem mais fácil, não é?

— **Porque você veio participar do Congresso?**

— Porque eu acho a luta das mulheres muito importante. A mulher tem de lutar até pelo direito de ser mulher, e pelo direito de ser mãe. Criar o filho dela pelo menos 9 meses. A gente vê é que na verdade ela cria o filho não para a vida, mas para a produção, para o patrão, para servir o interesse dos outros e não o seu. A mulher quando chega aos 50 anos já tá no bagaço. Eu acho que se a mulher trabalha 20 anos já valeu por 40, porque ela foi doméstica, mãe, trabalhadora e até médica, porque quando se mora na periferia quem cuida e cura mesmo dos filhos doentes é a própria mãe.

— **O que você achou do Congresso?**

— Bom, mas podia ser melhor. Teve muita discussão boba e muitas que queriam falar não conseguiram. Eu queria falar uma coisa e não deu tempo. A gente tava discutindo o aborto. Gente contra e gente a favor. Eu acho isso de aborto

muito difícil. Minha cabeça fica mesmo uma confusão. Mas eu sei de uma coisa. Eu tive 16 filhos e sei que mesmo quando ele é ainda uma sementinha, ele sente. Se a gente não quer, ele sente. Um filho que não é querido já nasce com um problema. Ele não vai dar valor à própria vida. Ele vai se sentir marginalizado. Eu acho então que ele não deve nascer. Eu então sou a favor do aborto, não é?

R. A., 35 anos, casada, 3 filhos, faxineira, mulata.

— Estou me separando do meu marido com papéis e tudo.

— **Divórcio ou desquite?**

— Divórcio. Mas prá mim tanto faz. Nós não temos posse nenhuma e aí o que interessa é só separar de qualquer jeito. Eu já não aguentava mais a vida com ele. Não podia fazer nada fora de casa que não fosse trabalhar para melhorar o dinheiro. A briga maior começou quando comecei a participar da Associação do meu bairro, lá em Campinas. Ele passou a botar defeito em tudo o que eu fazia dentro de casa: a comida tava ruim, a roupa mal lavada, mal passada, os filhos jogados. Mentira pura. Tava tudo como sempre foi. Só os filhos é que tavam passando algumas horas a mais sozinhos, mas eles já são grandinhos (a maior tem 15 anos) e sabem se defender.

— **Por que você veio participar do Congresso?**

— Porque a mulher precisa se organizar para muita coisa. Pelos direitos dela,

A hora da verdade

Por Maria Tereza Verardo

L ogo após o tumultuado Congresso da Mulher Paulista se fez uma reunião para tabular as reivindicações tiradas no Congresso. E novamente tumulto e confusão na reunião, tanto que não deu para tabular as reivindicações ficando a tarefa adiada para o dia 1º de abril. Mas desta vez a Coordenação do II Congresso resolveu decidir o impasse, votando pela exclusão (com grande maioria de votos diga-se de passagem) das representantes do Departamento Feminino do PMDB, Sociedades Amigos dos Bairros Branco e Vila São José Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e DCE-USP.

É bom deixar bem claro que as entidades não foram expulsas, somente suas representantes que, ironia, participaram todo o tempo da coordenação tendo como objetivo a não realização do Congresso. Foi enviada uma carta a cada uma

das entidades acima explicando que a entidade poderia continuar participando desde que substituisse sua representante.

Esta exclusão vem deixar claro o repúdio das outras entidades participantes aos métodos oportunistas utilizados pelas representantes daquelas entidades que pertencem, todas, à tendência do Jornal Hora do Povo, que foi o único jornal, a tachar as coordenadoras do Congresso de ditadoras, e elitistas que impediram a discussão dos temas propostos e desrespeitaram as entidades de massa presentes. A ironia desta análise está no fato de que da Coordenação participaram 53 entidades: 10 grupos de mulheres, 10 sindicatos e 33 organismos de massa, que, com exceção das cinco entidades já citadas, foram unânimes em admitir que o tumulto partiu da tendência Hora do Povo com o objetivo de que o Congresso não se realizasse.

para poder opinar pelas suas idéias. Temos de mostrar que não somos burras e muito menos burras de carga.

— **O que você achou do Congresso?**

— Um pouco bagunçado, não é? Meio cheio de brigas. Acheio feio aquilo. Se era tudo mulher, tinha de estar todas unidas e não brigando.

M.D., 27 anos, solteira, comerciária, negra.

— Eu estou procurando um jornal onde saiu um artigo sobre o homossexual. Foi no seu? É que meu irmão de 23 anos é homossexual. Meu pai fica louco. Diz que vai matar ele. Eu fiquei sabendo que aquele jornal defende o homossexual: que ele é gente como todo mundo. Que é normal. Eu gosto muito do meu irmão e não tenho vergonha dele. Mas os outros têm. Ele trabalha como todo mundo, sofre como todo mundo e ainda tem de ouvir coisas por ser homossexual.

— **Por que você veio participar do Congresso?**

— Porque eu sou mulher e acho que mulher sofre também que nem o homossexual. A gente tem de ouvir gracinhas do patrão e do gerente quando não uma cantada grossa mesmo. E se não aceita, ainda corre o perigo de ser mandada embora. Mas eu gosto de ser mulher e os homens não têm culpa de serem como são. O errado está mais para cima.

— **O que você achou do Congresso?**

— Teve muita coisa que não entendi, principalmente muita briga. No primeiro dia meu grupo foi ruim. A mulher que tava na chefia não deixou a gente discutir o que queria. Não pudemos discutir o aborto. Ela dizia que outros grupos iam discutir. Não sei se discutiram. Mas lá no meu grupo estava a discussão dos direitos da mulher. Então entrava tudo, não é?

S.T., 25 anos, professora, casada, branca. Não pertence a nenhum grupo de mulheres

— **Por que você veio ao Congresso?**

— Vim porque acho muito importante o movimento das mulheres, no que diz respeito ao seu engajamento nas lutas gerais da sociedade e também pela sua especificidade.

— **O que você achou do Congresso?**

— Achei que, de certo modo, o Congresso foi palco de manifestação dos diferentes interesses dos vários grupos presentes. Por outro lado, acho que não se trata apenas de lamentar a atuação desses grupos (que infelizmente vai continuar existindo), mas de propor que o movimento feminista, como um todo, avalie e reveja sua prática. Talvez se trate até de rever sua estratégia política.

Mulheres e política: o que "eles" pensam

Por Elisabeth Souza-lobo

A Frente das Mulheres promoveu na segunda-feira, 31 de março, no Teatro Ruth Escobar um debate sobre as mulheres e a reformulação partidária. Sob a coordenação de Eva Blay, falaram Almino Affonso pelo PMDB, Sebastião Nery pelo PTB, Fausto Rocha pelo PDS, Herbert Levy pelo PP e Chico de Oliveira e Irma Pazzoni pelo PT.

Os representantes partidários eram na sua maioria homens; não é preciso dizer que sobram referências elogiosas as "Heroínas" que tentam ganhar a política - as eleições ainda que incertas estão no horizonte real ou imaginário. Foram mais raras as reflexões sobre a particularidade da re-

lação da mulher com a política ou as propostas de como os partidos pretendem enfrentar a questão.

Para o sr. Sebastião Nery, por exemplo é inexplicável que as mulheres, sendo maioria, sejam oprimidas. Como se não houvesse neste País uma imensa maioria de oprimidos e explorados. Já o Sr. Fausto Rocha, além de exaltar o democrata Figueiredo que houve por bem democratizar este País, assegurou às mulheres de que há da parte dos homens um altruísmo muito grande e que todos estão dispostos a pensar menos em si mesmos e mais nas mulheres como companheiras de luta. Estariam até dispostos a ajudar um pouco no trabalho

doméstico. Que alegria!

O Sr. Herbert Levy, não sem antes justificar a política salarial do governo (estaria ele pensando na greve do ABC), foi muito longe e prometeu diante de Deus, dos homens e das mulheres que o seu partido "auscultaria todas as categorias profissionais, entre elas as mulheres, e que os pontos de vista destas tem possibilidades de serem incorporados no programa do PP". Isto, se as mulheres não esquecerem que o poder é uma questão individual e tratarem de criar lideranças. Que tal a D. Dulce? Almino Affonso levantou algumas questões pertinentes: a autonomia dos movimentos sociais e a proposta em dis-

cussão no PMDB de um departamento feminino. Por último, Chico de Oliveira e Irma Pazzoni explicaram que o PT está aberto para a problemática da mulher e defende sua participação em todas as instâncias partidárias.

O debate foi animado. O representante do PTB se comprometeu a lutar pela legalização do aborto; o do PDS achou as mulheres presentes muito inteligentes - até mereciam estar no Parlamento.

De qualquer modo, ficou para as mulheres a certeza de que seu espaço na política só pode ser conquistado na luta dos seus movimentos e de todas no interior dos seus partidos.

ELA É BRASILEIRA.

ESTÁ PRESA NOS CÁRCERES URUGUAIOS DESDE 1972.

O GOVERNO BRASILEIRO E CADA UM DE NÓS É RESPONSÁVEL.



LIBERDADE PARA FLÁVIA

Este movimento publica um boletim para a libertação de Flávia.

Até o momento em que fechávamos, esta edição, Flávia continuava presa, apesar de todos os anúncios oficiais de que sua liberdade estava assegurada para breve.

O aborto no parlamento

Em março de 75 o deputado João Menezes (RJ) apresentou projeto de lei sobre o aborto que foi anexado a um projeto do Executivo que modifica vários itens do Código Penal. Em março de 79 o projeto foi considerado prejudicado e em consequência arquivado porque o Executivo retirou o seu. Mas ele pode voltar a qualquer momento.

Publicamos na íntegra o projeto do deputado João Menezes com o objetivo de contribuir para a discussão sobre o tema e fornecer o material que deve servir de base para que os grupos de mulheres aprofundem suas posições e suas propostas.

O projeto se inscreve numa linha bastante avançada na medida em que não prevê nenhuma interferência sobre a decisão da mulher que voluntariamente quer interromper sua gravidez antes das 12 semanas limites como em quase todas as legislações dos países onde o aborto já foi legalizado.

No entanto ele é insuficiente, na medida em que não regulamenta as condições para que a mulher faça o aborto. Se o aborto não for gratuito e realizado também nos hospitais do INPS, asseguradas as melhores condições de segurança médica e psicológica para mulher, continuará sendo artigo de luxo, ao qual só terão acesso as mulheres em condições de pagar pequenas fortunas para as máfias da saúde.

Esta e outras precisões se fazem necessárias no projeto. Cabe ao movimento de mulheres opinar e aperfeiçoá-lo a fim de que ele beneficie realmente as mulheres deste país.

PROJETO DE LEI Nº 177, de 1975

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 129, do Decreto-lei nº 1.004, de 21 de outubro de 1969, alterado pela Lei nº 6.016, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 129. Não constitui crime o aborto praticado por médico:

I — quando realizado com o consentimento da gestante, ou de seu representante legal, dentro das doze (12) semanas do início da gravidez;

II — quando é o único recurso para evitar a morte da gestante;

III — quando a gravidez resultou de atentado violento ao pudor ou estupro, seja real ou presumida a violência.

Parágrafo único. No caso do nº II, devo preceder, sempre que possível, a confirmação ou concordância de outro médico, e, no caso do nº III, deve anteceder o consentimento da vítima, ou de seu representante legal, desde que comprovada a existência de crime.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Código Penal de 1940, vigente ainda, em seu art. 128, estabelece os dois únicos casos de exclusão de punibilidade, em matéria de aborto: o aborto necessário ou terapêutico, quando e o único recurso para evitar a morte da gestante, e o aborto sentimental, se a gravidez resulta de estupro.

O Decreto-lei nº 1.004, de 21 de outubro de 1969, que instituiu o novo Código Penal, no artigo 130, em nova redação, e mais aperfeiçoada, previu as mesmas hipóteses, já agora como exclusão de crime.

A Lei nº 6.016 de 31 de dezembro de 1973, alterou vários dispositivos do Decreto-lei nº 1.004/69, inclusive o que dispõe sobre os casos de exclusão de crime, em caso de aborto.

O novo Código Penal ainda não está em vigor, apesar de decorridos mais de 5 anos de sua publicação.

Através de emenda de autoria do nobre Deputado Nina Ribeiro, aceita pelo Congresso Nacional, aboliu-se a permissibilidade do aborto decorrente

de estupro, que passou a constituir fato punível.

Destarte, o novo Código Penal, cuja vigência se acha suspensa, permite somente o aborto necessário, para salvar a vida da gestante.

Como se vê, enquanto a legislação de outros países evoluiu e se moderniza em matéria de aborto, com maior permissibilidade de sua prática, o nosso Estatuto Penal mantém-se vinculado a critérios anacrônicos e obsoletos.

Um pouco de história

Em rápido bosquejo histórico sobre a matéria, verifica-se que o aborto nem sempre foi objeto de incriminação. Não era punido, senão quando pudesse acarretar dano à saúde ou morte da gestante.

Em Roma, a Lei das XII Tábuas, bem como as demais leis da República, não tratavam do aborto, visto que o feto era considerado como parte da mulher ou de suas vísceras e não como um ser autônomo.

Consolidou-se a reprovação às práticas abortivas com o aparecimento do Cristianismo, e a instituição do Direito Canônico, onde se discute a perda da alma do feto, que fica sem batismo, em caso de aborto.

O Código Criminal de 1830 não punia o aborto provocado pela própria mulher.

O Código Penal Republicano, de 1890, punia o aborto praticado com ou sem o consentimento da gestante, desde que se seguisse a morte. O aborto era punido quando praticado pela própria gestante, porém, com pena atenuada, se cometido para ocultar desonra própria.

O Código de 1940 permite a prática do aborto somente em dois casos, isto é, para salvar a vida da gestante, ou quando a gravidez resulta de estupro.

Já o novo Código não permite sequer o aborto quando a gravidez resulta de estupro, o que significa a tomada de uma posição mais radical do legislador.

Entretanto, essa posição não nos parece a mais acertada, em face da evolução da legislação moderna, que amplia as hipóteses legais da prática do aborto.

Dai por que apresentamos o presente projeto de lei.

Em matéria de direito repressivo, a tendência da legislação moderna “é para aumentar o número de causas de exclusão da ilicitude do aborto” (Anibal Bruno, in Direito Penal, vol. 1º, Tomo 4º Forense, fls. 169).

A respeito do assunto, o IX Congresso Internacional de Direito Penal, realizado em Haia, e promovido pela Associação Internacional de Direito Penal, aprovou a seguinte conclusão:

“Resolução nº 4 — Nos países que proíbem o aborto, é necessário alargar a possibilidade de realização de aborto legalmente. Em todos os casos em que a lei autoriza a mulher interromper a sua gravidez, tal interrupção deve ser cuidadosamente regulada por lei.”

Atualmente, o aborto é permitido em alguns países, citando-se o exemplo da Inglaterra, em que uma lei de abril de 1967 permitiu a prática do aborto, desde que o nascimento do filho possa determinar problemas sociais, como conflitos familiares, dificuldades econômicas ou distúrbios psicológicos.

Merece relevo a constatação de que desde 1798 é que se vem formando uma corrente em favor da liberdade de práticas abortivas, tanto na Europa, quanto na América.

No Japão, o aborto tem premissão legal desde 1948, o mesmo se verificando na China Comunista. Na Bulgária e na Hungria, o aborto é legal, desde que o consinta e solicite a gestante.

Nos Estados Unidos é que se verifica uma liberdade maior em relação à matéria. O aborto está legalizado no Estado de Nova Iorque, com a aprovação de uma emenda, de 11/4/70, que entrou em vigor em 1º/7/70.

Através dessa norma, no Estado de Nova Iorque não se incrimina o aborto, se praticado até 24 semanas do início da gravidez.

Não fechar os olhos à realidade

O Professor Alexandre Gabriel Ge-dey, em artigo em que comenta o livro “O aborto ante o Direito, a Medicina, a Moral e a Religião”, de Caetano Zammiti Mammana, editado em 1969, esclarece:

“Também na América Latina neste momento, em fase final de elaboração no Chile, regulamentou-se o aborto.

É a tendência quase mundial no sentido de discipliná-lo com uma legislação permissiva especial. Não se pode fechar os olhos a uma realidade, como também não se deve regular a matéria unicamente sob a esfera penal.

O aborto deveria ser regulamentado, observados determinados critérios, como sua realização apenas por médicos, a fixação de critérios técnicos para a sua feitura, como também o consentimento e o desejo da mulher.”

Enquanto nos Estados Unidos, no Estado de Nova Iorque, o aborto é permitido, dentro das 24 semanas do início da gravidez, o projeto que apresentamos reduz esse período para 12 semanas, ou seja, pela metade, o que significa uma liberalidade em termos.

Por outro lado, entendemos que se justifica plenamente o aborto em caso de gravidez resultante de estupro e de atentado violento ao pudor.

Justifica-se o aborto em tais circunstâncias, desde que praticado por médico, com o consentimento da gestante ou de seu representante legal, tendo-se em vista a violência e a estupidez da fecundação. O estupro é, em regra, obra de um anormal sexual, elbrio ou degenerado, cuja reprodução é altamente indesejável. Entende Manzini que o aborto pode em tal caso ser justificado pelo estado de necessidade, reconhecendo o perigo de grave dano à pessoa, em face das consequências morais, familiares e sociais do parto.

Entendemos que não deve constituir crime não somente o aborto decorrente de gravidez resultante de estupro, mas também da gravidez decorrente de atentado violento ao pudor.

Observa o ilustre Professor Magalhães Noronha que “a consideração que mereceu do legislador a mulher estuproada, também a merece a vítima de atentado violento ao pudor” (Direito Penal, vol. 2º ed. de 1960, fls. 75).

Repugna à consciência jurídica que a mulher violentada, pela prática de estupro ou atentado violento ao pudor, não tenha o direito de livrar-se de uma gravidez resultante da violência sexual, que não consentiu e que a vai marcar para a vida inteira.

A lei deve permitir-lhe a interrupção dessa gravidez, como o fazem outras legislações.

Sala das Sessões, de março de 1975 — João Menezes.



Apoio internacional à legalização do aborto no Brasil

EM TEMPO recebeu novas cartas de apoio à campanha pela legalização do aborto iniciada pelos grupos feministas do Rio e de São Paulo

Por Elizabeth Souza Lobo

Revistas feministas, grupos de mulheres da Europa e dos Estados Unidos estão enviando seu protesto ao Juiz Alberto Mota Moraes e ao Promotor Roldolfo Cegia que insturuem o processo contra Marcia Sandes Dantas, Maria da Conceição Brito, Maria Ivone Schultz e o médico Carlos Roberto da Silva, acusados de praticar aborto.

A “Revue d'en Face”, do Movimento de Liberação das Mulheres Francesas escreve: “o direito de dispor de seu corpo é a primeira de todas as liberdades. Numerosos países aboliram as leis repressivas com respeito ao aborto e outros se preparam a fazê-lo. Escandaloso e perigoso que uma sociedade se arroge o direito de decidir no lugar de uma mulher se ela deve ou não ser mãe; é também inútil arrogar-se tal direito porque em todos os tempos as mulheres souberam conquistar este direito e abortar, apesar das leis, mesmo enfrentando graves riscos para sua vida, sua liberdade e sua saúde. Nós mulheres francesas solidárias com as mulheres de todo o mundo na sua luta pela liberdade de seu próprio corpo e de sua vida, esperamos que o espírito de justiça prevaleça”.

De Copenhague, Dinamarca, o Movimento de Liberação das Mulheres, também envia sua mensagem de solidariedade: “Apoiamos o protesto das mulheres brasileiras contra a criminali-

zação do aborto. E o direito de cada mulher controlar livremente seu corpo, sua própria vida e por esta razão apoiamos a luta das mulheres para obter a legalização do aborto em condições de segurança (isto é, nos hospitais, pago pelo estado)”.

De Boston USA, o Boston Women Health Book Collective, coautoras dos livros Our Bodies, Ourselves and Ourselves and Our Children, protesta contra a prisão das mulheres e do médico na clínica de São Cristóvão e acrescenta: “As mulheres não devem ser forçadas a se submeter ao aborto ilegal, com riscos para sua saúde, quando os meios para um aborto seguro, não traumático, não facilmente acessíveis e podem ser realizados por qualquer trabalhador da área de saúde adequadamente treinado”.

Finalmente uma declaração de protesto, assinada por vários grupos de mulheres reunidas no 8 de março em Rotterdam, Holanda, manifesta “sua solidariedade com as mulheres e o médico acusados e apoia a indignação dos grupos de mulheres do Rio”. O Manifesto está assinado por vários grupos de mulheres de sindicatos; pela Seção Holandesa da IV Internacional, pelo Movimento de mulheres Turcas, pelas mulheres do Partido do Trabalho, do Partido Democrata Radical do Partido Pacifista Socialista, e por mulheres espanholas e uruguaias.

Da Oposição de Esquerda

Por Andreas Maia

O trotskismo no Brasil tem sua história desconhecida para a maioria dos militantes do movimento operário e do socialismo. A contra-revolução stalinista na URSS e a reação imperialista mundial durante muitos anos tentaram sufocar o movimento trotskista, que reivindica das tradições revolucionárias do marxismo e do internacionalismo proletário. Entretanto, a partir da década de 60 o trotskismo no mundo e no Brasil tem um novo impulso devido à exacerbação combinada da crise do capitalismo e do stalinismo, assim como pelo avanço da revolução permanente nos países capitalistas atrasados. Atualmente, conquista parcelas crescentes da vanguarda operária e da juventude para as idéias de Marx, Lenin, Trotski e Rosa Luxemburgo.

Mas nos anos em que atuou como uma «contra-corrente» no movimento operário, lutando contra o capitalismo e contra as organizações operárias degeneradas, o trotskismo foi caluniado como «contra-revolucionário» e circunscrito a «intelectuais pequeno-burgueses». A falsificação stalinista da história do movimento operário brasileiro sempre procurou apresentar o trotskismo como uma coisa insignificante e como obra de «sectários». No entanto o trotskismo foi uma das principais correntes do movimento operário na década de 30, foi eclipsado na década de 50 e atualmente é um dos setores mais significativos da esquerda revolucionária brasileira. Discutir a memória histórica desse movimento, narrada pelos seus principais protagonistas, é uma das formas de extrairmos algumas lições para o futuro do socialismo no Brasil. Além do que, é uma introdução necessária para se entender, nos próximos dois capítulos desta série, a trajetória das organizações trotskistas brasileiras a partir do início dos anos 60.

MARIO PEDROSA:

«A minha luta contra o capitalismo é visceral... nele não há progresso nenhum, há a barbárie».



Mário hoje no PT, ao lado de Lula

Vamos voltar um pouco no tempo. Quando é que começa a repercutir, aqui no Brasil, a cisão Trotski-Stalin, que se processava na URSS?

— O movimento trotskista nasceu justamente dessa cisão. Eu estava na Alemanha a caminho da Rússia, em 1927.

— Você saiu daqui como dissidente?

— Não. Eu saí daqui como membro do Partido Comunista com uma carta de Astrogildo Pereira para ir à Rússia estudar na Escola Leninista. Eu estava na Alemanha em contato com o Partido Comunista Alemão e não pude seguir viagem por causa do inverno muito rigoroso. Fiquei então numa célula do partido, esperando a primavera. Pouco depois, veio o 10º aniversário da Revolução Russa e o congresso no qual a Oposição foi esmagada. Zinoviev havia rompido com a "troika" e se juntado a Trotski. Muita gente condenou essa fusão dos dois por considerá-la muito oportunista. Mas embora esmagada no congresso, a Oposição tinha um grande sucesso de rua como o demonstravam os aplausos recebidos por Trotski nas comemorações do 10º aniversário.

Quando Trotski foi mandado para Prinkipo em 1928, foi um grande choque para todo mundo. Nessa ocasião eu recebi os documentos e a plataforma da Oposição e me posicionei ao lado dela. Logo depois mandei os documentos da Oposição para cá. Havia um movimento de oposição nascente no partido aqui: Livio Xavier, Escobar e Roberto Coutinho — que era a figura central pois tinha estado na Rússia em 1926-7. Depois veio a oposição do Barbosa, um operário líder sindical e que não concordava com a política sindical do partido. Nessa época a palavra de ordem do partido em qualquer greve era sempre "libertação de Thaelmann". Imagine: os operários tinham que gritar isso. A oposição do Barbosa achava isso um absurdo e por isso começou a criticar o partido. Mas ele acabou não se juntando a nós.

A Oposição de Esquerda estava nascendo inicialmente no Rio

— Onde a Oposição de Esquerda aqui no Brasil teve mais força?

— No início, mais aqui no Rio de Janeiro porque tínhamos mais contato com o Partido. O Coutinho era do Comitê Central. Mas depois fomos crescendo também em São Paulo e em 1929 chegamos a editar um jornal que representava o lançamento oficial da Oposição aqui no Brasil: *Luta de Classe*. O grupo era pequeno e as dificuldades eram muitas. Ele era editado no Rio. Mas depois da Revolução de 30 fomos quase todos para São Paulo e aqui ficou apenas um grupo de velhos operários.

— E em qual setor do movimento operário a Oposição de Esquerda tinha mais influência?

— No Rio, entre os gráficos. Em São Paulo também entre os gráficos e depois com a fundação dos sindicatos oficiais, através da Federação dos Sindicatos onde nós representávamos a União dos Trabalhadores Gráficos. Conseguimos ter influência em várias categorias: marceneiros, metalúrgicos, comerciários, etc. Nessa época ocorreram vários episódios engraçados. Nós acreditávamos ainda na possibilidade da regeneração do PC e quando veio a época das eleições, nós propúnhamos o lançamento de candidaturas conjuntas com o PC. Nós não podíamos ter candidatos se o PC não apresentasse candidatos. Eu me lembro de um dia em que nós da UTG fomos levar nosso apoio aos candidatos da Light em São Paulo, dois deputados do PC. Fomos muito bem recebidos até que falamos que tínhamos ido ali em nome da Oposição Internacional de Esquerda. Então eles nos jogaram escada abaixo. Esse tipo de situação aconteceu várias vezes.

— Os stalinistas repetiram este mesmo comportamento na luta contra o integralismo?

— Eles foram obrigados a fazer uma frente única para derrubar os integralistas espalhados na Praça da Sé em 7 de outubro de 1934. Aceitaram porque fizemos várias tentativas; tínhamos organizado uma frente única anti-fascista com o Partido Socialista e com uma série de movimentos sindicais. Naquele tempo os sindicatos gráficos agrupavam os jornalistas. Eu representava a UGT na Federação de São Paulo. Nós fizemos a frente única anti-fascista e conseguimos armar a luta contra os integralistas, mas nas várias vezes em que eles, os stalinistas, prometeram participar do movimento, acabavam desistindo. O PC não queria saber de fazer reunião para isso. Na Praça da Sé, o Edifício Santa Helena era um reduto de sindicatos e os integralistas resolveram fazer uma manifestação lá e o PC acabou tendo que assinar um documento contra, em conjunto conosco, os trotskistas da Liga Comunista Internacionalista. Foi a única vez que conseguimos uma frente com os comunistas.

Fomos nós que lançamos a frente única anti-fascista

— Era no Edifício Santa Helena na Praça da Sé que se sustentava a nossa frente única anti-fascista. Nós éramos legais, o Partido Socialista era legal e a Federação Sindical e alguns sindicatos livres. O PC nunca aceitou fazer parte dessa frente única antifascista porque eles não podiam aceitar a crítica trotskista à política comunista anti-nazista que fez a derrota na Alemanha. Então fizemos nós todo o movimento anti-fascista aqui. Publicamos um jornal semanal *O Homem Livre*. No 1º de Maio de 1934 eu lancei a idéia da IV Internacional, que foi muito difícil para nós, mas acabou sendo realizado na rua, no Parque D. Pedro.

— Você saiu em 1937 e quando você voltou como é que estava a situação do pessoal da IV Internacional aqui?

— Eu saí daqui em 1937 pela segunda vez, e voltei em 1941. O grupo da IV Internacional estava liderado pelo Sachetta. Eu cheguei aqui para fazer um partido socialista independente.

— Chegando aqui você se integrou no grupo "Vanguarda Socialista". O velho grupo do Sachetta estava no trotskismo ortodoxo e a "Vanguarda Socialista" estava no revisionismo do trotskismo. Qual era a relação entre os dois grupos?

— Nenhuma. Eu acho que eles me criticavam e eu também andei criticando eles.

— Por que o trotskismo ainda revive? Como se explica essa tendência a se fracionar?

— Hoje é uma caricatura do trotskismo, existem vários grupos. O meu trotskismo foi uma luta contra o oportunismo, não só o oportunismo stalinista, mas a falta de princípios, a falta de ética, de pudor revolucionário que sempre existiu. Então, naturalmente nós nos opunhamos a tudo, à União Soviética em plena vitória do planejamento e dos planos quinquenais. Uma loucura, precisava ter muita força. Havia uma luta em busca da pureza, por isso havia muito erro de tática, de sectarismo no movimento trotskista. Eu fui sectário porque todos nós fomos muito doutrinários, porque nós vivíamos lutando pela pureza da doutrina. Eu nunca fui um sectário por natureza, eu sou um "liberal putrefato" como se diz.

O que há hoje é uma caricatura de trotskismo

— Como você veria a criação de um partido socialista hoje no Brasil?

— É difícil fazer um programa hoje. O que é o socialismo? Eu tenho uma idéia do socialismo e acho que a luta contra o capitalismo é visceral, não dou nem um dedinho para ficar no capitalismo. No capitalismo não há progresso nenhum, há a barbárie. Tem que se fazer a defesa das coisas elementares. Por ex: contra qualquer política de "desenvolvimento" na Amazônia. Isso leva à destruição das coisas que eu não quero ver destruídas. Não tem saúde. Acho também que a luta pela terra é mais importante hoje do que nunca. Não quero saber de desenvolvimentismo. Empresas capitalistas que exportam eu sou contra porque é uma forma de explorar o povo miserável que não tem nem onde morar. Na velha estrutura agrária do país, do latifúndio, os camponeses viviam lá. Hoje não tem mais lugar para morar em São Paulo. Vão fazendo favelas em toda cidadezinha maior do interior e cresce cada vez mais o desemprego. O socialismo tem que ser a favor disso? O socialismo tem que dizer francamente o que pensa e o que é.

Mário Pedrosa foi um dos fundadores da Oposição Internacional de Esquerda no Brasil e estava na Europa por ocasião do debate da fundação da IV Internacional. Este depoimento é continuação de uma longa entrevista concedida a Otaviano De Fiori, Aluisio Monteiro e Fábio Munhoz para o EM TEMPO e que já foi publicada parcialmente na edição n.º 94.



às primeiras organizações

HERMÍNIO SACHETTA:

«Nós eramos praticamente, o Partido Comunista que continuou organizado durante a ditadura de Getúlio»



Sachetta: rompemos contra a orientação das frentes populares

Quando que você adere ao trotskismo?

— Enquanto stalinista, não obstante da a luz a que empreendi durante certa época contra o trotskismo, eu nunca entendi o trotskismo como uma tendência contra-revolucionária como fazia a direção da III Internacional. O meu combate ao trotskismo — através de vários artigos escritos por mim na imprensa do Partido Comunista — se dava na minha tentativa de mostrar como a análise que o trotskismo fazia não compreendia as tendências objetivas da realidade, sobretudo da realidade brasileira da época.

— Mas você irá mais tarde referendar as teorias de Trotski.

— Exato. Na minha formação de comunista as obras de Trotski irão desempenhar um papel importante. Trotski passou a significar para muitos militantes do partido comunista a defesa das raízes do leninismo autêntico em contraposição às revisões empreendidas pela direção stalinista da III Internacional. No Brasil o grupo prestista dentro do partido era quem levava mais longe o revisionismo stalinista. Já eu enxergava em Trotski não uma “nova teoria marxista” mas sim a continuidade das análises do marxismo revolucionário e particularmente das análises iniciadas por Marx sobre a Revolução Permanente. Uma obra como “Revolução e Contra-Revolução na Alemanha” de Trotski, que versava sobre o papel da frente-única operária na luta contra o fascismo em ascensão, fornecerá uma das bases teóricas fundamentais para a nossa corrente leninista dentro do PC.

— Na luta contra o fascismo, no período que precederá a ditadura getulista, qual era o peso do trotskismo dentro do partido?

— Enquanto corrente, o trotskismo era insignificante (e creio que continua sendo) mas fazia sentido se falar de trotskismo e stalinismo. Hoje creio que as coisas se complicaram, se modificaram muito, e já não sei se é correto se falar em “stalinismo” e “trotskismo” simplesmente.

— Mas vocês, pelo que se sabe, eram uma das forças fundamentais dentro do partido ou não?

— Vejam bem, eu, como um dos principais redatores da *A Classe Operária* (o órgão oficial do partido) e como stalinista, pelo menos formalmente, era

obrigado a cestar duramente contra Trotski. Depois, no racha, como éramos majoritários, conseguimos o órgão oficial por um longo período, o que teve uma grande importância na luta contra a ditadura getulista.

Nosso “racha” não foi propriamente uma cisão pois fomos nós, a esquerda que ficou com a maioria do Partido

— Você falou em racha. Quando se deu o racha com a facção stalinista?

— Não houve propriamente uma cisão, pois nós éramos o partido comunista que continuou organizado contra a ditadura de Getúlio. Mas o pano de fundo das divergências foi a virada direitista da III Internacional para a política das frentes populares (VII Congresso do Comintern), isto é, a de aliança dos partidos operários com a burguesia, a política de colaboração de classe. Aqui no Brasil, essa política se manifestou claramente na questão das eleições presidenciais em 1936. Havia dois candidatos à presidência da República. De um lado, José Américo de Almeida (que se apresentava como candidato de Getúlio) e de outro Armando Salles de Oliveira (a expressão mais alta do conservantismo nacional, apesar de ter algumas indiscutíveis qualidades de estadistas). José Américo vinha da revolução de 30 com perspectivas reais de transformação de um estado latifundiário em um estado com veleidades populistas, assentado sobre a ênfase no desenvolvimento industrial. Vargas, embora não negasse seu apoio a José Américo, buscava na verdade um modo de destruir ambas as candidaturas, de modo a não sacrificá-lo pessoalmente. Tanto assim que de fato, José Américo não vai para a cadeia depois do golpe de 1937.

— E o Partido Comunista, o que propunha fazer?

— A situação do PC era a seguinte. Toda a velha guarda estava na cadeia e quase todo o Comitê Central estava preso. Eu era do CC mas minha base era o Comitê Regional de São Paulo que havia conseguido se manter imune a repressão. E é aí que nasceria a Tendência posteriormente chamada de Esquerda. Em função das prisões, elegemos um Comitê Central Provisório, do qual fazia parte a maioria do CR de São Paulo e o grupo do Bangu (Lauro Reginaldo da Rocha).

Bangu era um militante combativo, dedicado, mas muito imaturo politicamente e sem nenhuma base teórica. A última reunião conjunta do CC Provisório se deu justamente sobre questão das candidaturas. Bangu queria apoiar José Américo segundo a orientação das frentes populares. Nós propúnhamos a candidatura simbólica de Prestes (que estava preso) o que na prática significava o voto nulo. Pois achávamos que não podíamos confundir o proletariado com uma casta burguesa e além do mais apoiada pela ditadura de Vargas. Era essa a orientação para o Brasil do Comintern. Deu-se então a cisão. Ficamos com 6 Comitês Regionais e toda a infraestrutura do Partido. O grupo de Bangu era realmente minoritário.

A velha guarda stalinista só conseguiu retomar o controle do Partido depois da queda de Vargas

— O PC soviético não intervém através do Comintern e faz com que a minoria se transforma em “maioria”?

— A velha guarda stalinista só conseguiria retomar o controle do Partido depois da queda da ditadura de Vargas em 1945 e com a legalização do PC. Mas isso não impediu que o funcionamento do partido sob nossa direção fosse ficando cada vez mais difícil. Vocês sabem, através dos métodos stalinistas da difamação e calúnia, pouco a pouco as bases que tinham ficado conosco foram novamente sendo ganhas por eles. Além do mais era a época do pleno apogeu do stalinismo com a derrota do fascismo na II Guerra. Eles retomaram cerca de 60% das bases que haviam ficado com a Tendência de Esquerda. Além disso, a repressão de Getúlio também se abateu sobre nós. Vários militantes foram presos (inclusive

eu em 1938) e vários militantes foram se afastando da política na confusão da época.

— A Tendência de Esquerda não tinha ligações com a Liga Comunista Internacionalista, o grupo brasileiro ligado à Oposição Internacional de Trotski ao stalinismo?

Procuramos diversas vezes a LCI, o grupo de Mário Pedrosa, Livio Xavier, Aristides Lobo etc., iniciando algumas discussões que não foram muito adiantadas. Era um grupo pequeno, de intelectuais, de muita discussão mas de pouca ação política prática.

Nossa filiação à IV se deu através dos americanos e funcionamos como seção até o início dos anos 50.

— Quando é que vocês se vinculam à IV Internacional?

— O Grupo que pertenceu à Oposição Internacional de Esquerda era o da geração mais antiga de dissidentes comunistas de 1929 (Mário Pedrosa e outros). Quando nós entramos já havia sido fundada a IV Internacional. Em 1943 o nosso grupo passa a chamar-se Partido Socialista Revolucionário e tínhamos o jornal *Orientação Socialista*. Por intermédio do Socialist Workers Party (a organização trotskista norte-americana) logo depois nos filiamos à IV Internacional. Por vários anos o PSR funcionou como a seção brasileira da IV. Porém, com a crise da IV Internacional no início da década de 50 nos afastamos. O PSR se dissolverá e o seu principal núcleo organizará a Liga Socialista Independente em São Paulo.

Hermínio Sachetta era, em 1934, do Comitê Regional do PC em São Paulo e nos anos 40 contribuiu para formar o Partido Socialista Revolucionário, seção brasileira da IV Internacional na época.

MAIS UMA LIVRARIA EM SÃO PAULO

PARO TOPIED

Desde os clássicos, passando por toda imprensa independente, até o que há de mais atual em livros políticos, a livraria PARTO deu a luz que faltava.

É pequena, mas resolve.

Apareça

AQUI VOCÊ ENCONTRA DE TUDO

Parto Ltda — Livros Jornais, Revistas e Distribuição
R. São Bento, 545 - loja 14 - térreo superior - São Paulo

EM TEMPO

Novo Endereço

Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros —
São Paulo — CEP 05414

O que foi o Melô

Tristes palavras ao vento...

Na TV, a oportunidade de começar a reavaliação de uma obra trágica e descabelada, mas sobretudo reveladora por sua amargura e iconoclastia de um cineasta único: Douglas Sirk



Douglas Sirk

O melodrama é por excelência um gênero ignorado. Pior do que o faroeste ou o policial, que raramente serviram-se dos "grandes temas humanos", o melô seria desses temas uma simples perversão. Tanto que na época (a época dos gêneros, a hollywoodiana), sua faixa de mercado era o público feminino. Melodrama era filme para mulher chorar num tempo em que homem, mas homem de fato, não o fazia. Inútil dizer que tudo isso precede o "women's lib".

Assim, não é de estranhar a maldição que recaiu sobre o gênero e seus cultores e nem que um filme como "L'Incompreso" de Luigi Comencini, permaneça inédito no Brasil. Nesse sentido, a tripla reapresentação de "Palavras ao Vento", filme feito em 55 por Douglas Sirk, pelo canal 2 de S. Paulo (dias 11, 13 e 15 de março), pode ajudar um melhor conhecimento dessa tendência, justamente quando aqui ressuscitamos nosso maior dramaturgo, Nelson Rodrigues.

Um gênero essencialmente anti-marxista

A primeira, a maior desvantagem do melô, é ser um gênero essencialmente anti-marxista e, por consequência, negar a primazia do econômico na vida humana: ali, mandam as paixões e estas — como sabem os que já passaram por alguma — ignoram o dinheiro, esta metáfora da racionalidade. Não por acaso, a crítica dita marxista costuma tropicar em seus minuetos sociológicos, já nos aspectos puramente referenciais do melô.

O gênero foi praticado por alguns maiores autores de diversos países, dos quais o maior talvez seja Yasujiro Ozu, tido com razão como o melhor diretor japonês, ao lado de Mizoguchi. Fiquemos por ora com Douglas Sirk, o magnífico realizador da Universal nos anos 50 e que faz parte desse grupo de mestres germânicos que deram o melhor de si na América: Murnau, Lang, Lubitsch, von Sternberg. Eu pude ver, de seus filmes alemães, "Paramatta — Desterro de Mulheres", de 1938, e já repleto desses elementos que o bom tom abomina. Depois de chegar à América, Sirk realizou comédias (talentosas) e até um "filme sério" durante a guerra, "Hitler's Madman". A depuração, porém, veio de seu encontro com o produtor Ross Hunter.



Melodrama era filme para mulher chorar...

Não sei se uma história, normal e profunda (isto é, verossímil e reflexiva) agradaria a Sirk. É na trama folhetinesca que ele se realiza, seja em um filme de aventuras (Captain Lightfoot) seja num faroeste (Taza, filho de Cochise). À sua moda, ele trata de acompanhar o preceito que Mizoguchi passava a seus roteiristas: nem muito belo, nem muito sórdido, nem muito sábio e nem muito lógico.

Mesmo sem procurar uma definição do gênero, há de se assinalar uma característica fundamental ao gênero que é a suspensão da ordem econômica ou antes sua incorporação ao universo da paixão. Daí ele ser o lugar frequente de ruptura das convenções realistas. Embora o realismo nunca tenha interessado profundamente ao cinema clássico (Não por acaso Hollywood era a "fábrica de sonhos"), o melô exacerbava e deslocava esse sistema. Tendo a paixão por tema e o interdito por

objetivo, o melodrama é um mergulho no excesso que muitas vezes confunde-se com o exagero. Um dos méritos inegáveis de Sirk foi distinguir com clareza um do outro.

A paixão ignorando os limites do ridículo

Ainda na discussão levada pelo canal 2 no dia 13/3, o simpático crítico Rubens Ewald Fº demonstrava sua estupefação diante desse pêndulo que orienta a direção de "Palavras ao Vento", oscilação que vai da observação sutil ao que ele considera "kitsch", exagero. Como exemplo de "kitsch", Rubens citava a memorável cena em que Mary Lee (Dorothy Malone) relembra à beira do lago o seu amor de infância por Mitch Wayne (Rock Hudson), o amigo da família. Mais preocupado com o bom senso, Rubens passa reto por esse balanço paradoxal

que norteia todo o cinema sirkiano, onde o amor eclode na guerra, ou onde espelhos para se ver são fornecidos a cegos: balanço entre razão e paixão, onde a segunda não se priva de qualquer transbordamento e ignora, entre outros, os limites do ridículo.

Esta cena aliás é fundamental não só pela sublime aparição de D. Malone, como por ser o ponto de evidência de uma das questões desse filme: a passagem da infância à idade adulta; a perda da inocência. Passagem aqui representada pela chegada à família Handle de Laureen Baccall, esposa do rico herdeiro Kile (Robert Stack), porém amada igualmente por Rock Hudson. Sua chega a esta fraternidade (Stack, Malone, Hudson) deflagra o conflito do crescimento, processo para o qual apenas Hudson se mostra apto (mais adiante eu procuro uma explicação para esse fenômeno).

Toda a fraqueza dos irmãos Handle consiste nessa atitude infantil diante do mundo. Em Malone ela se revela não só em seu apego ao antigo namorado como numa visceral tendência a mentir. Já Kile é o impasse em pessoa, um meio termo que se

afere quando ele enuncia a frase: "Um brinde à beleza e à verdade — que pode ser tudo menos bela". Pêndulo entre verdade e beleza que, além de presente todo o tempo, deflagrará o último e decisivo conflito: ao saber que Laureen está grávida, Stack não acredita que o filho possa ser seu: seria fazer coincidir verdade e beleza. Em sua concepção, só Mitch pode ser pai (de resto, só Mitch exerce essa função, ora socorrendo Kile ou Mary Lee, ora como interlocutor do velho Handle).

A "mise-en-scène" do filme orienta-se, pois, pela frequente e brusca aproximação de dois termos conflitivos: beleza e verdade, normal e excessivo, "bom gosto" e "mau gosto", que atuam no filme como o movimento de um obturador aberto e fechado. Nesse sentido, não se pode esquecer a colaboração de Rudolph Maté, autor de uma luz estranhamente recordada, composta em dégradé, banhando certos pontos até a saturação, deixando outros invisíveis. Na verdade, o cinema sirkiano, afora um aspecto decorativo, supõe essas zonas de sombra e luz: há coisas tão cla-

... num tempo em que homem, não o fazia.



ras que cegas, outras escuras até o invisível. O resultado geral é uma sufocação progressiva, que juntada às inúmeras aparições de janelas e espelhos (obsessão herdada de Dreyer, de que aliás Maté também foi fotógrafo), e a essa aparência física dos atores que comporta uma sobrecarga permanente, nós estamos diante de uma estética que, à custa de igualar destino e desatino, compõe o quadro final de um pesadelo.

Os golpes de um destino feroz

Luz, cenário, atores, roteiro frequentemente ilógico: o cinema apresenta-se aqui no pleno de sua arbitrariedade. Arbitrário através do qual Sirk elabora uma filosofia da imagem digna de igualá-los aos maiores (sobretudo emigrado) do cinema, como Lang e Hitchcock. Mas onde a estes — especialmente Hitchcock — importa a natureza mesmo do signo, a Douglas Sirk interessa o inserido socialmente. Em "Palavras ao Vento", para ficar só por aqui, o cinema coloca em jogo toda a verdade adquirida pela tradição trazendo ao espectador a surpresa e a solicitação de um enfoque inusitado. Assim, por exemplo, o fato de o filme oscilar entre vida e morte, pureza e impureza, concebendo a existência como um ténue e tenso fio que ganha sentido a partir do momento em que a experiência adquirida e segura — tanto dos personagens como do espectador — é extravasada pelos golpes de um destino mais feroz do que aziago.

Igualmente petulante me parece a introdução do tema da natureza: a rede dramática compõe-se em flash-back (o calendário acionado pelo vento) à sombra de sólidas torres de petróleo, a significar essa tensão entre a natureza e o humano, a terra e o subterrâneo. Que o petróleo — produto da terra servido ao homem pela mediação da técnica representada pelas torres — constitua o cenário privilegiado dessa tragédia, é bem significativo da ruptura entre terra e homens tão profundamente sentido por Mary Lee e Kile e que faz deles personagens aéreos, análogos às folhas de outono que o vendaval arrasta, produtos que são de uma riqueza, de uma cultura e de uma família desprovida de raízes. Ao contrário, Mitch — o sobrevivente, não apenas desfruta de uma boa relação com a natureza (é um investigador, um geólogo, não um aproveitador), como da vantagem de ser um medíocre (é Sirk mesmo quem o define assim), desprovido de maior densidade. Talvez uma cena resume com eficácia este filme: aquela em que Mitch aconselha o pai de Kile a perfurar um certo poço até 4.500 pés "e nem um centímetro a mais". Pois essa é a diferença entre Kile e Mitch: este vai até onde ordena o bom senso, aquele até onde o impele a desrazão. Quatro mil e quinhentos pés é longe, mas não o inferno visitado por Kile.

Brasil: igreja contra estado

Por Olgária Matos

Uma análise exemplar da constituição da Teoria e da passagem à Prática do Poder hierocrático é apresentada por Roberto Romano ao tratar da Igreja no Brasil. O pensamento crítico é enriquecido por instrumentos conceituais que buscam os fundamentos da atividade desta instituição: de Schelling e Fichte, Espinosa e Hegel, Weber e Marx vão se traçando os rumos da política da Igreja, momentos imprescindíveis para a compreensão das "aporias da Igreja no Brasil contemporâneo". Do Brasil colônia ao da atualidade revelam-se relações de "acomodação tensa" entre a Igreja e o Estado — a partir do que, o autor dissipa o equívoco de se pensar a Igreja como um "aparelho ideológico do Estado". Por esta razão, a Igreja pôde apoiar o golpe de 1964, legitimando-o em nome da segurança das instituições "necessárias ao funcionamento da sociedade", para depois, tomar outras posições ao verificar o fortalecimento extraordinário do poder do Estado e a perpetuação da intervenção militar.

O autor mostra o confronto entre dois poderes, ambos altamente hierarquizados e centralizadores, bem como a dinâmica que se desenvolve em vista disso, no interior da Igreja. É este o esteio das significações desta prática que se volta para os humilhados e ofendidos, para os oprimidos da cidade e do campo; não tarda a se configurar a real fisionomia dos humildes visados pela Igreja: "o povo como pura impotên-

cia", impotência esta que é atribuída aos "fracos" pois nesta caracterização está presente "a clivagem entre os que sabem e os que devem ser ensinados". O autor faz também baixar do céu para a terra a idéia de Pessoa — sobre a qual está centrada a legalidade do Poder eclesiástico — e o sentido da "libertação" implícito na nova Teologia. Nela, os humildes são "os perdidos que resgatam o salvador, os dominados, convertem-se em redimidos, o poder transmuta-se em serviço (...) Renova-se a relação espetacular entre Igreja e Povo: a eternidade da primeira repousa sobre a permanência do segundo". Com isto, o livro não minimiza o alcance crítico do projeto próprio à Igreja — dos valores como os de justiça e dignidade que se aliam a noção de Pessoa e que conflitam com o mundo industrial. Um mundo não propriamente humano como diz Adorno; ele é, sim, "o mundo do Capital".

As reflexões do autor levam-no a buscar o estatuto do anti-capitalismo da Igreja que, por uma espécie de efeito perverso, ao lutar "para criar comunidades de base nas áreas de maior tensão conseguiu, em grande parte, a pacificação social". Finalmente, ao discutir a situação da Igreja no Brasil, o livro transcende este limite por ser, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre o Poder, a monocracia, a hierarquia burocrática e sobre a indefectível unidade de comando.

Cigarros: o pessoal de publicidade anda exagerando nos anúncios de cigarros. Andam repetindo até o cansaço, as cenas bucólicas, com mulheres de branco e árvores frondosas — o frescor, o verde, a saúde, para que fique velado o fato de o cigarro ser o veículo que, por si mesmo, traz exatamente o contrário das imagens lançadas. Agora, lançam uma torrente de belas imagens relacionadas ao mar, ao luxo de ambientes claros, limpos, como se nesses lugares privilegiados economicamente (mansões, enormes veleiros...) o cigarro pudesse, uma vez mais, não ser associado à poluição, tosse, doenças... Um pouco mais de sutileza não ia mal, já que a idéia é mesmo passar a mentira como verdade. E pensar que nenhuma propaganda de cigarro nos países capitalistas "avançados" pode vir sem aquela chamada de atenção ao consumidor sobre os efeitos maléficos do produto!!

Segure seu homem: há uma publicidade cômica (se não trágica) na TV, de um produto que aliza os cabelos. A moça aparece, desconsolada com seus cabelos crespos, e diz a uma amiga: "...e logo hoje que vou sair com fulano, olhe meus cabelos!". E a outra responde: "isso não é problema, com o alizante tal". Depois, cena da moça de cabelos crespos com seu namorado que lhe diz: "Fulana, como são belos seus cabelos, tão naturais!". E a moça de cabelos crespos sorri feliz, com seus novos cabelos lisos. Pois é. Afora o fato de qualquer alizante destruir os cabelos, há uma idéia "esquisita" de cabelo crespo ser feio e liso ser bonito, idéia sobre a qual tenho algumas teorias que não vêm ao caso. O importante a registrar é que com a mentira você consegue o príncipe encantado... desde que ele não a veja como você é em casa.

Metró de São Paulo: Anúncios pu-

blicitários nos vagões do metrô de S.P. são proibidos. Isto é uma conquista, melhor, era. Sorrateiramente nosso metrô vai ganhando um anúncio aqui, outro ali, muito discretamente. As Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), por exemplo, já conseguiram seu lugar, e o emblema da administração Maluf cai sobre nossos pobres olhos como uma pedra. Há vários outros. Quem está ganhando com isso? Não os usuários do metrô, por certo.

Fraternidade: Há um anúncio da CNBB extremamente bem feito na TV. Uma família de migrantes — pai, mãe, filhos — pobremente vestidos, com o olhar entre o medo e a aflição, desfilam aos olhos do espectador. Um sentimento extremamente incômodo toma conta desse espectador diante de tão flagrante indignidade humana. Conforme a família é filmada em seus lentos gestos, frases da Declaração dos Direitos do Homem são recitadas ao fundo: todo homem tem direito a... todo homem tem direito a... A injustiça social é desnudada cruamente. Mas, pasmem! Qual o final dessa pungente publicidade? Nada mais, nada menos, que um apelo individual à piedade fraterna, piedade que devemos ter diante dessa triste e miserável realidade. Ora, tenham a paciência! É tudo o que consigo dizer. É a mesma história do ano passado, quando a CNBB lançou aquela publicidade sobre a poluição de nossos rios, a mortandade de nossos peixes, etc., e ao fundo uma voz grave recitava versículos do Evangelho. Qual era o final? um apelo individual, sem que se tocasse na ferida: quem polui nossos rios, mata nossos peixes, etc, etc.?

Negritude e consumo: Esse anúncio saiu num jornal de S. Paulo. Algo mais ou menos assim: "Negro já pode ser consumidor". Sem comentários.

IDART

«varal de poesia»

A Secretaria Municipal de Cultura, através do Idart, promoverá um Varal de Poesia, de 13 de abril a 15 de junho, na Casa das Retortas (R. da Figueira, 77 - fone 227-7871). Estão programadas quatro atividades:

1. Recitais de Poesia, uma vez por mês, dias 13 de abril, 18 de maio e 15 de junho às três da tarde.
2. Varal de Poesia — uma exposição informal de poemas. Serão exibidos todos os inscritos para os recitais, e qualquer pessoa do público poderá incluir um trabalho seu na mostra, bastando pendurá-lo ao lado dos outros.
3. Exposição de material editado, livros ou qualquer outra forma de editar um poema.
4. Exibição de quatro curta-metragens sobre poetas brasileiros, às 10, 13 e 16h., nos dias dos recitais.



A luta aberta em "El Salvador"

A polarização em El Salvador já se dá entre o povo que luta contra a opressão e a exploração, por um governo dos trabalhadores, pelo socialismo, de um lado, e a Junta de governo, sustentada pela oligarquia local e pelo imperialismo, do outro.

Por Ricardo Henriquez

A luta que travam as massas em El Salvador contra a Junta Civil Militar de Governo (e contra o imperialismo, que sustenta esta Junta) está atravessando momentos decisivos.

Na última semana de março, o arcebispo de San Salvador, Don Oscar Romero, foi assassinado por um grupo de direita ainda não identificado. Don Romero, nos últimos anos, assumira posições corajosas de defesa do povo, e era um dos maiores críticos da Junta Civil-Militar. Seu assassinato não foi o primeiro a ocorrer: vários sacerdotes foram assassinados de maneira semelhante nos últimos meses, além de inúmeros militantes de organizações de esquerda.

Em El Salvador já se desenvolve praticamente uma guerra civil. Prova disso foi o que ocorreu logo após ao assassinato de Don Romero: três ministros da Junta, o da Economia, o da Agricultura, e o da Educação, abandonaram seus cargos e fugiram do país. Alegaram que o faziam "pelo medo de serem vítimas da violência". Lamentaram a "incapacidade" do governo para conter a onda de violência, e para pôr fim ao terrorismo de direita.

Por outro lado, os incidentes ocorridos no enterro do arcebispo, que deixaram um saldo de mais de 30 mortos e centenas de feridos - apesar das declarações da Junta de que a Guarda Nacional não interviria - indica o estreitamento cada vez maior de sua margem de manobra. E é natural que a Junta não possa eliminar o terror de direita: este é sua face oculta (ou nem tão oculta).

Com o nível de mobilização que já foi atingido contra a ditadura, é inteiramente evidente que ela só pode ser salva se contar com uma intervenção em grande escala do imperialismo.

A disposição da Coordenadora Revolucionária das massas formada no dia 11 de janeiro (ver Em Tempo nº 101), é de conduzir o país ao socialismo, e de rejeitar acordos com setores da burguesia. Na solenidade que marcou sua criação, as palavras de ordem que se destacaram foram: "gorilas e burgueses, vocês tem poucos meses"; "gostem ou não, nós seremos socialistas"; "nem reformas nem repressão deterão a revolução"; "frente à repressão fascistoide, o combate organizado do povo".

Apresentamos aqui o depoimento de um dos 300.000 participantes da maior manifestação de massa recente em El Salvador: a "Grande Manifestação de Unidade", realizada no 22 de janeiro para comemorar a formação da Coordenadora Revolucionária das Massas. A descrição do clima de luta que envolveu esta manifestação dá uma idéia clara da luta que está sendo travada.

A primeira ação conjunta da Coordenadora Revolucionária, e o primeiro grande festejo popular da recente unificação, foi a grande manifestação da unidade, marcada para o 22 de janeiro.

Ah! Que dia maravilhoso, no alto tudo azul e aqui em baixo, aqui por dentro, nós cheios de uma emoção que não cabia. Era o povo organizado que se apresentava, que protestava e que exigia uma nova sociedade. "Morte ao imperialismo ianque!", "morte aos exploradores do povo", a manifestação tinha começado.

Era 10 horas da manhã, e grande parte dos manifestantes estava com chapéu de papelão para tapar o sol, meninas e senhoras de idade os vendiam por 25 centavos de Colon (um Colon é equivalente a 40 centavos de dólares). Os membros da segurança e os responsáveis pela organização da manifestação não paravam de correr dando as instruções necessárias.

Com o clima político que antecedeu e acompanhou a manifestação, torná-la um verdadeiro triunfo (não só pela quantidade de manifestantes) foi um passo importante pra esclarecer perante as massas a necessidade da luta armada.

A oligarquia salvadorenha e seus aliados entenderam muito bem que ao realizar-se a unidade das forças revolucionárias, ficavam ameaçados de perder seu poder político e econômico. Então, montaram uma campanha cínica e milionária contra o povo e suas organizações, que buscava provocar o terror e que se coordenou com "operativos militares", dirigidos pela UGB (União Guerrilha Branca) e os setores fascistas do Exército. Em primeiro lugar, por todos os meios de comunicação burgueses, quis fazer as organizações do povo aparecerem como responsáveis pelo caos econômico e político que vive o país; disseminou boatos, que iam desde o incêndio da igreja de "La Basílica", até o do iminente estouro

da guerra civil. Provocou uma escassez artificial de produtos de primeira necessidade; continuou sua política criminosa de descapitalizar o país; apresentou publicamente como representantes seus aos dirigentes criminosos do FAN (Frente Amplio Nacional), que não pouparam ameaças contra o povo.

"operativos militares" da direita

Paralelamente, foi levada a cabo a campanha de terror armado: contínuas ameaças e provocações da UGB e da OLC (Organização para a Libertação do Comunismo), ações criminosas armadas em Arcatao, Las Vueltas, San Esteban, Catarina, etc.; fizeram a coordenação armada com os fascistas da Guatemala, dirigidos por Sandoval Alacón e de Honduras; colocaram uma bomba de grande poder no local recentemente inaugurado do BPR; sequestraram e fizeram "desaparecer" militantes e dirigentes populares.

Mas as ações que refletem a forma e o nível da luta de classes não pararam aí. Foi anunciada a greve (lock out) dos empresários dos ônibus urbanos e interurbanos, que começaria a partir do dia da manifestação, e cujo objetivo era desestimular as massas que procuravam participar da manifestação; realizaram sequestros de sindicalistas que se trasladavam de seus lugares de trabalho à capital, (isto ocorreu em Morazan, Santa Ana, Cerrón Grande, Chorrera del Guayabo, etc.). No dia 21 à noite, comandos armados da UGB metralharam e bombardearam com morteiros locais universitários onde se encontravam algumas das milhares de pessoas que a Coordenadora Revolucionária tinha trazido do interior do país com um dia de antecedência, para burlar o lock out dos



A manifestação convocada pela Coordenadora Revolucionária

ônibus e os comandos armados que impediam a vinda das massas do interior à capital.

A melhor resposta da esquerda foram os 300 mil presentes na manifestação (em um país de 5 milhões de habitantes, numa capital com um milhão). Praticamente toda a cidade se pintou de vermelho e preto, as cores das organizações presentes: UDN, FAPU, LP-28, BPR (União Democrática Nacionalista, Frente de Ação Popular Unificada, Ligas Populares 28 de fevereiro, Bloco Popular Revolucionário). A estas organizações se agregaram outras: o MLP (Movimento de Libertação Popular), o PST (Partido Socialistas dos Trabalhadores), etc.

Das principais avenidas da parte norte da cidade (San Salvador) começa a movimentar-se a manifestação, em direção à Praça Liberdade, no centro da cidade, onde se realizaria o ato público. Primeiro desloca-se a UDN, depois a FAPU, o MLP. Nesta altura, fica-se sabendo que o BPR permanecia no local onde havia se concentrado (na periferia norte da cidade) e que não havia mais espaço por onde pudesse se aproximar.

A solução foi que a ponta da manifestação saísse do centro e se dirigisse para a periferia sul. Como resultado, a capital

foi literalmente tomada, de ponta a ponta, pelo vermelho e pelo preto, e a quase totalidade das suas atividades parou. Nas ruas não se via nenhum policial, pelo menos uniformizado.

quem tem o apoio do povo

Assim, a Coordenadora Nacional Revolucionária mostrava quem é que tinha de fato o apoio da enorme maioria do povo salvadorenho.

Mas a oligarquia, em combinação com as forças pró-fascistas que sobreviveram e tem-se fortalecido ultimamente no seio das forças armadas, tinham montado um plano para a manifestação. Desde as primeiras horas da manhã vários helicópteros sobrevoavam bem baixo o trajeto da manifestação; dois aviões sem matrícula jogavam inseticida nas ruas por onde a manifestação deveria passar; depois, percebendo que isto não havia dado resultado, passaram a jogar o inseticida diretamente sobre os manifestantes. Veículos blindados particulares, e que já haviam acompanhado uma manifestação de direita chamada "Paz y Trabajo" circulavam nas ruas ao lado da manifestação, com o claro objetivo de aterrorizar.

Peru:

A divisão na esquerda

Desfez-se a ARI, mas Hugo Blanco continua candidato "por um governo dos trabalhadores, sem generais nem patrões".

Por J. Machado

A formação da ARI (Aliança Revolucionária de Esquerda), no dia 17 de janeiro, foi um acontecimento que despertou entre os trabalhadores do Peru uma grande expectativa. (ver EM TEMPO nº 100). A ARI era uma frente que reunia quase todas as organizações políticas operárias peruanas; as exceções eram o Partido Comunista Peruano, e o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST, filiado à Fração Bolchevique, que se separou em fins de 1979 da IV Internacional).

Contudo, as esperanças despertadas pela ARI se frustraram: ela não se manteve até as eleições gerais de 18 de maio.

O processo que levou à desagregação da ARI começou com a ruptura da frente entre o advogado trabalhista Genaro Ledesma, antigo presidente da FOCEP, o PCP e o PSR (Partido Socialista Revolucionário, "velasquista", isto é, o partido que pretende recuperar as "conquistas" da ditadura militar de Velasco Alvarado). Alegando divergências quanto à distribuição das candidaturas, o PCP e o PSR retiraram o apoio à candidatura presidencial de Ledesma e lançaram a candidatura do general Léonidas Rodríguez, uma das figuras principais do governo de Velasco.

Com isso, alguns participantes da ARI passaram a defender a sua ampliação, em direção a Ledesma e a outras forças políticas, em especial um pequeno grupo burguês, a ARS, que havia sido explicitamente excluído quando da formação da ARI.



Manifestação dos que sustentam a candidatura Blanco.

Para isto, defendiam também que a ARI mudasse suas características básicas, deixando de ser uma proposta de unidade dos trabalhadores, de ser uma expressão política da sua mobilização e das suas lutas, e passasse a ser uma frente popular com setores burgueses. Assim, sua palavra de ordem básica deveria deixar de ser "por um governo dos trabalhadores sem generais nem patrões", e passar a ser "governo democrático popular não alinhado". Esta posição foi defendida especialmente pela principal organização maoísta peruana, a "Patria Roja".

Obviamente, era uma coisa que os setores responsáveis pelo lançamento da ARI, em especial seu candidato à presidência, Hugo Blanco, e seu partido, o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores, da IV Internacional), não podiam aceitar. Representava a descaracterização completa de ARI.

Frente popular x unidade dos trabalhadores

As discussões se complicaram ainda por pendências em torno das listas de candidaturas. Contudo, até poucos dias antes do encerramento do período de inscrições de candidatos, ainda parecia possível que a ARI se mantivesse. Com a pressão unitária e classista das bases, a ofensiva dos defensores da "frente popular" entrou em refluxo.

O golpe final na ARI foi dado pelo POMR (Partido Obrero Marxista Revolucionário), a outra organização trotskista (além do PRT) que participava, e que até então defendia a proposta inicial da ARI. O POMR integra atualmente, junto com o PST, o "Comitê Paritário pela Reorganização (Reconstrução) da IV Internacional". E foi a pressão do PST e deste Comitê que levou o POMR a se retirar da ARI.

Com a saída do POMR, a ARI naufragou. Os setores maioístas se sentiram reforçados para voltar à ofensiva. Finalmente, 48 horas antes do encerramento do prazo, o PRT concluiu que o acordo era impossível, e resolveu lançar suas próprias candidaturas.

Não havia mais possibilidades de inscrever frentes eleitorais. Mas o PST e o POMR propuseram ao PRT fazer um documento político comum, e lançar candidatos nas suas listas, o que foi aceito.

Assim, Hugo Blanco continua candidato à presidência do Peru, e sob a mesma plataforma: "a esquerda unida por um governo dos trabalhadores sem generais nem patrões", independência política dos trabalhadores, participar das eleições sem semear ilusões parlamentaristas (deixando claro que só a organização e a mobilização das massas, só suas próprias lutas, podem conduzi-las à vitó-

ria contra a opressão e a exploração). Além disso, e coerentemente com esta plataforma, Hugo Blanco e o PRT continuam defendendo a unidade de todas as forças operárias, de todos os trabalhadores, mas de nenhuma maneira a unidade com qualquer força burguesa.

Mas a ARI se rompeu, e isto foi de qualquer forma uma grande derrota para o proletariado peruano. É assim que as massas entenderam as coisas: centenas de telegramas foram enviados aos partidos exprimindo uma enorme decepção e o desacordo com a divisão. Apenas os sectários (como o PST, que julgava a ARI "sem princípios", e que havia acusado Blanco de ter "traído a classe operária") ficaram satisfeitos com o resultado.

O Peru passa por uma séria crise política. Não é apenas a esquerda que se apresenta dividida (além de Blanco, são candidatos Ledesma, um candidato maoísta, e um candidato das organizações que formavam na UDP e que não são maoístas, como o MIR). Também a burguesia apresentou um grande número de candidatos.

Dos candidatos de esquerda, Hugo Blanco continua sendo o que tem maior apoio popular. Assim, o impacto da sua campanha, embora certamente menor do que o que tinha no quadro da ARI, terá um resultado fundamental. Representará um avanço na luta dos trabalhadores peruanos por sua independência de classe, e poderá ser um passo no caminho de sua unidade futura.

Continuação da página anterior

Contudo, a consciência política das massas está alta. A manifestação se caracterizou por sua disciplina, pela participação totalmente voluntária e massiva, por seu considerável nível de organização.

Dezenas de jornalistas estrangeiros puderam observar que a composição da manifestação era fundamentalmente de operários e camponeses, e que sua extensão ia por vários quilômetros.

Foi sem dúvida a maior e a mais imponente manifestação popular da história do país, e refletiu a inquebrantável disposição de luta do povo pela vitória final.

A maioria dos 5 milhões de habitantes do país estava escutando a transmissão radiofônica da manifestação. O locutor ia dando as horas, e transmitindo mensagens. Uma delas, transmitida como matéria paga, e atribuída à organização maoísta de El Salvador, dizia o seguinte:

"A Coordenadora Revolucionária não representa as massas exploradas... Pelo contrário, esta manifestação está traíndo



os seus interesses... Fica claro que qualquer incidente durante a manifestação será de responsabilidade da demagógica Coordenadora..."

Esta mensagem deu lugar para a desconfiança de que a direita tramava alguma coisa. Pouco depois (15 minutos), o

locutor mudaria a entonação da sua voz dizendo de maneira emocionada: "acabamos de ser informados que, neste momento, no centro da cidade, está havendo disparos de metralhadora."

Metralha na multidão

A covarde agressão foi realizada principalmente por guardas e policiais que vestiam coletes à prova de balas, levavam rádio-transmissores e metralhadoras e que se encontravam alojados estrategicamente em prédios da oligarquia e governamentais. Tudo indica que o sinal para o início do massacre foi dado após combinação entre o Palácio Nacional, o Mercado Central e o Ministério do Trabalho. Do mesmo modo, tudo indica que o sangüinário tiroteio foi dirigido pelos helicópteros que sobrevoavam na hora.

O fogo cruzado e de surpresa pegou parte da manifestação e se armou uma confusão: correrias, gritos na procura de lugares para esconder-se do ataque. Mas não chegou a se instaurar o pânico: o fogo foi respondido, graças à eficácia e à coragem dos grupos de auto-defesa das organizações populares. Isto permitiu limitar o número de mortos e feridos, que mesmo assim foi elevado: mais de 70 mortos e cerca de 200 feridos, pertencentes na sua maioria ao povo trabalhador.

Este foi o saldo que o ataque premeditado deixou.

A manifestação se dissolveu, mas a repressão continuou pelo resto do dia. A Junta de Governo tem as mãos totalmente sujas com o sangue do povo, e ela as tem sujadas constantemente. A chamada "Extrema direita", a UGB, a OLC, etc, os corpos policiais da Junta são a mesma coisa. Atuam com o consentimento desta e sob a sua proteção.

É preciso considerar ainda que há uma intervenção militar direta do imperialismo yanque, e que o Exército, comandado pelos setores "duros" ou fascistas, tem sitiado, cercado cidades, favelas, fábricas, e realizado assassinatos, sequestros de pessoas que não aparecem mais com vida.

Nos 4 meses em que a Junta (formada por 2 militares e 3 civis da ala direita do Partido Democrata Cristão, PDC) ocupa o poder, já matou mais de 1000 pessoas pertencentes ao povo que procura e encontrará a sua libertação... sim, porque a Revolução está próxima.

Não haverá nenhuma reforma contrarrevolucionária, nem repressão, que detenha a insurreição nacional.

Afeganistão: As questões-chave (II)

Em uma questão como essa, é preciso fugir como da peste da falsa lógica, da lógica formal: se o resultado é negativo, nós condenamos; se condenamos, somos a favor da retirada...; se nós não somos pela retirada, somos pela manutenção...

A política não tem nada a ver com raciocínios mecânicos, deste tipo. Nós não apoiamos a intervenção soviética e combatemos a política na qual ela se inscreve. Isto é uma coisa. Entretanto, a intervenção já ocorreu. Ela criou uma situação nova. Há uma guerra e uma guerra civil imbricadas. A burocracia, por certo, interveio em função dos seus próprios interesses reacionários. Mas a contra-ofensiva do imperialismo não se preocupa com detalhes, não visa somente a burocracia como camada privilegiada no seio do estado operário. Ela visa enfraquecer o próprio estado operário.

Numa guerra civil não podemos ser neutros

Trotsky dizia que não há receita pra se descobrir em cada caso concreto "onde e quando o Exército Vermelho intervém somente enquanto instrumento da reação bonapartista e onde ele defende os fundamentos sociais da URSS". Infelizmente, nos encontramos raramente com casos quimicamente puros. O Exército Vermelho continua sendo ao mesmo tempo um instrumento nas mãos da burocracia e o Exército do estado operário soviético. Em Stalingrado, apesar de Stalin, ele se batia diretamente em defesa do estado operário. Em Praga, ele era estritamente o instrumento da burocracia contra a revolução política que crescia.

Mas na maioria das vezes a questão é mais complexa. Quando da intervenção em Cabul, podemos dizer que o Exército Vermelho agiu principalmente como o instrumento da burocracia bonapartista. Mas face à ofensiva imperialista hoje, ele se encontra na posição de defesa do estado operário.

Agora, mesmo através do intermediário apodrecido da burocracia, o enfrentamento em curso reflete o conflito mundial entre as classes. Nós não ficamos neutros: nós somos favoráveis à derrota dos feudais e do imperialismo.

Daqui para a frente a questão do Afeganistão não pode portanto ser tratada isoladamente. Ela deve ser tomada na teia das relações de força mundiais. É neste contexto que é preciso colocá-la e encarar a significação que teria a palavra de ordem de retirada imediata das tropas soviéticas.

Seria preciso, com efeito, antes de mais nada esclarecer o sentido de uma tal palavra de ordem. Quando há uma guerra, um enfrentamento armado, tem-se que evitar mais que nunca brincar com as palavras de ordem, considerá-las como uma opinião sem encarar as consequências práticas.

É a única maneira de tomar seriamente a palavra de ordem de retirada das tropas é dando-lhe um conteúdo prático, e conclamando no terreno de combate à resistência armada contra a ocupação soviética, e apoiando internacionalmente esta resistência com uma campanha de pressão sobre Moscou. Esta posição não está excluída por princípio. Se na ocasião a correlação de forças permitisse concre-

Prossegue aqui o debate sobre a questão do Afeganistão transcrito do semanário francês "Rouge" (de 7 a 13/2/80). Na edição passada foram discutidas as seguintes questões:
a) havia um começo de guerra civil no país, antes da intervenção soviética; b) os efeitos da intervenção, do ponto de vista da revolução mundial, foram claramente negativos;
c) não se pode limitar a condenar a intervenção sob pena de que ela se confunda com as condenações reacionárias.
Hoje, a questão final: é possível reparar os efeitos negativos da intervenção exigindo-se a retirada imediata das tropas soviéticas daquele país?



Manifestação de apoio ao regime. Cabul, maio de 79

tizá-la, ela era a palavra de ordem que deveria ser adotada face às intervenções em Budapeste (Hungria 1956) e em Praga (Tchecoslováquia 1968): resistência à ocupação e uma campanha internacional do movimento operário.

O que nos guia é saber que forças sociais são capazes de se apropriar de tal palavra de ordem. Hoje, no caso do Afeganistão essas forças são, certamente, a reação afegã, os governos burgueses, o imperialismo. E não os trabalhadores de maneira independente para combater ao mesmo tempo o imperialismo e a burocracia a partir de seus próprios interesses e de uma política internacionalista! Há uma guerra. Há um "front" e não dois ou três. Se a revolução afegã fosse o bastante socialmente forte politicamente amadurecida (com uma dureza proletária revolucionária) para que houvesse insurreição simultânea sobre dois fronts, contra Washington e contra o Kremlin — os problemas seriam, não apenas logo resolvidos, como, jamais teriam sido colocados nos termos em que foram colocados.

Mas há ainda os que querem lançar a palavra de ordem de retirada das tropas sem lhe dar o sentido de palavra de

ordem de ação. Em plena guerra, isto é difícil. É uma tentativa de parecer liberal e democrata, de livrar a cara e a consciência em uma história delicada. Para estes, não se trata de conclamar à resistência no campo de batalha, mas apenas de fazer pressão sobre Brejnev (prioritariamente ou exclusivamente por parte do movimento operário internacional) para que ele retire suas tropas... A atitude inconsequente chega ao cúmulo de ficar aconselhando à burocracia sobre qual a melhor maneira de sair de um mau passo.

Como se os efeitos negativos da intervenção pudessem ser apagados por uma simples volta atrás como em uma lousa mágica. Do ponto de vista dos efeitos sobre a luta do proletariado mundial, o mal já foi feito. Pedir e obter (porque se pedimos, é necessariamente para obter) a retirada das tropas, e deixar o caminho livre ao imperialismo (pois, a quem mais?), não é agora reparar o mal. É agravá-lo e dobrar o preço. Pareceria apenas que, depois de ter intervindo com seus métodos repugnantes, a burocracia teve de se bater em retirada com os primeiros grunhidos de Carter. Não seria de nenhuma maneira uma vitória moral mas, com certeza, um reforço das posi-

ções do imperialismo na correlação de forças mundial.

No campo de batalha, a tradução desta política seria o derrotismo circunstancial. Não a resistência ativa ao invasor, mas o derrotismo dando as costas aos bandos reacionários e às tropas soviéticas. Tal derrotismo é um cálculo perigoso. Consiste em considerar que a instalação de um regime reacionário, enfeudado ao imperialismo, seria um mal menor do que a presença soviética. É claro que ele se reserva a possibilidade posterior de voltar a uma posição de defesa da URSS caso o estado operário seja ameaçado pela fortaleza reacionária e armada instalada nas suas portas. Mas ninguém pode medir a priori os efeitos em cadeia, que uma vitória da reação teria, no Afeganistão, na região (com relação ao Irã) e com relação à URSS (no quadro de um dispositivo de conjunto do imperialismo).

No Afeganistão se desenvolve uma mobilização autônoma das massas

É um risco que não deve ser corrido. Assim, como sempre, o derrotismo circunstancial é uma aventura irresponsável. E não é possível tergiversar a questão argumentando que trata-se de uma palavra de ordem que deve ser usada hoje apenas na propaganda e não na agitação. Porque encontraremos sempre gente nos sindicatos, entre os burocratas, os social-democratas, os eurocomunistas, que são a favor de lhe dar um alcance prático imediato.

É por isso que é preciso ser claramente contra esta palavra de ordem hoje. E explicar porque. No entanto, todas estas questões, e portanto, as palavras de ordem, se aplicam em uma conjuntura precisa que, evidentemente pode mudar. Se amanhã os soviéticos instalarem em Cabul um regime de compromisso, de união nacional, perpetuando a exploração das massas afegãs; se desenvolve uma mobilização autônoma das massas afegãs sobre bases de classe, então a palavra de ordem de retirada das tropas pode assumir outro conteúdo de classe, positivo, e deve ser lançada. Assim definida, e no seu conjunto, essa política se opõe tanto à dos PCs (italiano, espanhol, mexicano) que exigem a retirada das tropas soviéticas, quanto à dos PCs (francês e português) que apoiam a intervenção soviética enquanto tal.

No caso dos primeiros, podemos compreender, mesmo não concordando, que seus militantes assinem petições pedindo a retirada das tropas porque querem desta forma e, ainda que confusamente, manifestar uma condenação aos métodos stalinistas. Com eles é preciso discutir e convencê-los. Mas a posição das direções desses partidos, assim como das dos partidos social-democratas tem um sentido claramente contra-revolucionário: o de dar a sua própria burguesia atestados de boa conduta e de civismo pelas costas do proletariado mundial. No caso dos segundos, o apoio à intervenção soviética também não se coloca no terreno do internacionalismo, da defesa da revolução afegã na medida em que ela é indissociável da luta contra a burocracia soviética. Ao defender a intervenção, eles estão simplesmente se alinhando com os interesses próprios e a política da burocracia do Kremlin. Ambos, um combate sem tréguas.

Zapata

Catálogo 1980

ANTONIO GRANSCI
Concepção dialética da História 190,00

ANTONIO CARLOS FON
Tortura 80,00

AUGUSTO BOAL
Teatro do Oprimido 160,00

CARLOS MARIGHELLA
Escritos 120,00

EDUARDO GALEANO
Veias abertas da América Latina 270,00

ELENA G. BELOTTI
Educar para a submissão 150,00

ERNESTO GUEVARA
Diário 200,00

ERNESTO CARDENAL
Vida no amor 160,00

ERNEST MANDEL
Formação do pensamento econômico de Marx 210,00

FERNANDO GABEIRA
O que é isso, compaheiro? ... 200,00

FERNANDO POTEIA
Guerra de guerrilhas no Brasil 250,00

FIDEL CASTRO
A história me absolverá 135,00

FLORESTAN FERNANDES
Da Guerrilha ao Socialismo: a revolução cubana 250,00

G. PLEKHANOV
Os princípios fundamentais do Marxismo 180,00

JAIME SAUTCHUK
Projeto Jari — a invasão americana 120,00

J. STALIN
Questões Políticas 160,00

JOHN REED
10 dias que abalaram o mundo 160,00

JORGE SEMPRUN
Autobiografia de Frederico Sánchez 295,00

JULIO JOSÉ CHIAVENATTO
Genocídio americano: a guerra do Paraguai 195,00

L. TROTSKY
A revolução desfigurada 130,00
Programa de transição 140,00

MAO TSE-TUNG
Sobre a contradição 165,00

MARX-ENGELS
Manifesto do Partido Comunista 160,00
Sobre a mulher 160,00

PABLO NERUDA
Para nascer nasci 250,00

PAULO FREIRE
Pedagogia do oprimido 220,00

RÉGIS DEBRAY
Revolução na revolução 120,00

RICARDO MARANHÃO
Sindicatos e democratização 110,00

THIAGO DE MELLO
Canção do amor armado ... 90,00

V. I. LÊNIN
Que fazer? 250,00
As três fontes 80,00
A falência da II internacional 110,00

Nosso endereço em São Paulo:
Rua Dr. Cesário Mota Jr., 285
Tel.: 222-2861 — CEP: 01221
Rua Dr. Homem de Melo, 446
Tel.: 864-0077 — CEP: 05007
Faça hoje mesmo seu pedido pelo Reembolso Postal citando o **EM TEMPO**

Ao jornal Em Tempo, Com o título "PT arrasta mais uma" e assinatura de João Machado, o jornal Em Tempo n.º 101 traz um artigo sobre a resolução política da Organização Socialista Internacionalista, publicada em sua revista n.º 3, A Luta de Classe. Através desta carta a direção da O.S.I. se posiciona e solicita a Em Tempo sua publicação.

No artigo, o redator pretende demonstrar que, afinal, nada muda naquilo que acredita ser o sectarismo tradicional e obstinado da O.S.I. E é realmente lamentável que o redator de Em Tempo tenha rebaixado a tal ponto a discussão política contida no texto, assim como a atividade da O.S.I., com o propósito de fazer acreditar que, "fiel às próprias tradições", a O.S.I. tenha em mira fugir ao "isolamento", ensaiando "os primeiros passos na sua rendição à proposta do PT".

Antes de mais nada é preciso dizer que o texto comentado por João Machado foi adotado por unanimidade em uma Conferência Nacional da O.S.I., realizada em fevereiro. Ao analisar o papel da Intersindical e do PT, esta resolução reafirma e ao mesmo tempo completa a linha política da O.S.I. — definida em seu III Congresso de julho/79. A resolução afirma centralmente: existe uma unidade entre as lutas da classe operária para acabar com a estrutura sindical corporativista e a necessidade de se construir um partido político independente da burguesia e seu Estado. Entretanto, para reduzir as coisas a uma sim-

Por razões de espaço, não publicamos toda a carta que recebemos da Organização Socialista Internacionalista (OSI). Suprimimos a parte em que ela reafirma sua crença de que há no país um enorme movimento por "sindicatos livres", que assume já as proporções de uma verdadeira avalanche, bem como sua avaliação de que o PCB "se destaca como a principal força de sustentação da ditadura militar".

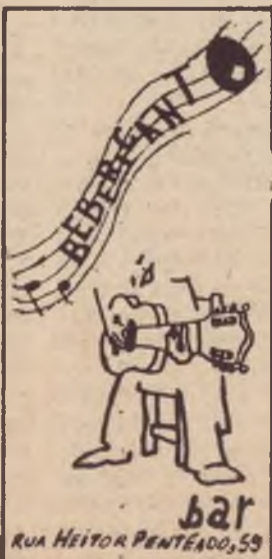
Julgamos que mais importante foi reservar o espaço disponível para o esclarecimento da posição da OSI sobre o PT. Sobre este esclarecimento, seria necessário dizer três coisas:

a) pela primeira vez, a OSI fala que incorreu num erro político, e que procura corrigi-lo. É sem dúvida um avanço: na resolução comentada, esta franqueza não aparecia;

b) pelo visto, a OSI procura reformular a afirmação publicada na recente resolução de que o PT era na origem uma manobra de pelegos que não se dispunham a fechar com o PCB e queriam salvar suas carreiras. Agora, a OSI se limita a dizer que "tem divergências com os dirigentes sindicais que articulam o PT", o que é muito diferente de considerá-los agentes conscientes da burguesia. É mais uma mudança da OSI que saudamos.

c) o que nos preocupa mais é a afirmação feita pela OSI de que a resolução que comentamos "foi adotada por unanimidade em uma Conferência Nacional". É estranho que uma virada tão radical e feita tão bruscamente (e que pegou de surpresa a maioria dos militantes da OSI) tenha sido aprovada "por unanimidade". Mais natural seria que houvesse dúvidas, ou até mesmo — quem sabe? — divergências. E ainda mais estranho é que a OSI mostre orgulho deste unanimidade: afinal, as grandes mudanças, mal explicadas, e com unanimidade, sempre foram uma das mais feias características do stalinismo, que a OSI procura combater com tanto denodo. A OSI não estaria assim adotando uma postura burocrática?

(João Machado)



O.S.I. se explica quanto ao PT

As questões de auto crítica envergonhada e "não isolamento", João Machado não explica porque a O.S.I. muda sua análise e comportamento quanto ao PT.

Ora, no momento em que os trabalhadores intensificam seu combate à ditadura, forçam redefinições no interior dos sindicatos, com diversos dirigentes sindicais levantando a palavra-de-ordem "por um partido dos trabalhadores, sem patrões", seria praticar uma política sectária ignorar o fato de que o PT representa um passo progressivo, não existindo um traço de igualdade entre ele e o PMDB. Nesse sentido a O.S.I. corrige um erro político no qual incorreu.

O fundamental no Brasil atualmente é que os trabalhadores procurem realizar sua unidade para derrubar a ditadura. E que dirigentes sindicais, independentemente de seus objetivos, levantem a bandeira "por um PT, sem patrões" não ficamos indiferentes. A O.S.I. luta pela revolução socialista e acredita que, para sua vitória, é necessário construir o partido revolucionário, seção da IV Internacional — no Brasil, na Nicarágua, em Cuba (onde os trabalhadores não detêm o poder político) e em todo o mundo —, mas isso não faz com que nos negamos a apoiar todo passo dado em direção a um partido operário independente, a um Partido dos Trabalhadores. Ainda mais que no Brasil os trabalhadores lutam com todas as suas forças para derrubar a ditadura e construir sua organização sindical e partidária independente da burguesia.

Ora, a proposta de um PT responde a essa necessidade que os trabalhadores sentem. Por isso queremos lutar juntos contra a miséria semeada pelo regime militar, contra a estrutura sindical estatal, pelas liberdades de organização e expressão. É deste combate, assumindo a organização das campanhas salariais contra a patronal e a ditadura, preparando o combate geral para acabar com o regime militar, que pode o movimento pró-PT se construir como um Partido dos Trabalhadores, sem e contra os patrões.

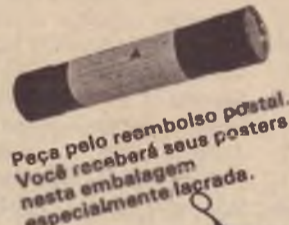
Em função do que foi dito não aceitamos a simplificação que o redator de Em Tempo procura fazer: a O.S.I. se "acredita a única força que luta de fato contra a ditadura" e "vê no PT uma manobra de pelegos que querem salvar suas carreiras". Evidentemente temos divergências com dirigentes sindicais que articulam o PT, o que não escondemos nem no passado nem no presente. Mas isso não dá direito ao redator de Em Tempo omitir o sentido básico de nossa resolução: "O chamado à unidade não é feito para "desmascarar" os dirigentes do PT, não é uma artimanha, mas responde a uma aspiração real das massas pela unidade. A partir dele, que cada corrente política ou dirigente escolha seu lugar, que assumam suas responsabilidades". A O.S.I., de sua parte, tem assumido suas responsabilidades no combate pela independência política dos trabalhadores, na luta contra a ditadura.

Ponha CUBA na parede!

Agora você já pode por em sua parede, as fotos de André Boccato, selecionadas da Exposição "CUBA - A ILHA EM FESTA".

Editadas na forma de belíssimos posters plastificados, impressos em papel couche especial e COLORIDOS

Poster n.º 2



Peça pelo reembolso postal. Você receberá seus posters nesta embalagem especialmente lacrada.



Formato único: 42 x 62 cm. Preço por unidade: Cr\$ 180,00.

Poster n.º 3

Queiram enviar-me pelo reembolso postal os seguintes posters:

n.º 1 Quantidade _____ n.º 2 Quantidade _____ n.º 3 Quantidade _____

Nome:

Endereço:

Cidade: Est.: CEP:

Pedidos
À Editora Graffiti
Caixa Postal 58.111
CEP 01302
São Paulo

Não querendo recortar o anúncio faça o pedido por carta.

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Eder Sader (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robison Ayres, Sérgio Alli, Tom Duarte. — Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.

DIRETORIA: Flávio Andrade, (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robison Ayres.

EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.

DIRETOR RESPONSÁVEL: Robison Ayres.

ARTE: Paulo Roberto Borges, Sergio Papi.

SUCURSAIS: BELO HORIZONTE: Av. Cristovão Colombo, 550 — Tel.: 224-0127 • PORTO ALEGRE: — Av. Osvaldo Aranha, 1407, loja 20 • RIO DE JANEIRO: — Praia do Botafogo, 316, sala 209 • SALVADOR: — Av. Joana Angélica, 8, sala 44 • FORTALEZA: — Rua Castro e Silva, 1169 — Tel.: 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Av. Cristovão Colombo, 550, Tel.: 224-0127 — Belo Horizonte — Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Empresa Jornalística AFA Ltda. — Av. Liberdade, 704 — São Paulo — Tel.: 278-9010.

Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — CEP: 05414

A frente que derrubou o confisco da soja

O confisco sobre a exportação da soja desencadeou intensa revolta no Rio Grande do Sul. Produtores, exportadores, cooperativas, industriais e políticos promoveram uma inusitada «frente» em protesto contra a política agrícola de Delfim e Figueiredo.

Por Valmir Menezes e Sérgio Ruckert

O confisco da soja promoveu um movimento político inusitado no Rio Grande do Sul: uma frente única entre produtores, exportadores, cooperativas, industriais e partidos políticos, entre os quais se destaca o PDS como um dos mais firmes adversários da política do governo federal.

Num pequeno lapso de tempo, todos os interesses convergiram para um ponto: o fim do confisco, a qualquer preço, pois todos esses setores são unânimes no tocante aos prejuízos que traz a manutenção do Imposto de Exportação à economia gaúcha em um sentido geral. Mas sob a aparência de uma decisão firme e imperturbável de críticas ao governo federal, escondem-se diferenças facilmente perceptíveis entre os diversos setores.

«O ódio nada constrói»

“O confiscovai cair, senão o PDS desaparece no Rio Grande do Sul”. A afirmação do vice-presidente da Associação Comercial de Porto Alegre, Oscar Caleffi, reflete de forma exata a base das preocupações do governo estadual e dos políticos ligados ao PDS, pois os produtores rurais sempre foram o principal e mais fiel contingente eleitoral do governo.

O que pode parecer como o primeiro grito de autonomia do Estado frente ao governo central não passa do medo de perder os tradicionais eleitores do interior e para isso estão contribuindo de forma decisiva as pressões de vereadores e prefeitos sobre a cúpula do partido, como uma correia de transmissão dos interesses dos grandes e pequenos produtores. Isto ao ponto de vincularem sua permanência no partido com o fim do confisco. É ilustrativo o telegrama de sete vereadores da ex-Arena de Carazinho, em resposta ao convite de integrarem o PDS. Hoje, eles preferem ser denominados de independentes, pois se consideram sem “inclinação alguma para tratar do PDS, no momento em que o governo insiste em manter o confisco da soja, contrariando e prejudicando os agricultores gaúchos”. No mesmo sentido, oito prefeitos do vale do Taquari, após realizarem uma reunião, aprovaram uma moção que pede o afastamento do ministro Delfim do seu cargo. Na cidade de Santo Ange-



A manifestação do protesto

lo, quando da comemoração de seus 107 anos, o governador Amaral de Souza recebeu em mãos um manifesto assinado por 10 membros da bancada do PDS local, lembrando-lhe que “como autêntico representante da fibra gaúcha, há de saber que o momento enseja uma medida enérgica em favor dos interesses do Estado”. A resposta de “Amaralzinho” não deixou dúvidas sobre o quanto ele está disposto a assumir a luta pelo fim do confisco: “o ódio nada constrói.

O confronto em absoluto serve ao Rio Grande”, aconselhou a todos.

Os compromissos

Um documento de última hora assinado por seis entidades de âmbito estadual selou a aliança entre grandes produtores (Federação da Agricultura — FAR-SUL), o comércio (Federação das Associações Comerciais), cooperativas e as indústrias, estas, através do Sindicato da Indústria de Óleos Vegetais. A frente única contra o confisco fechou seu círculo com a inclusão das indústrias de soja, congelando-se as divergências entre esses setores.

Mas, para que houvesse a unanimidade foi necessário incluir um pedido dos industriais: a liberdade de preços na comercialização de produtos industrializados no mercado interno. O benefício do setor industrial

seria duplo: de um lado, o governo subsidia a produção voltada ao mercado interno; de outro, é claro o intuito de, ao ser liberado o preço, as indústrias que hoje detém o monopólio da comercialização forcem a elevação, principalmente, do preço do óleo, não levando em conta o interesse dos consumidores.

O essencial nesse ponto, porém, é a convergência de interesses entre grandes produtores, industriais e até cooperativas que privilegiaram uma aliança em detrimento da grande massa da

Plante e coma,
porque o governo
toma

Esta era a expressão mais usada na concentração de Ijuí, parafraseando o slogan governamental de “Plante que o governo garante”. É a expressão do setor que mais contradizções tem como a política agrícola do governo.

Endividados até o pescoço, os pequenos agricultores tinham suas esperanças depositadas em uma boa safra para saldarem suas dívidas, esperança que se esvai com o confisco, ameaçando de perto sua própria sobrevivência enquanto pequenos produtores.

A maneira encontrada para encaminharem suas reivindicações difere de maneira drástica dos conchavos feitos pelos grandes produtores e industriais: os sin-

dicatos de trabalhadores rurais realizaram reuniões preparatórias entre suas bases, construindo, assim, formas democráticas de decisão.

Da mesma maneira, os pontos tirados no Encontro de Ijuí refletem uma percepção bem mais aguda do significado da atual política agrícola. Não se limitam a reivindicar o fim do confisco, com demonstração de sua disposição de não mais usar adubo químico na lavoura — uma forma de subordinar os agricultores ao capital industrial e financeiro aumentando suas dívidas —, substituindo-o pelo adubo orgânico. E, em último caso, ameaçam com a possibilidade de voltarem à produção de subsistência.

Toda essa situação pode arrasar com a estratégia política do governo em relação ao campo, que foi expressa por Delfim Neto logo após a decretação do pacote agrícola. Segundo ele, constava da criação de uma classe média rural como base de apoio ao governo.

Na verdade essa classe média já existia, mas pela pressão da crise econômica, começou a deixar de dar apoio político ao governo. Hoje, há claros indícios do surgimento de uma perspectiva de independência política de independência política em relação aos partidos tradicionais. No encontro de Ijuí, deputados do PDS, PMDB e PTB foram impedidos de se pronunciarem sob os gritos de “só colono fala”.

Querem ver Delfim morto, no Sul

Os trabalhadores do campo estão dando um aviso aos governantes; os currais eleitorais no meio rural podem acabar. Desde o final do ano passado que as manifestações massivas deixaram de ser um privilégio dos trabalhadores urbanos.

Os agricultores gaúchos vem promovendo reuniões massivas para discutirem a previdência social e o FUN-RURAL. As mais significativas foram as manifestações de Frederico Westphalen, Miraguaí e Tenente Portela. Recentemente o Sindicato dos trabalhadores rurais de Ijuí reuniu cerca de 4000 agricultores para discutirem a mesma questão.

Entretanto, foi com a imposição do confisco sobre a soja, que as manifestações rurais deixaram de ser fatos esporádicos, para se tornarem acontecimentos corriqueiros, na maioria das cidades da região sojicultora, no Rio Grande do Sul, Sta. Catarina, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul.

O ponto de partida foi o encontro de Ijuí no último dia 21 de março, na qual reuniram-se cerca de 7000 agricultores para discutirem e tomarem decisões a respeito do confisco da soja. O encontro que deveria congrega apenas representantes dos núcleos do sindicato e as lideranças sindicais da região sojicultora do Estado do RS, tomou dimensões massivas, tamanha a revolta dos agricultores. Compareceram cerca de 50 dirigentes sindicais.

A comissão organizadora, formada pelos dirigentes sindicais e representantes de núcleos dos sindicatos, providenciou para antes do início da reunião a encenação de uma peça teatral onde os personagens eram dois agricultores e duas funcionárias de uma cooperativa, além dos supostos gerentes de bancos e do Funrural.

Recibos e mais recibo, assinaturas etc, não faltaram a peça. Sempre que os atores - colonos de Ijuí - pensavam poder ir embora, com algum dinheiro da venda da soja, no bolso, um dos supostos funcionários apresetava-lhes um recibo para ser rubricado. Outra providência importante por parte da comissão organizadora é que só colono falaria na reunião, alegando que os políticos nada fazem por eles, a não ser pedirem votos. Foi desta maneira, que os deputados Rospide Neto, PMB; Porfírio Peixoto, PTB e Rubi Dihel e Romeu Martinelli, do PDS tiveram apenas que assistir à reunião. Mesmo assim, o Deputado Romeu Martinelli tentou subir na marra no palanque, mas foi obrigado a descer imediatamente sob os gritos de que “aqui só fala colono”.

O dia do protesto

A revolta dos agricultores não tinha limites. Afóra a proposta de volta à cultura de subsistência, eles aprovaram propostas onde manifestavam toda sua radicalização, tais como entregar suas máquinas ao Banco do Brasil, boicotar a venda de soja, movimentar suas máquinas em direção à capital do Estado e mesmo à Brasília, bem com o lazer piquetes nas estradas e não deixar circular a soja colhida a partir do dia primeiro de abril. Como passo inicial, propuseram a realização, no dia 31, de março, caso o governo não revogasse o confisco, de um “Dia de Protesto” em todos os municípios produtores.

Como a resposta positiva não veio, só restou executar as ameaças. No dia 31, o “Dia de Protestar” atingiu cerca de 100 dos 203 municípios gaúchos, englobada a totalidade dos produtores de soja. Os manifestantes, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, (FETAG), mobilizou mais de 700 mil agricultores que, com suas máquinas agrícolas, tratores e caminhões, invadiram as cidades, portando faixas onde não poupavam críticas ao governo, particularmente ao Ministro Delfim Netto. Em Ijuí, o principal município produtor, os dizeres das faixas portadas por 2500 manifestantes, traduziam bem o estado de ânimo dos produtores: “A automotriz colhe, o Delfim recolhe”, “Pragas da lavoura: lagarta, fede-fede e Delfim”, “Gaúcho monta e não apcia, Delfim deveria estar na cadeia”, ou então, “Plante, colha e coma, senão o governo toma”. Mas a maior manifestação ficou por conta da cidade de Passo Fundo, onde ocorreu uma gigantesca passeata em carro aberto, com a participação de 20 mil pessoas que percorreram 14 quilômetros, transportadas em cerca de 530 colhedeiras e tratores, além de 1500 veículos de passeio.

Todo este esforço não foi infundado: no dia seguinte, 1º de abril, o governo recuava. Apavorado com as manifestações e suas repercussões políticas, Figueiredo revogou o confisco.